



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXXV — Nº 114

TERÇA-FEIRA, 30 DE SETEMBRO DE 1980

BRASILIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 143ª SESSÃO, EM 29 DE SETEMBRO DE 1980

1.1. — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Requerimento

— Nº 410/80, de autoria do Sr. Senador Aloysio Chaves, solicitando que tenham tramitação conjunta os Projetos de Lei do Senado nºs 320/78 e 340/79.

— Nº 411/80, de autoria do Sr. Senador Dirceu Cardoso, solicitando informações a órgão do Poder Executivo sobre ocupação de imóveis funcionais. Deferido.

1.2.2 — Leitura de Projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 266/80, de autoria do Sr. Senador Itamar Franco, que acrescenta inciso ao art. 171 do Código Penal.

1.2.3 — Comunicação da Presidência

— Arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 327/79, por ter recebido pareceres contrários, quanto ao mérito, das Comissões a que foi distribuído.

1.2.4 — Discursos do Expediente

SENADOR PASSOS PÓRTO — 80º aniversário do jornalista Orlan do Dantas.

SENADOR HELVÍDIO NUNES — Apelo às autoridades federais que especifica, em favor de medidas que possibilitem a implantação, pela Companhia Antarctica Paulista, de uma fábrica de cerveja na Capital do Estado do Piauí.

SENADOR LEITE CHAVES — Situação energética do País.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Requerimento nº 376/80, de autoria do Sr. Senador Franco Montoro, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo intitulado "Saúde para todos, proposta municipalista", publicado na *Folha de S. Paulo*; edição de 10 de setembro de 1980, de autoria do Prefeito Municipal de Osasco, Guaçu Piteri. Votação adiada por falta de *quorum*.

— Requerimento nº 398/80, de autoria do Sr. Senador Luiz Fernando Freire, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da conferência pronunciada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, na Escola Superior de Guerra, em 5 de setembro de 1980. Votação adiada por falta de *quorum*.

— Redação final do Projeto de Resolução nº 75/80, que autoriza o Hospital Municipal Henrique Lage, de Lauro Müller, Estado de Santa Catarina, a contratar uma operação de crédito no valor de Cr\$ 3.225.000,00 (três milhões, duzentos e vinte e cinco mil cruzeiros). Aprovada. À promulgação.

— Redação final do Projeto de Resolução nº 76/80, que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Norte a elevar em Cr\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. Aprovada. À promulgação.

— Redação final do Projeto de Resolução nº 77/80, que autoriza a Prefeitura Municipal de Ilhéus, Estado da Bahia, a elevar em Cr\$ 273.320.000,00 (duzentos e setenta e três milhões, trezentos e vinte mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. Aprovada. À promulgação.

1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR LÁZARO BARBOZA — Deficiências que se verificam na política agrícola desenvolvida pelo Governo.

SENADOR AGENOR MARIA — Distorções existentes na fixação da saca de açúcar e do salário mínimo entre o Sul e o Nordeste do País. Situação energética do País.

SENADOR LENOIR VARGAS — Visita do Senhor Presidente da República ao Estado de Santa Catarina.

SENADOR BERNARDINO VIANA — Objetivos do Programa de Transportes para Economia de Combustíveis elaborado pelo Ministério dos Transportes.

SENADOR HENRIQUE SANTILLO — Papel reservado ao Congresso Nacional para o encontro de medidas que visem solucionar a crise energética por que passa o País.

1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

2 — RETIFICAÇÃO

— Ata da 131ª Sessão, realizada em 10-9-80

3 — ATAS DE COMISSÃO

4 — MESA DIRETORA

5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE BLOCOS PARLAMENTARES

6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 143ª SESSÃO, EM 29 DE SETEMBRO DE 1980

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 46ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. LUIZ VIANA, GASTÃO MÜLLER E JORGE KALUME

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — José Guimard — Eunice Michiles — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Alexandre Costa — Luiz Fernando Freire — José Sarney — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — Agenor Maria — Cunha Lima — Aderbal Jurema — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Passos Pôrto — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — João Calmon — Hugo Ramos — Itamar Franco — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Gastão Müller — Vicente Vuolo — Mendes Canale — Pedro Pedrossian — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Paulo Brossard.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — A lista de presença acusa o comparecimento de 33 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que será que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 410, DE 1980

Nos termos do art. 282 do Regimento Interno requero que tenham tramitação conjunta os seguintes projetos:

Projeto de Lei do Senado nº 320, de 1978; e

Projeto de Lei do Senado nº 340, de 1979.

Sala das Sessões, 29 de setembro de 1980. — Aloysio Chaves, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — O requerimento lido será, nos termos regimentais, incluído em Ordem do Dia.

Sobre a mesa, outro requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 411, DE 1980

Requero, nos termos do art. 239, alínea b, do Regimento Interno, e, em face da tramitação nesta Casa do Projeto de Lei do Senado nº 18, de 1979, que “dispõe sobre a aquisição de imóveis funcionais por seus ocupantes, e dá outras providências”, sejam solicitadas informações ao Poder Executivo sobre os imóveis funcionais de qualquer espécie, distribuídos aos servidores da administração direta e indireta vinculados ao Ministério da Fazenda e à Secretaria de Planejamento da Presidência da República, no Distrito Federal e nos Estados.

Sala das Sessões, 26 de setembro de 1980. — Dirceu Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Serão solicitadas as informações requeridas.

Sobre a mesa, projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 266, DE 1980

Acrescenta inciso ao art. 171 do Código Penal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 171 do Código Penal (Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, com as alterações posteriores), é acrescido do seguinte inciso:

“Art. 171.

.....
VII — vender, ou expor à venda, obra de arte, com indicação de falsa autoria.”

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Este projeto de lei visa proteger os adquirentes de obras de arte contra um tipo de ardil muito comum ultimamente.

Alguns comerciantes inescrupulosos, com o evidente intuito de iludir o comprador, levando-o à aquisição da obra de arte, fazem o respectivo anúncio, ou a expõem à venda, inclusive em leilões, com atribuição de autoria falsa. Em geral, escolhem artista de renome, para mais facilmente levar o possi-

vel comprador a adquirir a obra de arte, o que certamente ele não faria se conhecesse a verdade.

É um tipo novo de estelionato, porque o vendedor sem escrúpulo se serve de um ardil para iludir a boa fé do interessado e levá-lo a pagar preço muito mais elevado. Configura-se, assim, claramente não só a fraude como o induzimento a erro, e, ainda, a vantagem ilícita obtida pelo vendedor.

Faz-se, portanto, mister que o legislador, tomando conhecimento do fato, edite norma que proteja a boa fé e a lisura das transações.

É a meta colimada pela presente proposição.

Esperamos, por isso, que os nossos nobres pares emprestem sua valiosa colaboração ao projeto, aprimorando-o, a fim de que seja preservada a probidade que deve reger o comércio de obras de arte.

Sala das Sessões, 29 de setembro de 1980. — Itamar Franco.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

CÓDIGO PENAL

CAPÍTULO VI

Do Estelionato e Outras Fraudes

Estelionato

(112) Art. 171. Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento:

Pena — reclusão, de um a cinco anos, e multa, de mil cruzeiros a vinte mil cruzeiros.

§ 1º Se o criminoso é primário, e é de pequeno valor o prejuízo, o juiz pode aplicar a pena conforme o disposto no art. 155, § 2º

§ 2º Nas mesmas penas incorre quem:

Disposição de coisa alheia como própria

I — vende, permuta, dá em pagamento, em locação ou em garantia coisa alheia como própria;

Alienação ou oneração fraudulenta de coisa própria

II — vende, permuta, dá em pagamento ou em garantia coisa própria inalienável, gravada de ônus ou litigiosa, ou imóvel que prometeu vender a terceiro, mediante pagamento em prestações, silenciando sobre qualquer dessas circunstâncias;

Defraudação de penhor

III — defrauda, mediante alienação não consentida pelo credor, ou por outro modo, a garantia pignoratícia, quando tem a posse do objeto empenhado;

Fraude na entrega de coisa

IV — defrauda substância, qualidade ou quantidade de coisa que deve entregar a alguém;

Fraude para recebimento de indenização ou valor de seguro

V — destrói, total ou parcialmente, ou oculta coisa própria ou lesa o próprio corpo ou a saúde, ou agrava as consequências da lesão ou doença, com o intuito de haver indenização ou valor de seguro;

Fraude no pagamento por meio de cheque

(113) VI — emite cheque, sem suficiente provisão de fundos em poder do sacado, ou lhe frustra o pagamento.

§ 3º A pena aumenta-se de um terço, se o crime é cometido em detrimento de entidade de direito público ou de instituto de economia popular, assistência social ou beneficência.

(À Comissão de Constituição e Justiça.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — O projeto lido será publicado e remetido à comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — A Presidência comunica que, nos termos do art. 278, do Regimento Interno, determinou o arquivamento, por ter recebido parecer contrário, quanto ao mérito, das comissões a que foi

distribuído, do Projeto de Lei do Senado nº 327, de 1979, do Senador Nelson Carneiro, que institui a remuneração profissional mínima para os atendentes de enfermagem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Passos Pôrto, para uma breve comunicação.

O SR. PASSOS PÔRTO (PDS — SE. Para uma breve comunicação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A sociedade sergipana, através dos seus segmentos políticos, culturais, administrativos e econômicos mais representativos, abriu desde quinta-feira passada as suas portas e as suas instituições, para celebrar os 80 anos do combativo e ilustre jornalista, escritor, empresário e político Orlando Dantas. A Câmara de Vereadores de Aracaju e a Assembléia Legislativa do Estado, por unanimidade, fizeram sessões especiais para homenagear o bravo filho de Capela, que no dia 28 de setembro, ontem, fez oitenta anos. O Governador Augusto Franco, por esse evento, condecorou-o no grau de Comendador com a insígnia da ordem Aperipê. No sábado, o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe recebeu a sociedade sergipana para a tarde de autógrafos do seu último livro: "Vida patriarcal de Sergipe". E no domingo, todo o povo sergipano se aglomerou no *campus* da Usina Vassouras para a festa de confraternização social pelo octogésimo aniversário de Orlando Dantas.

Não conheço, Sr. Presidente, personalidade mais complexa e mais polêmica na história social e política do meu Estado do que a desse homenageado destes dias.

Orlando Dantas é oriundo do massapê sergipano, filho de senhor de engenho e fruto da sociedade rural dominante no meu Estado. No entanto, logo cedo ele contestava as injustiças do campo e abria os caminhos para a luta que empreendeu em toda a sua iluminada vida pública pelas reformas de estrutura que assegurassem ao povo a participação nos frutos do trabalho e do desenvolvimento.

Prefeito Municipal de Divina Pastora, Deputado Estadual e Deputado Federal. Inicialmente inscrito na UDN, no período de reconstitucionalização do País, em 1945, depois se inscreveu na Esquerda Democrática de João Mangabeira, depois Partido Socialista Brasileiro, do qual foi líder na Câmara Federal. Jornalista desde estudante, fundou dois jornais de intensa participação na vida administrativa e política do Estado: *O Nordeste* e a *Gazeta Socialista*, depois *Gazeta de Sergipe*, diário que há mais de 25 anos tem sido a sua trincheira de lutas pela evolução da sociedade sergipana e pela moralização dos costumes políticos e administrativos do meu Estado.

Banqueiro, industrial e criador de gado, em todas essas atividades tem sido um inovador e um rebelado contra a rotina e o atraso.

Escritor e polemista deve ter sido o primeiro intelectual do meu Estado que se preocupou com os seus problemas econômicos e sociais. Autor dos livros: "Problema Açucareiro de Sergipe", "Análise sobre Inflação" e esta semana passada autografou "Vida Patriarcal de Sergipe". É um pesquisador lúcido e um intérprete consciente das nossas realidades e um homem que teve a coragem de romper o seu círculo social e denunciar as injustiças e desmandos da sociedade e do poder do seu tempo.

É dele, das suas reminiscências, estas declarações da sua própria vida: "Na Casa Grande acordava-me cedinho. Um ar leve, agradável, a assistir da janela a descida dos trabalhadores da vila, com as suas enxadas e foices no ombro, a mochila de farinha com "jabá" pendurada no cabo da enxada. Um panorama a despertar um mundo de ilusões e esperanças. No meu espírito apareciam as lições recebidas de minha mãe, dos atos de defesa do meu pai, do povo sofrido e penalizado pelas injustiças. Era o despertar de uma vida voltada para o povo, onde ricos e pobres viviam separados pelos conceitos e preconceitos. Passei a duras reflexões como ajudá-los a sair daquela vida de pobreza e de restrições. A cooperativa de consumo, a associação dos trabalhadores, os preços razoáveis, a assistência médica, os remédios, os tratamentos, o hospital. Havia a surpresa do trabalhador diante do que via e ouvia, a desconfiança dos colegas de profissão pela minha aproximação com os trabalhadores. Por fim, a volúpia que sentia nas rodas de senhores de engenho, em fustigá-los na sua tradição escravocrata. Enquanto a cooperativa de consumo se expandia, o povo passava a acreditar em formas humanas de vida e mais me distanciava dos colegas. A surpresa se transformava em rotina. Era o silêncio aos novos hábitos que se introduziam na vida do campo. A minha vivacidade, o meu esforço de trabalho e a capacidade de produzir melhor, me dariam um destaque embora com reserva e desconfiança nas idéias que pregava. Um humanismo incompreendido. Um jovem rico que se casou com uma garota pobre, numa norma de vida diferente que se instituiu à sombra da "Casa Grande".

Conheci Orlando Dantas através das conversas da rua João Pessoa nos meus tempos de estudante. Diziam-me que era um sonhador e filho do Presi-

dente Manoel Dantas. Manoel Dantas me era uma lembrança dolorida aos meus seis anos. Fora o último Presidente constitucional de Sergipe deposto pelas forças revolucionárias da Aliança Liberal, em 1930. O Chefe Político da minha cidade, Itabaiana era o meu tio, o inflexível Chefe sertanejo Othoniel Dorea que foi destituído e perseguido pelas oposições vitoriosas. Cercada a sua residência, a minha casa passou a ser o arsenal de reação aos seus vingadores. E aí, aos seis anos de idade, eu iria testemunhar a coragem de Júlio Dias, meu Pai e tantos outros, na defesa do parente vencido e humilhado.

Só mais tarde, no cenário das campanhas políticas de Sergipe, eu viria conhecer a grandeza de Manoel Dantas, através da palavra leal e evocadora de Heribaldo Vieira e Leandro Maciel, daquele homem da melhor tradição rural sergipana, autonomista e corajoso, capaz de deter a intervenção de Washington Luiz e Gilberto Amado nos destinos políticos do nosso Estado. Pois é este homem, Sr. Presidente, o pai de Orlando Dantas, o inspirador do filho e seu melhor exemplo, na luta a favor dos pobres, quando lá no Engenho, obrigava os tropeiros que passavam pelas suas terras a pagar aos roceiros de mandioca e algodão os prejuízos causados pelos animais.

E foi sobretudo, o exemplo do político austero e realizador de Manoel Dantas, que fez de Orlando o seu continuador, não mais pelos caminhos conservadores de antes de 30, mas pelo sopro renovador que viria com a revolução hoje cinquentenária, de novas idéias, de novos métodos e de novos fins.

É o próprio Orlando que nos informa as suas inquietações: "A política me envolvendo e as tendências se fortalecendo após a revolução de 30. Novas perspectivas, novas esperanças, com as mudanças estruturais surgindo, atraindo e me arrastando. As leituras continuadas dos pensadores, dos sociólogos, dos romancistas. O pensamento em convulsão. Os comunistas, os fascistas e o integralismo tumultuavam com os seus livros a minha tranquilidade burguesa, obrigando-me a estudá-los. Embora senhor dos acontecimentos pelas leituras continuadas, não me inclinei por nenhuma dessas ideologias. Havia um problema que me distanciava delas, era o problema da liberdade crítica. Não conseguia aceitar a ditadura, o autoritarismo, não obstante compreender a mudança que se preparava. Era um liberal democrata e me tornei um social democrático. Fui Deputado Estadual quando me projetei nos estudos de ordem econômica, política e social. Essa posição me levou ao Congresso Nacional, onde participei de todas as reformas estruturais e das soluções econômicas que interessavam ao País".

Por toda essa vida complexa e múltipla, de empresário, conferencista, banqueiro, político, escritor e jornalista, creio que o povo sergipano, ao reverenciar os seus oitenta anos, deve ter destacado em Orlando Dantas, sobretudo o jornalista, que diariamente pregou a política de idéias, em favor das liberdades e do direito de opinar e decidir. A sociedade sergipana deve ter enaltecido a sua luta constante contra o crime, a violência, a fraude e a corrupção. Foi muitas vezes um Dom Quixote. Nunca, no entanto, transigiu, cedeu ou fugiu.

Divergi dele algumas vezes, fomos adversários políticos e fui por seu jornal muitas vezes atacado e defendido.

Hoje, no entanto, ensarilhamos as nossas armas. E diante dos seus oitenta anos de lutas, de sonhos, de vida honrada, inquieta e fecunda, eu me rendo e me incorpo à procissão que passa, para, ao lado de Dona Dulce, Hélio, Evaldo, Ieda, Augusto, noras, genros, netos, Governo e povo, conservadores e liberais, Sergipe pleno e unânime, dar hosanas a este grande filho do nosso século e entronizá-lo no altar digno e legítimo da nossa história.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra, para uma breve comunicação, ao nobre Senador Helvídio Nunes.

O SR. HELVÍDIO NUNES (PDS — PI. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Volto, hoje, à abordagem de um tema que, embora do interesse particular do meu Estado, mostra que ainda são áspersos, difíceis, cheios de obstáculos os caminhos do desenvolvimento.

É verdade, e vale proclamar, mais uma vez, que grandes, inestimáveis são os serviços prestados pela Superintendência do Desenvolvimento Econômico do Nordeste à região que serve. E, se outros méritos não se lhe pudessem apontar, bastaria referir que afugentou o empirismo ao tempo em que criou a consciência da necessidade de um desenvolvimento planejado, global e participativo. Infelizmente, porém, sujeito às contingências humanas, a SUDENE, vez por outra, modifica o seu comportamento, sempre para aquilhoar melhor aos que têm mais.

Dai, a minha dúvida — qual a de saber se, na espécie, deve ser aplicada a lei da atração das massas ou, se ao contrário, como hábil cozinheiro, aquele organismo de desenvolvimento pretende confeitar, primeiro, para depois repartir o bolo. Na dúvida, repito as queixas, denuncio o que me parece errado,

mostro a realidade dos fatos, ofereço, enfim, as razões pelas quais o meu Estado não se conforma com muitas das colocações dos técnicos da SUDENE, sobretudo quando ferem, direta e indisfarçavelmente, os direitos do Piauí. É o caso, por exemplo, do pólo cervejeiro do meu Estado, objeto das considerações que desejo formular na tarde de hoje.

A SUDENE berrou, bateu os pés e propalou aos quatro cantos que ao Piauí é permitido engarrafar, jamais fabricar cerveja.

Já proclamei, desta tribuna, Sr. Presidente e Srs. Senadores, já protestei, por todos os meios de que disponho, mas a SUDENE permanece surda e mais do que aos meus, em quantidade, intensidade e autoridade, fez-se de muda, também, aos reclamos gerais, nascidos de todos os pontos e das autoridades mais gradadas do Piauí.

Em pronunciamento anterior, informei que, da parte que me diz respeito, data de 1969 o primeiro contato com vistas à implantação de um pólo cervejeiro no Piauí. Com efeito, em recepção oferecida em São Paulo ao então Governador do Piauí, ficou decidido que, tão logo surgissem condições propícias, a Companhia Antarctica Paulista, empresa genuinamente nacional, instalaria uma fábrica para produção de cervejas e refrigerantes naquele Estado.

Pois bem, em outubro de 1975 a Antarctica encaminhou carta-consulta à SUDENE, com o objetivo de implantar no Distrito Industrial de Teresina fábrica para produção de cerveja, com um investimento, à época, da ordem de 200 milhões de cruzeiros.

Em abril de 1976, poucos meses depois do ingresso da carta-consulta, a SUDENE deu resposta afirmativa à consultante, isto é, à Antarctica Paulista, companhia a qual concedeu um prazo de 180 dias para a apresentação do projeto, projeto que, de outra parte, deveria ser apresentado para 600 mil hectolitros/ano.

No dia 6 de agosto de 1976, vale dizer, quatro meses depois da aprovação, a Antarctica ofereceu projeto com a capacidade recomendada pela SUDENE, isto é, 600 mil hectolitros/ano, previsto um investimento de 364 milhões de cruzeiros.

É interessante observar que a própria SUDENE taxou de anti-econômica qualquer unidade cervejeira de produção inferior ou igual a 300 mil hectolitros/ano.

Eis que, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a Cervejaria do Piauí S/A, liderada pela Cervejaria do Pará S/A, encaminhou à SUDENE projeto para a instalação de fábrica em Teresina, com expressa declaração de que desistia dos incentivos fiscais.

Ocorre, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que para a implantação de qualquer estabelecimento industrial, no Nordeste ou em qualquer parte desse País, os empreendedores não necessitam de pedir autorização a qualquer autoridade, e no caso do Nordeste a implantação independe do consentimento da SUDENE. Os que se dirigem à SUDENE o fazem porque necessitam de recursos fiscais para transformar em realidade o empreendimento que desejam edificar.

Foi exatamente a partir desta comunicação da Cervejaria do Pará, que começou a odisséia relativa à implantação de um pólo cervejeiro no Piauí. Enquanto isso, através de documentos desnecessários endereçados à SUDENE, a Cervejaria do Pará comunicava o seu propósito de implantar uma fábrica no Piauí, e poucos dias depois solicitava os mesmos incentivos para a instalação de uma fábrica semelhante na Paraíba e, posteriormente, no Rio Grande do Norte, sem desprezar os incentivos fiscais, o que leva a supor que a sua proposta, em relação ao Piauí, tinha por escopo afastar qualquer fábrica, qualquer empresa que realmente desejasse criar, desejasse implantar, desejasse instalar uma fábrica, um pólo cervejeiro no Piauí.

Sr. Presidente, um jornal do Piauí publicou um comentário em que dá notícia da minha atividade, da minha participação no sentido de alcançar o pólo cervejeiro do Piauí, e, ao mesmo tempo, defende a companhia Paraense, que há mais de três anos persegue a instalação de uma fábrica, mas que depois de todas as facilidades que lhe foram concedidas, depois dos prazos e da dilatação dos prazos iniciais, não chegou ainda senão ao engarrafamento, ou melhor, à tentativa de engarrafamento de cerveja na Capital do Piauí.

E o articulista de *O Dia*, jornal de Teresina, diz que se depois de 8 anos a Antarctica não construiu a sua fábrica, não ocupou o espaço vazio, neste caso, todos os piauienses deveremos formar, deveremos trabalhar e lutar para que a Companhia Cervejeira do Pará continue a fazer em Teresina aquilo a que se propõe, isto é, o engarrafamento de cerveja.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, ao tempo em que solicito a transcrição do artigo do jornal *O Dia*, tenho a impressão que na exposição inicial, nas referências que fiz à troca de ofícios entre a Companhia Antarctica Paulista e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, já dou ampla, plena e total informação ao jornal *O Dia*, sobre as críticas que houve por bem de oferecer.

É que, na verdade, a Antarctica não ocupou o espaço vazio porque foi impedida de fazê-lo pela própria SUDENE.

Assim, nós estamos deixando de contar com a instalação de uma fábrica de grande porte, que realmente iria produzir ao invés de engarrafar, e estamos desprezando uma grande fonte de ICM para o Piauí, talvez correspondente a 40% da arrecadação total do ICM auferida pelo Estado.

Foi com este propósito, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que na última quarta-feira fui ao Ministério do Exterior, e expus ao Ministro Mário Andreazza a situação, pedindo-lhe, na qualidade de Coordenador de todos os problemas relativos ao Nordeste, uma providência para que a SUDENE não continue a prejudicar o Piauí.

A representação do Piauí e, particularmente, aquele que está fazendo esta reclamação hoje desta tribuna, não tem motivos pessoais, não tem motivos particulares para investir contra o Superintendente ou contra os técnicos da SUDENE; não se trata de móvel pessoal, de móvel particular — é preciso repetir — trata-se de uma posição que foi tomada, de uma providência que deixou de ser adotada em proveito e em benefício do Piauí, para beneficiar a quem realmente não deseja contribuir, a quem realmente não deseja participar, a quem realmente não deseja trabalhar com vistas ao desenvolvimento daquele Estado nordestino.

Daí por que, Sr. Presidente, desta tribuna, mais uma vez faço apelo à Superintendência da SUDENE, peço, também mais uma vez, ao Ministro Mário Andreazza e a todos quantos possam ajudar o Piauí que o façam, que pelo menos não atrapalhem e concedam ao Piauí aquele direito que ele julga legítimo, qual o de ter, como a Bahia, como Pernambuco, como Ceará e como os outros Estados, também o seu pólo cervejeiro.

O Sr. Luiz Cavalcante (PDS — AL) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HELVÍDIO NUNES (PDS — PI) — Pois não, eminente Senador Luiz Cavalcante.

O Sr. Luiz Cavalcante (PDS — AL) — Nobre Senador Helvídio Nunes, sem nenhum propósito de lisonjeá-lo, V. Ex^a continua fiel neste plenário à sua qualidade de grande advogado da Região nordestina. E o faz muito bem. Cada vez mais, em que pese a vontade dos dirigentes da Nação de inverter o processo, cada vez mais o nosso Nordeste, e, portanto, o seu Piauí, continua distanciando-se do resto da Nação. É o próprio Diretor do Banco do Nordeste quem reconhece que o crescimento do Nordeste, no ano passado, foi menor que o crescimento nacional, ao contrário do que prescreve o Plano Nacional de Desenvolvimento em vigor. Nada mais eloquente do que este dado, colhido recentemente de um jornal: no Nordeste, 60% daqueles que compõem a força de trabalho ganham menos de dois salários mínimos; em São Paulo, apenas 22% estão na faixa dos dois salários mínimos. Então, veja quão enorme é o gap entre o Nordeste e o Brasil. Muito obrigado, nobre Senador Helvídio Nunes.

O SR. HELVÍDIO NUNES (PDS — PI) — Quem agradece a V. Ex^a sou eu, eminente e nobre Senador Luiz Cavalcante, pela contribuição, por todos os títulos valiosa, que trouxe ao meu pronunciamento.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, confesso que tenho um pouco de constrangimento ao pedir a atenção dos colegas e ocupar o tempo das sessões do Senado Federal com discussão de problemas que dizem respeito exclusivamente ao meu Estado. É que este assunto é muito importante para o Piauí e só nós, os piauienses, podemos avaliar a importância deste assunto para o desenvolvimento do nosso Estado.

O Sr. Bernardino Viana (PDS — PI) — Permite V. Ex^a um aparte, nobre Senador Helvídio Nunes?

O SR. HELVÍDIO NUNES (PDS — PI) — Tem V. Ex^a o aparte, nobre Senador Bernardino Viana.

O Sr. Bernardino Viana (PDS — PI) — Eminente Senador Helvídio Nunes, solidarizo-me com V. Ex^a neste episódio do pólo cervejeiro do Piauí. Testemunho que a ida da Companhia Antarctica para o Piauí era fato consumado, tanto assim que a firma que ia operar no Piauí — inclusive não é uma subsidiária, e sim firma autônoma, pessoa jurídica autônoma — essa firma já estava registrada na Junta Comercial do Piauí, com capital próprio, e lhe foram destinados incentivos fiscais da Antarctica Paulista. Com estes esclarecimentos, reforço as críticas de V. Ex^a no tocante ao episódio do pólo cervejeiro.

O SR. HELVÍDIO NUNES (PDS — PI) — Muito obrigado pela participação de V. Ex^a, eminente Senador Bernardino Viana.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, as minhas últimas palavras: mais uma vez, um caloroso e veemente apelo à SUDENE, ao Ministro do Interior, às autoridades maiores deste País. O Piauí, como seus irmãos pobres, também necessita participar dos incentivos fiscais, mais do que outros Estados, mais do que a Bahia, mais do que Pernambuco, mais do que o Ceará. Sei que os

baianos, os pernambucanos e os cearenses estão de pleno acordo comigo, concordam inteiramente com os piauienses. O que resta, então? Que a SUDENE tome as providências capazes, as providências necessárias, as providências indispensáveis, para que também o Piauí tenha o seu pólo cervejeiro, através de uma empresa eminentemente nacional, através de uma empresa que possa realmente construir e realmente possa implantar em Teresina o pólo cervejeiro de que nosso Estado necessita, pólo que irá contribuir eficazmente, entre outros melhoramentos, para a elevação substancial dos recursos de que carece o Piauí para crescer e se desenvolver. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. HELVÍDIO NUNES EM SEU DISCURSO:

O ESPAÇO DA CERPI

Em um dos seus últimos pronunciamentos na Câmara Alta, em Brasília, o ilustre Senador Helvídio Nunes discorreu sobre o caso da cervejaria em Teresina e informou no início o seguinte: "Data de 1969, portanto, o primeiro relacionamento, a nível de Governo do Piauí, com a Companhia Antarctica Paulista, com vistas à implantação de uma fábrica de cerveja no meu Estado. A Companhia Antarctica Paulista, à época, era presidida pelo Comendador Belian, que esteve em Recife e cuidou das providências iniciais, no sentido da concretização do desejo daquela empresa".

E o Governador do Estado era, naquele ano, exatamente o hoje Senador Helvídio Nunes, na verdade um dos nossos políticos de maior prestígio, dono de uma das mais sólidas bases municipalistas do nosso Estado. Ainda nos lembramos bem que, naquele final dos anos 60, politicamente muito conturbado, os senhores da Antarctica estiveram em Teresina, aqui examinaram inclusive a água do rio Parnaíba, considerando-a excelente para o fabrico da cerveja piauiense.

Depois de Helvídio, passado o curto complemento governamental de João Climaco d'Almeida, veio o Governo Alberto Silva, marcado essencialmente pelo que se convencionou chamar de "milagre brasileiro". Nem assim, com tanta euforia mediciana, a Antarctica se dignou a iniciar medidas concretas para a instalação da sua unidade cervejeira em Teresina.

Se a fábrica da Antarctica não saiu em oito anos de espera, por motivos, que não conhecemos de todo, é muito natural que, agora, quando a CERPI já investiu em sua fábrica da SOCOPO nada menos que 300 milhões de cruzeiros, garantindo dezenas de empregos antes mesmo de sua inauguração, abramos um crédito de confiança à empresa que já implantou duas grandes indústrias cervejeiras no Pará e no Maranhão. A CERPI não pode ser culpada pelo fato da Antarctica não haver ocupado o espaço piauiense antes mesmo dos anos 70. Isso não é tão evidente?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Concedo a palavra ao nobre Senador Leite Chaves.

O SR. LEITE CHAVES PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Está finda a Hora do Expediente. Presentes na Casa 33 Srs. Senadores. Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não havendo *quorum* para votação, fica adiada a apreciação dos itens 1 e 2 da pauta.

São os seguintes os itens cuja apreciação fica adiada.

— 1 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 376, de 1980, do Senador Franco Montoro, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo intitulado "Saúde para todos, proposta municipalista", publicado na *Folha de S. Paulo*, edição de 10 de setembro de 1980, de autoria do Prefeito Municipal de Osasco, Guaçu Piteri.

— 2 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 398 de 1980, do Senador Luiz Fernando Freire, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da conferência pronunciada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, na Escola Superior de Guerra, em 5 de setembro de 1980.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Item 3:

Discussão, em turno único da Redação Final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 752, de 1980) do Projeto de Resolução nº 75, de 1980, que autoriza o Hospital Municipal Henrique Lage, de Lauro Müller, Estado de Santa Catarina, a contratar

uma operação de crédito no valor de Cr\$ 3.225 000,00 (três milhões, duzentos e vinte e cinco mil cruzeiros).

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira usar da palavra, declaro encerrada a discussão.

Encerrada esta, a redação final é dada como definitivamente aprovada, nos termos do art. 359 do Regimento Interno.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada

Redação final do Projeto de Resolução nº 75, de 1980.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, _____, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº _____, DE 1980

Autoriza o Hospital Municipal Henrique Lage, de Lauro Müller, Estado de Santa Catarina, a contratar uma operação de crédito no valor de Cr\$ 3.225.000,00 (três milhões, duzentos e vinte e cinco mil cruzeiros).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Hospital Municipal Henrique Lage, de Lauro Müller, Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizado a contratar, com garantia da Prefeitura Municipal de Lauro Müller (SC), uma operação de crédito no valor de Cr\$ 3.225.000,00 (três milhões, duzentos e vinte e cinco mil cruzeiros), junto à Caixa Econômica Federal, com a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à conclusão de obras de ampliação daquele Hospital, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo Processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Item 4:

Discussão, em turno único da Redação Final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 753, de 1980), do Projeto de Resolução nº 76, de 1980, que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Norte a elevar em Cr\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Nenhum dos Srs. Senadores solicitando a palavra, declaro-a encerrada. Encerrada a discussão, a redação final é considerada definitivamente aprovada, de conformidade com o art. 359 do Regimento Interno.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada.

Redação final do Projeto de Resolução nº 76, de 1980

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº _____, DE 1980

Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Norte a elevar em Cr\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizado a elevar em Cr\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor, junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinado à construção, conclusão, ampliação, restauração, equipamento e reequipamento de unidades escolares do 1º grau nas zonas rural e urbana, naquele Estado, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Item 5:

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 754, de 1980), do Projeto de Resolução nº 77, de 1980, que autoriza a Prefeitura Municipal de Ilhéus, Estado da Bahia, a elevar em Cr\$ 273.320.000,00 (duzentos e setenta e três milhões, trezentos e vinte mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo oradores, declaro encerrada a discussão, sendo a redação final dada como aprovada, de acordo com o art. 359 do Regimento Interno.

A matéria vai à promulgação.

E a seguinte a redação final aprovada

Redação final do Projeto de Resolução nº 77, de 1980

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição e eu, _____, Presidente promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº _____, DE 1980

Autoriza a Prefeitura Municipal de Ilhéus, Estado da Bahia, a elevar em Cr\$ 273.320.000,00 (duzentos e setenta e três milhões, trezentos e vinte mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Ilhéus, Estado da Bahia, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 273.320.000,00 (duzentos e setenta e três milhões, trezentos e vinte mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor junto ao Desenbanco — Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação — BNH, destinado ao financiamento da implantação do Programa CURA, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lázaro Barboza.

O SR. LÁZARO BARBOZA (PMDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

A rigor, Sr. Presidente, os dias que estamos vivendo praticamente exigiriam de todos nós que mantivéssemos a nossa atenção debruçada sobre o problema energético brasileiro. Efetivamente parece que estamos vivendo momentos decisivos, com riscos da maior gravidade que poderão gerar efeitos desastrosos para a economia brasileira e para a Nação como um todo.

Entretanto, Sr. Presidente, há dias estou pretendendo vir a esta tribuna discutir também um outro problema da maior gravidade, que, a meu juízo, não vem tendo por parte do Governo a necessária atenção: é o problema da agricultura nacional que, mais uma vez, se constitui em objeto de discurso que tenho a honra de proferir nesta Casa.

Não obstante ter sido erigida como meta prioritária do governo a fim de “encher a panela do povo”, a agricultura enveredou por ínvios e inseguros caminhos.

Com edificante paciência, espera o povo a concretização das promessas do Governo que, desde o início do ano, propalou aos quatro ventos que uma supersafra viria baixar os preços já a partir de março, quando começaria a colheita.

Março veio e se foi. A safra foi colhida e comercializada. Mesmo tendo ocorrido significativo aumento da produção de grãos, continua o mesmo sufoco tanto para os produtores quanto para os que consomem.

Era de se esperar, Sr. Presidente Srs. Senadores, que com a tão decantada supersafra de arroz, de soja e de milho, os preços internacionais não influíssem diretamente nos preços do mercado interno. Tal, porém, não aconteceu. Daí nos parecer no mínimo estranha a justificativa do governo para o alto índice de inflação de ordem de 8,7 verificado no mês de julho e atribuída, pelo Governo aos efeitos da alta de preços do milho, da soja e do arroz nos Estados Unidos, ao lado do aumento dos derivados de petróleo.

O jeito é esperar o brasileiro mais uma vez que ocorra uma outra supersafra em 1980/81, sem excessos de chuvas quando vier a chamada safra de verão e sem secas prolongadas, na safra de inverno. Mas, que não se venha responsabilizar os agricultores pelos fracassos e frustrações da política antiinflacionária do Governo. Inflação não se contém montando diques ou tapando buracos na grande barragem criada pelo governo com sua esdrúxula política de inflação corretiva, barragem já cheia de rachaduras e que não podem ser reparadas com pedras retiradas de um carrinho de mão.

De promessas já andam cheios os nossos agricultores. E o que é pior, céticos e desencantados. Desencantados e céticos, porque vêm a proclamada prioridade absoluta e irreversível da agricultura não passar de mais uma promessa acrescentada a tantas outras até hoje descumpridas. A prova aí está, irrefutável, com a necessidade em que se encontra o País de importar mais de 50 mil toneladas de feijão-preto. Promete-se exportar este ano mais de 2 (dois) bilhões de dólares de soja e a soja continua a subir no mercado interno.

Aumenta-se a exportação do algodão enquanto aumentam a escassez de produtos de primeira necessidade e os seus preços no mercado interno.

E qual a explicação que o Governo apresenta? “As contingências físicas do momento”. Com fundamento nessas infelizes e enigmáticas contingências acaba o Governo por justificar os desacertos de uma política indefinida e sem rumos no setor agrícola e, em consequência, o mínimo que o Governo pede ao povo é que mude seus hábitos alimentares; que o brasileiro coma menos feijão-preto, que o substitua pela soja, como fazem os macrobióticos e os frugais japoneses; que coma feijão-preto mas misturado com soja; que coma mais milho, mais leite de soja e até queijo de soja; que substitua a tradicional feijoada por uma suculenta sojada.

Quanto à carne, já foi há muito anatematizada e considerada até perigosa à saúde. E não adianta exorcizá-la. Em seu lugar, concita-se à população o consumo de peixe. Pelo visto, parece que as autoridades do Ministério da Agricultura não costumam frequentar os supermercados e as peixarias, nem se dão ao trabalho de olhar para o preço de um quilo de linguado, de surubim ou mesmo de sardinha.

Enquanto isto, verdades cediças enfaticamente são proclamadas como esta: “Só através da produção agrícola é que realmente vamos ter condições de começar a combater o aumento dos preços e frear a inflação, contendo os preços.”

O Sr. Passos Pôrto (PDS — SE) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. LÁZARO BARBOZA (PMDB — GO) — Pois não.

O Sr. Passos Pôrto (PDS — SE) — Nobre Senador, eu não participo do pessimismo que V. Exª tem ao encarar o programa agrícola do Governo como não sendo um programa certo, com o objetivo de aumento da produção e da produtividade e o único caminho viável para o País, no combate à inflação. Sabe V. Exª que os preços dos produtos agrícolas estão vinculados a toda a problemática de custos de todo o processo econômico brasileiro.

O SR. LÁZARO BARBOZA (PMDB — GO) — Enormemente dependente.

O Sr. Passos Pôrto (PDS — SE) — Sabe V. Exª que um dos erros da inteligência brasileira tem sido sempre encarar que o preço do produto agrícola é que deve ser barato, quando sobre ele recai toda a política que se faz de industrialização no Brasil, toda a política de serviços, quando toda ela se engloba na formação dos preços dos produtos agrícolas. Enquanto o Brasil não se convencer que deve pagar bem pelo produto agrícola, não teremos condições de mencionar uma alta produção no País, porque todos os capitais serão desviados para atividades mais rentáveis que estão na cidade, no setor industrial e no setor de serviço. Mas diga-se de passagem que o Governo está preocupado e convencido que só através do fomento à agricultura e atividades agropecuárias ele poderá realmente combater o processo inflacionário brasileiro.

O SR. LÁZARO BARBOZA (PMDB — GO) — Eminente Senador Passos Pôrto, agradeço a V. Exª pelo seu aparte sobretudo porque V. Exª põe a nu as fraquezas do Governo quanto a sua política agrícola que não segue uma diretriz certa, que fica mais na base das infelizes contingências e que não se fixa, como já disse, de tal forma que ofereça ao homem que planta, trabalha a terra, as condições para produzir mais e melhor, oferecendo assim ao consumidor brasileiro também melhores condições competitivas no preço.

V. Exª sabe muito bem que o Brasil é um País com 8,5 milhões de quilômetros quadrados. Somos a maior área agricultável na face da terra e há anos vêm os Ministros anunciando, inclusive, que nós nos transformaremos no ano seguinte em exportadores de cereais. Um deles, o do Governo passado anunciou para o mundo inteiro que o Brasil seria exportador de feijão em 1976. E nós sempre aumentando as importações, não apenas de feijão. V. Exª sabe certamente que ainda na semana passada e a grande imprensa do País o registra, o Governo autorizava a importação de mais 180 mil toneladas de arroz. Veja V. Exª que ao invés de oferecer boas condições ao produtor brasileiro para produzir aqui onde não falta terra, onde não faltam braços para produzir, à míngua de uma política séria nesse setor, o Governo é obrigado a importar esse produto, a trazer arroz da Indochina pagando o seu preço internacional — que é mais alto que o seu preço pago aqui no mercado interno — pagando ainda o transporte desse produto e obviamente sendo obrigado a subsidiá-lo, porque ao produtor brasileiro se nega praticamente tudo, sujeitando-o no exercício dessa atividade pouco lucrativa — como acentuou V. Exª — a pagar taxas de juros que, absolutamente, não estão de acordo com a perspectiva de rentabilidade do mercado agrícola mantendo a política agrícola inteiramente dependente, inclusive, das multinacionais no setor de maquinaria, no setor de fertilizantes, que dobram de preço ano a ano.

No ano passado, eu próprio, eminente Senador Passos Pôrto, adquirei adubo do tipo chamado supersimples a cerca de 1.800 a 2.200 cruzeiros a tonelada. Acabei de fazer um pedido hoje já a 9.800 cruzeiros por tonelada e ainda sujeito ao frete, o que vai importar no seu custo total cerca de mais três mil cruzeiros por tonelada, porque esse frete é da indústria até à lavoura. E o que é mais grave, nem mesmo fiscalizar a produção de adubos o Governo fiscaliza com eficiência. No ano passado, no meu Estado, Goiás, foi tamanha a quantidade de calcário comercializado como supersimples que é coisa de estarrecer. Inúmeros processos foram feitos, e eu não conheço caso de uma só punição. Tudo isso com juros de 37, 38% ao ano, com financiamentos que não entram na época certa, como no ano passado. O Governo, quando abriu os financiamentos para o plantio do feijão no Centro-Oeste, não era mais tempo de plantar feijão. E estava na percepção de todos o óbvio: não haveria a colheita de feijão plantado a partir do custeio que se fazia com aqueles financiamentos liberados no mês de fevereiro, quando o mês de março é mês de colheita de feijão em toda a região do Brasil Central.

O Sr. Passos Pôrto (PDS — SE) — V. Exª me permite?

O SR. LÁZARO BARBOZA (PMDB — GO) — Com muito prazer.

O Sr. Passos Pôrto (PDS — SE) — V. Exª sabe muito bem que quase todos os insumos para fertilizantes, com exceção dos insumos de nitrogênio, são importados. O Brasil está lutando para ser auto-suficiente em adubos básicos para a nossa agricultura, como o potássio e o fósforo. V. Exª reclama dos juros subsidiados. O Governo ainda subsidia 30%, com uma inflação de 100%. Vale dizer; quem toma dinheiro a 30% já ganhou, de saída, 70% só na correção monetária. Os produtos vêm para o mercado por meio de um processo ainda primitivo. Nós ainda não temos, no País, condições de armazenamento dos produtos agrícolas e muito menos de uma distribuição desses produtos em que não haja a figura do intermediário, o responsável por todo esse processo especulativo de que V. Exª reclama neste instante. Mas, o que gostaria de lhe dizer é que este ano o Brasil produziu mais de cinquenta milhões de toneladas de grãos. Deve ter sido a maior safra agrícola da História agrícola brasileira. O Governo, realmente, já tem frutos para apresentar à sociedade, no fomento à agricultura em nosso País. V. Exª está vendo a expansão das fronteiras agrícolas do nosso País, e o seu Estado é um exemplo. V. Exª deveria congratular-se com o Projeto Formoso, onde o Governo do seu Estado concretiza um projeto de irrigação, em extensão o maior do mundo. Só Formoso vai produzir arroz para abastecer grande parcela da população brasileira. De modo que eu, mais uma vez, não comungo com o pessimismo de V. Exª.

O SR. LÁZARO BARBOZA (PMDB — GO) — Nobre Senador Passos Pôrto, V. Exª, no afã de defender o Governo, lembra agora o Projeto Formoso, no meu Estado, que se constitui, sem dúvida alguma, em extensão, num dos maiores projetos de lavoura irrigada. Mas, se V. Exª conhecesse os detalhes de como tem sido a implantação do Projeto Formoso, V. Exª talvez não viesse fazer a sua defesa com tanta ênfase. Lamentavelmente o Projeto Formoso, que, realmente, é uma grande idéia, que poderia merecer os aplausos de todos os goianos, vem passando por descaminhos, por desvios. Em vez de ser uma cooperativa aberta, entregue a centenas ou a milhares de famílias de agricultores, que, inclusive, foram banidos daquela mesma área, o projeto, montado com dinheiro público, foi entregue, nobre Senador Passos Pôrto, a apenas pouco mais de duas dúzias de agricultores, que de agricultores têm muito mais o nome do que propriamente o amor pela profissão e o conhecimento dela.

Aconselharia que V. Exª se inteirasse das dificuldades com que o Projeto Formoso caminha, vítima que já é do terrível erro de estrutura que lhe deu o Governo.

Mas, continuo, Sr. Presidente, mantendo a linha do meu raciocínio. O que importa é que o Governo dê atenção para o terrível endividamento dos agricultores. E aqui eu tenho, agora, a solidariedade do Senador Passos Pôrto: cinco bilhões de cruzeiros à indústria de tratores, porque, como disse V. Exª, os preços fixados para os cereais são um somatório das circunstâncias e o próprio desenvolvimento industrial, o crescimento da indústria de tratores e maquinarias está todo ele suportado pelas mãos calosas do homem do campo. E o agricultor não sabe de onde tirar esse dinheiro, diante das restrições que ele enfrenta, inclusive de crédito, pois não é segredo que o Governo tem sido avaro na alocação de recursos para a formação de novas lavouras, fornece recursos para a lavoura de custeio, para custear as áreas já implantadas; mas, em Goiás, à exceção do Projeto Formoso, aqui lembrado pelo nobre Senador Passos Pôrto, não tem havido aumento de forma alguma das áreas desmatadas, por falta de recursos alocados ao setor.

Até hoje, esses agricultores esperam a criação, por eles proposta, de um novo sistema de financiamento capaz de desafogar o sistema financeiro, usan-

do recursos do BNDE ou através do crédito direto ao consumidor, em condições que pudessem suportar, diante do ônus que cerca essa atividade imprescindível à vida de qualquer país.

Não deve desconhecer o Governo que um dos graves problemas que os pequenos agricultores enfrentam é o do financiamento, tendo em vista sua baixa remuneração. Aliás, o presidente da Associação Nacional para a Difusão da Mecanização Agrícola, Alberto Labadessa, atribui o tímido avanço da mecanização no Brasil às parcas compensações retributivas dos nossos agricultores.

No Brasil, o agricultor precisa trabalhar 2 mil e 51 dias para comprar um trator, enquanto nos Estados Unidos ele necessita apenas de 467 dias. Acresce que, também, no Brasil os operadores são mal remunerados, percebendo em média sete vezes menos do que um diarista norte-americano.

Outro problema sério decorre da falta de atendimento, pelo Governo, dos sucessivos apelos dos agrônomos e plantadores de cereais, no sentido de ser dispensado um melhor tratamento aos produtos de consumo interno. Não se concede, de fato, um empenho quase obsessivo do Governo em estimular, cada vez mais, a produção da soja e de outras culturas de exportação. Tal política, embora meritória por um lado, na medida em que nos possibilita conseguir um pouco de moeda externa, por outro lado nos cria um seriíssimo problema, na medida em que nos deixa carentes de produtos imprescindíveis ao nosso consumo interno, produtos que acabam sendo importados a preços altíssimos.

Com esse fracasso que parece até premeditado e que, meu juízo, chega a ser criminoso, fruto de um plano macabro para estimular as culturas de exportação, os responsáveis pela política agrícola do País passaram a fazer a apologia da soja como vantajoso sucedâneo do feijão-preto, na alimentação dos brasileiros.

Todos sabem que o plano de feijão-preto das secas, além de lesivo à população, atingiu em cheio a economia de vários Estados, como, por exemplo, o Paraná, que chegou a desperdiçar recursos da ordem de 753 milhões de cruzeiros, através de financiamento aos produtores que, ilaqueados, correram em atender ao apelo governamental. Com a quebra de 100% do feijão financiado fora de época, como já havia dito, 90% dos agricultores não dispõem sequer de sementes para o plantio da safra das águas.

Diante de tudo isto, Sr. Presidente, o Brasil não tem outra alternativa senão aumentar ainda mais as importações de feijão, em 1981, da Argentina, do Chile, do México, ou de qualquer outro País que se disponha a vendê-lo.

O Sr. Passos Pôrto (PDS — SE) — V. Exª me permite um aparte?

O SR. LÁZARO BARBOZA (PMDB — GO) — O que acontece com o feijão, hoje, não é um caso isolado. Algo semelhante ocorre também, de um modo geral, com as culturas alimentares no Brasil, que vêm sofrendo constantes e crescentes crises em sua produção, provocadas pelo modelo agrícola, obstinado em produzir culturas de exportação, esquecendo-se de que a prioridade absoluta deve ser o alimento que hoje falta na mesa de milhões de brasileiros.

E eu pergunto, Sr. Presidente: a quem interessa esse modelo que nem chega a ser modelo, reconhecimento danoso à agricultura nacional?

Quem vantagens vê o Governo em instituir como prioritárias as culturas de exportação, em criar um pacote tecnológico tipicamente concentrador, baseado nessas culturas e, inclusive, na sua mecanização em alta escala?

Por que só se interessa o Governo em distribuir favores creditícios aos grandes produtores, em detrimento dos médios e pequenos produtores, responsáveis, como se sabe, por 70% da produção de alimentos no País? Seis milhões de pequenos lavradores, até hoje, não têm acesso ao crédito bancário. A quem interessa isto?

Não é de admirar que diante de tais circunstâncias, sem estímulos de qualquer natureza, com uma política vacilante notadamente no setor de pesquisas de sementes, sem assistência governamental para culturas como feijão, não é de admirar — repito — que esses agricultores aos poucos se vejam na contingência de abandonar as suas plantações.

Basta citar o exemplo do Paraná, para comprovar esse lamentável estado de coisa. Exemplo denunciado há dias pelo Agrônomo Claus Germer, do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social — o IPARDES.

Dados estatísticos recentes revelam que, de 1970 a 1975, os pequenos estabelecimentos agrícolas com menos de 20 hectares deixaram de explorar, apenas no Paraná, 600 mil hectares de lavouras tradicionais, e que todo o aumento de área cultivada naquele Estado foi com a soja. Acresce que, para agravar a situação, além da redução das áreas cultivadas por produtos de subsistência, houve ainda neste mesmo período, uma redução das pequenas propriedades: Cerca de 75 mil pequenas propriedades — vejam bem, este é um dado grave, 75 mil pequenas propriedades — em um só ano, foram absor-

vidas pelos grandes proprietários rurais, que destinaram estas áreas de produção de arroz, de milho, de feijão, destinaram apenas à produção de soja.

E eu pergunto: para onde terão ido esses 75 mil pequenos proprietários de terra, que tangidos pelas circunstâncias delas abriram mão — não sei se barato ou caro — e deixaram de produzir? Terão eles se incorporado novamente à força de produção em outros setores? Ou terão ido aumentar a pressão social nas grandes cidades, gerando esses problemas terríveis da explosão nos grandes centros.

Srs. Senadores, são tantos os aspectos condenáveis da política agrícola governamental, e que vêm sendo reiteradamente denunciados por técnicos, que é difícil até dizer onde reside o núcleo disso tudo.

Um dos fatores preponderantes é o modelo exportador do Governo, que induz em última instância ao uso do dinheiro, que é justamente o que não temos. E, na medida em que usa o capital, o País continua cada vez mais dependente das multinacionais, seja no setor de fertilizante, seja no setor de máquinas.

Na reunião de agrônomos realizada em Londrina, para discutir as causas da oferta insuficiente do feijão, dentre as quais sobressai a criminoso redução da área plantada deste produto para as safras das águas, no Paraná, Estado responsável pela metade do produto nacional, o conhecido agrônomo Marco Antônio Castanheira denuncia as tentativas de se modificar a tecnologia — basicamente nativa, nas lavouras do feijão, em benefício das multinacionais, que como se sabe, controlam praticamente todo o setor de insumos para a agricultura no Brasil.

Outro fator desestimulador da cultura do feijão é a projetada colheita mecânica, o que, à primeira vista, poderia tratar-se de providência favorável ao desenvolvimento daquela cultura. Dissemos que só à primeira vista tal providência poderia ser benéfica, porque ela contribui na prática para desestimular a cultura do feijão. Com efeito, pesquisas desenvolvidas pelo Instituto Agrônomo de Campinas revelam que a projetada mecanização irá beneficiar unicamente às multinacionais que, como vimos, controlam todo o setor de insumos agrícolas. Vão transferir a elas o controle absoluto de mais um setor de produção no País.

Por sua vez, além da tentativa de implantação de máquinas no plantio e colheita do feijão, outros fatos estão contribuindo para desestimular os pequenos agricultores deste produto, como o "valor básico de custeio" onde está previsto um prêmio para a produção de sementes, prêmio este direcionado justamente para as culturas de exportação. Assim, a soja tem 16% do prêmio, o milho, 41%; enquanto o feijão conta com apenas 5% de prêmio para incentivo à produção de sementes. Querem, decididamente, que os brasileiros não possam mais comer feijão.

O Sr. Passos Pôrto (PDS — SE) — Permite um aparte, nobre Senador?

O SR. LÁZARO BARBOZA (PMDB — GO) — Com prazer, nobre Senador.

O Sr. Passos Pôrto (PDS — SE) — Nobre Senador Lázaro Barboza, de certa forma V. Ex^a abordou o problema. Realmente, o modelo agrícola brasileiro, a opção nossa, capitalista, pela produção agrícola, fez com que o Brasil ativasse sua produção agrícola para a exportação. O cerne do problema está realmente nesse ponto que V. Ex^a também destacou — o problema da estrutura agrária brasileira. Quem produz no Brasil, lavoura de subsistência, é o pequeno produtor. A agricultura de produção de feijão, de milho, etc., é uma agricultura de família, é uma produção familiar. Realmente, as grandes fazendas, no Brasil, se dedicam à indústria da agricultura. A empresa agrícola, com grande produção destinada à exportação, evidentemente não se dedica à produção de alimentos. Então, está chegada a hora, realmente, em que todos nós, homens públicos brasileiros, devemos encontrar a solução para o problema fundiário brasileiro. Este, realmente, é um problema que tem desafiado todos os Governos, ou os Governos têm desafiado esse problema.

O SR. LÁZARO BARBOZA (PMDB — GO) — Veja V. Ex^a que temos uma lei agrária, como letra morta no nosso ordenamento jurídico, que está prestes a completar a maioria. Esse problema que V. Ex^a também sente ser grave e crucial é um tabu para o Governo.

Continuo ouvindo o aparte de V. Ex^a, altamente ilustrativo.

O Sr. Passos Pôrto (PDS — SE) — O Governo tem tomado providências. Boa parcela desses pequenos agricultores do Paraná, do Rio Grande do Sul, felizmente têm-se deslocado para as fronteiras agrícolas do Território de Rondônia, Goiás, Mato Grosso, que, sobretudo, têm absorvido essa mão-de-obra, que é uma mão-de-obra qualificada. Brasília mesma recebe uma boa participação desses lavradores do Sul, que estão aqui, no PADF, colhendo uma boa produção de arroz na região agrícola do Distrito Federal. Realmente o cerne do problema está na estrutura agrária brasileira, para a qual o Go-

verno, em que pese aos esforços do INCRA, em que pese aos esforços de entidades estaduais, é preciso que se tome uma providência além do Estatuto da Terra, a fim de que se assegure aos agricultores sem terra a pequena propriedade, porque esta — posso assegurar a V. Ex^a — dará condições ao Brasil de produzir muito mais do que aquilo que consome. Era a pequena contribuição que gostaria de dar ao magnífico discurso de V. Ex^a.

O SR. LÁZARO BARBOZA (PMDB — GO) — Muito obrigado, eminente Senador Passos Pôrto, que, no seu aparte, fazendo a apologia do INCRA, me fez lembrar, na Bancada de V. Ex^a, creio que até sentado nessa mesma cadeira, o saudoso Senador Paulo Guerra, que honrava nesta Casa a representação do Estado de Pernambuco, ao apartear-me, por ocasião de um discurso que eu proferia, analisando estas falhas da política agrícola brasileira. S. Ex^a aparteu-me para dizer que, em relação ao Ministério da Agricultura, era ele tão inoperante que, se fosse extinto e não se publicasse nos jornais e se divulgasse nos noticiários da televisão, desse fato, o Brasil não tomaria conhecimento.

Já pensei até, nobre Senador Passos Pôrto, em apresentar, nesta Casa, um projeto de lei propondo a extinção do INCRA, por inoperância.

O Sr. Henrique Santillo (PMDB — GO) — V. Ex^a me permite?

O SR. LÁZARO BARBOZA (PMDB — GO) — Ouço, agora, o nobre Senador Henrique Santillo.

O Sr. Henrique Santillo (PMDB — GO) — Eminente colega Senador Lázaro Barboza, congratulo-me com V. Ex^a pelo assunto importantíssimo que traz, nesta tarde, ao conhecimento da Casa. Ao mesmo tempo, concordo plenamente com o aparte dado pelo ilustre Senador Passos Pôrto, quanto à necessidade de uma urgente reforma da estrutura agrária do País, assegurando-se a todos os trabalhadores sem terra o direito à posse da terra, com toda assistência necessária, para que eles possam, numa agricultura modernizada, talvez em sistema de cooperativa, em muitos casos, produzir mais, porque são as pequenas propriedades realmente que estão produzindo mais neste País. Lamentavelmente, V. Ex^a está carregado de razão. A política do INCRA tem sido justamente o contrário do que prega aqui, nesta tarde, o Senador Passos Pôrto, com quem concordo e aplaudo sua opinião. O INCRA está estimulando e dando cobertura a uma exploração, até mesmo predatória, em grandes propriedades, nas áreas de abertura de novas fronteiras agrícolas do País, nas áreas de colonização. Fizemos, há poucos dias, aqui, um discurso, alertando sobre esse problema que está ocorrendo no nosso Estado, no Estado de Goiás, que representamos nesta Casa. Lá, no extremo norte, temos o INCRA dando cobertura a uma série de pessoas vindas do Sul e do Sudeste, que não são pequenos agricultores, são grandes grupos. Com a cobertura do INCRA, da Polícia Militar, do delegado de polícia, etc, estão sendo expulsas centenas de famílias de posseiros que ali estão radicadas há muitíssimos anos. Essa tem sido, lamentavelmente, a política do INCRA. Não diria que é generalizada. Em um outro ponto até concordo que em nosso Estado os escritórios do INCRA são muito bem orientados, mas na quase totalidade dos casos, lamentavelmente, o INCRA está orientando pessimamente a política agrária do País, prestigiando, privilegiando e protegendo os grandes grupos nacionais e multinacionais.

O SR. LÁZARO BARBOZA (PMDB — GO) — Agradeço o aparte de V. Ex^a, que vem mostrar mais uma faceta do calcanhar-de-aquiles da política agrícola brasileira — o drama do lavrador sem terra, daquele posseiro do norte do nosso Estado, que, às vezes, ali, num pedacinho de chão, sem título definitivo, criou os filhos, ali envelheceu, e, de um dia para outro, acaba enxotado daquele pedaço de chão que aprendeu a amar e de onde tirava o sustento para si e para os seus. Lamentavelmente, isso quase sempre é feito com o acobertamento de autoridades que lá deveriam estar para proteger aquele lavrador e se desviam do caminho certo e vão proteger os mais poderosos, os que, na realidade, não tem razão, porque ali chegam e não sei como obtêm essa cobertura monstruosa para alijarem das barrancas dos rios o pequeno agricultor que ali, à mínima da assistência do Governo, tem pelo menos conseguido sobreviver.

Ouço, mais uma vez, o nobre Senador Passos Pôrto.

O Sr. Passos Pôrto (PDS — SE) — Nobre Senador Lázaro Barboza, o eminente Senador Henrique Santillo fez acusações ao INCRA, das quais não participo, e não participo, porque o INCRA tem feito uma série de legitimações de áreas no Brasil, o INCRA, sobretudo nestes últimos anos, tem um acervo imenso de serviço na regularização de terras no Brasil. Há fatos isolados. Ocorre que o INCRA possui uma base jurídica que tem de cumprir, há uma legislação que o INCRA tem de cumprir. Ele chega a uma área nova para legitimar ocupantes de solo, encontra o fazendeiro com a escritura normal no Cartório de Registro de Imóveis legitimada. Há invasores que, por ig-

norância, por desconhecimento, estão há anos naquela área. A Justiça local dá, por certo, razão ao fazendeiro que adquiriu a terra através de escritura pública. O que pode fazer o INCRA? Cumprir o que determina a lei.

O SR. LÁZARO BARBOZA (PMDB — GO) — Nobre Senador Passos Pôrto, o problema não é este.

O Sr. Passos Pôrto (PDS — SE) — De qualquer maneira, protesto contra essa forma como é exercida pelo INCRA ou por qualquer órgão. Deveria haver prioridade na localização dessas áreas para quem produz e quem trabalha, porque esta é que deve ser a filosofia do Governo, premiar, localizar aquele que produz e que trabalha. Aquele que traz o capital para explorar a região deve ficar numa segunda etapa. Sabe muito bem V. Ex^a, como goiano ilustre que é, que o seu Estado foi feito através desse processo. Aliás, os processos de colonização, em qualquer lugar do mundo, sempre vêm precedidos dessas injustiças, que são as ocupações, as expansões do capital de uma região para outra região. Mas está chegando a hora em que se deve fazer revisão de toda essa política agrária e se instalar, de fato, no Brasil uma justiça agrária que possa assistir o lavrador sem terra do nosso País.

O SR. LÁZARO BARBOZA (PMDB — GO) — Aliás, V. Ex^a faz uma colocação que me parece efetivamente correta. Nós precisamos instituir, no Brasil, com a maior rapidez possível, uma justiça agrária para cuidar desse problema. O que é mais grave no INCRA é a morosidade com que esses problemas são tratados.

Toda a margem direita do Tocantins, em Goiás, ocupada há 2 séculos e cujos documento de propriedade da terra são ainda os famosos registros paroquiais, até hoje aquela área vastíssima não se desenvolveu porque, de certo tempo para cá, os órgãos do Governo entenderam de não dar mais reconhecimento...

O Sr. Henrique Santillo (PMDB — GO) — É o extremo norte do País.

O SR. LÁZARO BARBOZA (PMDB — GO) — Exato. Entenderam de não dar reconhecimento ao registro paroquial, mesmo em áreas onde não há nenhum conflito e depende, então, do INCRA legitimar aquele título de propriedade. E os anos se passam, o proprietário, o lavrador se cansa das viagens de ida e de volta e nada é feito.

Parece incrível, mas, em Goiás, a área que compreende cerca de mais ou menos 70 municípios goianos está nessa situação. O Município de Guaraí, mesmo, ao longo da Belém—Brasília, parece incrível, o INCRA não soltou no Município de Guaraí, nestes anos todos, um só título, uma só legitimação, embora lá não tenha havido, até hoje, também um só conflito grave que gerasse dúvidas, que gerasse problemas. E porque, efetivamente, a burocracia ou a máquina burocrática é emperrada e não caminha. Mas vou procurar concluir, Sr. Presidente, porque vejo que V. Ex^a está quase a advertir-me do tempo que se esgota.

Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Não basta o Governo constatar a crise do feijão e dos cereais indispensáveis à alimentação do povo; é preciso que ele aproveite as lições da crise para instituir um programa de pesquisa a longo prazo, para a cultura cerealista nacional e para criar incentivos realmente compensadores aos pequenos e médios agricultores brasileiros.

Isto é que é preciso ser feito, e não forçar a introdução na mesa dos brasileiros de alimentos, como a soja, para evitar eventuais problemas decorrentes da superprodução de produtos de exportação. Sabemos que não se muda o costume, o hábito de um povo, do dia para a noite. O brasileiro é acostumado a comer arroz e feijão há 450 anos.

O Sr. Evelásio Vieira (PP — SC) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LÁZARO BARBOZA (PMDB — GO) — Com todo o prazer, nobre Senador Evelásio Vieira.

O Sr. Evelásio Vieira (PP — SC) — V. Ex^a faz uma magnífica apreciação crítica em relação à política agrícola neste País. V. Ex^a está preocupado com a atenção especial do Governo para aqueles produtos voltados para o mercado externo em detrimento daqueles produtos de consumo interno.

O SR. LÁZARO BARBOZA (PMDB — GO) — Exatamente.

O Sr. Evelásio Vieira (PP — SC) — Isso também ocorre porque neste País não existe uma política planejada para a agricultura.

O SR. LÁZARO BARBOZA (PMDB — GO) — Exato.

O Sr. Evelásio Vieira (PP — SC) — Porque se tivéssemos uma política organizada, uma política planejada estaríamos produzindo o café com excedentes para exportação, o cacau, o soja, outros produtos sem ferir aqueles destinados ao mercado interno. Veja V. Ex^a que hoje o cacau é um excelente componente na nossa pauta de exportação. Embora tenha sofrido queda nos

seus preços nos últimos meses, o Governo está estimulando a cultura do cacau em Rondônia, Amazonas, Roraima, Pará, Acre, Mato Grosso. Vamos encontrar dificuldades sérias, em breve, na colocação desse produto nobre no mercado externo, criando uma crise econômica e social gravíssima, neste País. E por quê? Porque falta planejamento, previsão. Vamos estabelecer o zoneamento agrícola e o problema não ocorrerá. Veja V. Ex^a a falta de previsão: perdemos, anualmente, segundo o Ministro da Agricultura, de 20 a 25% das nossas safras agrícolas. Agora, hoje, nesta tarde, o Governo está realizando uma concorrência pública para o transporte de 1 milhão e 200 mil sacas de arroz do Mato Grosso, mais especificamente da região de Barra do Garças...

O SR. LÁZARO BARBOZA (PMDB — GO) — Arroz de Canarana...

O Sr. Evelásio Vieira (PP — SC) — ... para transportá-lo para Goiânia, para Anápolis, para armazená-lo porque lá não há uma rede de armazenagem de silos suficientes e esse arroz está sofrendo deterioração...

O SR. LÁZARO BARBOZA (PMDB — GO) — Começando a receber as chuvas agora daquela região.

O Sr. Evelásio Vieira (PP — SC) — Esses problemas são todos por falta de uma política séria, de uma política agrícola planejada. Na hora em que tivermos este planejamento, eliminaremos esses graves problemas que V. Ex^a, com sabedoria, está a trazer à Casa.

O SR. LÁZARO BARBOZA (PMDB — GO) — Agradeço ao aparte do nobre Senador Evelásio Vieira, eminente representante do Partido Popular, que aqui nesta Casa integra a representação de Santa Catarina, que tantas e tantas vezes tem ocupado a tribuna, de forma tão brilhante, para discutir os problemas econômicos do País e, também, a sua política agrícola. S. Ex^a feriu um ponto que, a meu juízo, é da maior importância.

Por que não cuida o Governo da demarcação de linhas de zoneamento agrícola para evitar o plantio da cultura em regiões reconhecidamente inadequadas ao seu desenvolvimento? Não pode, de fato, desconhecer o Governo que essa inadequação acarreta crescentes aumentos na utilização de insumos, fator preponderante de crescimento do custo de produção.

Enfim, por que não procura o Governo apoiar, decididamente, o homem do campo, ao invés de querer substituí-lo por uma tecnologia na qual a pesquisa se acha direcionada para a colheita? Foi exatamente isto que presenciamos, no ano passado, com o fracasso do plantio do feijão.

Se dirigirmos nossa atenção para a agricultura, por regiões, pode-se verificar que as coisas também não andam bem.

No Nordeste, as agriculturas clamam por uma dinamização agrícola, através de culturas apropriadas às peculiaridades e pela necessidade de iniciativas reformistas para toda a região, que, como sabemos, permanece profunda e extensamente subexplorada. Tal fato é considerado por alguns especialistas da cultura nordestina como o maior problema, não só da região, como de todo o País, notadamente do ponto de vista sócio-econômico.

São Paulo, um dos grandes empórios agrícolas do País, enfrenta tal problema, a ponto de vários técnicos já terem apelado para o Governo, no sentido de não correr o risco de uma substituição da agricultura de alimentação por uma agricultura energética, dessas apreensões e dos reclamos dos agricultores paulistas se fez portador o próprio Secretário de Agricultura de São Paulo, Dr. Guilherme Afif Domingos, por ocasião do XVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, levado a efeito em julho deste ano.

— No Estado do Paraná, outro centro agrícola do País, seu Secretário de Agricultura lamenta o distanciamento do meio rural dos centros de decisão de nossa política agrícola. Para ele, o Brasil é um País agrícola com mentalidade urbana, onde a classe rural não tem, como devia, qualquer representação.

E as queixas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, são tão numerosas e insistentes, manifestadas insuspeitadamente através dos depoimentos que quase todos os Secretários de Estado do referido Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, que, de acordo com um observador deste conclave, os seus pronunciamentos tiveram conotações políticas que, por vezes, mais pareciam manifestações de membros da oposição do que de Secretários da Agricultura, homens portanto do Governo e da Situação.

As fraquezas, deficiências e insuficiências da agricultura brasileira precisam ser encaradas com mais seriedade pelo Governo, precisa ele decidir-se, com urgência, por posturas de amplo caráter reformista, processadas com criterioso remanejamento de culturas e alteração do sistema fundiário. O Nordeste como as demais regiões agrícolas do País são viáveis e têm condições de se afirmarem como florescentes centros agropecuários.

Para tanto, importa que a política do Governo deixe de ser circunstancial e conjuntural, caracterizada por dotações orçamentárias quando as culturas se apresentam desfavoráveis; política que desativa programas agrícolas re-

conhecidamente vantajosos aos agricultores mas que não se coadunam com a política de exportação agrícola que o Governo por fina força pretende implantar e manter no País, em detrimento da alimentação do brasileiro que hoje enfrenta períodos de crise cada dia mais intensos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente e Srs. Senadores. (Muito bem! Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Concedo a palavra ao nobre Senador Agenor Maria.

O SR. AGENOR MARIA (PMDB — RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

O meu pronunciamento de hoje tem como base indagar do Governo o porquê da fixação dos preços de açúcar diferenciado e do preço dos valores do salário. Porque, Sr. Presidente e Srs. Senadores, foi fixado o preço da saca de açúcar de 60 quilos, aqui, para o Centro-Oeste, à razão de 792 cruzeiros e 11 centavos, e para o Nordeste 1 mil 124 cruzeiros e 30 centavos.

Não entendo, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o porquê da diferença de preços para mais. Por que o açúcar do Nordeste é mais caro Cr\$ 332,19 do que o açúcar do Sudeste? O nordestino vai pagar, a partir do dia 1º, Cr\$ 5,50 a mais em um quilo de açúcar.

Mas o que é paradoxal, Sr. Presidente, é que enquanto o Governo estabelece o preço do açúcar com a diferença para mais de Cr\$ 5,50, por quilo, o salário é diferente. O salário do Nordeste é Cr\$ 3.189,70; o salário do Sudeste é de Cr\$ 4.149,70. Como é que pode? O operário nordestino, na hora do salário, ganha menos 31% do assalariado do Sudeste; e agora, na hora de pagar o açúcar, ele que ganha menos 31%, ele vai pagar o açúcar Cr\$ 5,50 a mais em cada quilo.

Eu desejava que o Governo, através da Liderança daqui do Senado, me desse uma satisfação plausível, uma satisfação com a qual eu pudesse, pelo menos, me conformar com esse paradoxo. Se o Nordeste é uma Região onde o poder aquisitivo é mais baixo, o subemprego é maior, como se entende pagar o açúcar mais caro? E quanto mais caro? Cinco cruzeiros e cinquenta centavos em um quilo de açúcar, mais caro do que no Sudeste.

Quando li os jornais desta semana e tomei conhecimento disso, fiquei realmente na obrigação, Sr. Presidente e Srs. Senadores, de vir à tribuna indagar do Governo o porquê dessa diferença.

Vou ler a nota:

"Os Ministros do Planejamento e da Indústria e do Comércio aprovaram ontem em Brasília os novos preços da cana, do açúcar e do álcool, que entram em vigor assim que o Instituto do Açúcar e do Alcool divulgar as portarias. O litro de álcool hidratado, usado como combustível de automóvel, passará de Cr\$ 18,20 para Cr\$ 24,70, não ultrapassando o limite de 65% em relação ao preço da gasolina, atualmente de 38 cruzeiros o litro. A tonelada de cana nos Estados do Rio, Minas Gerais e Espírito Santo passará de Cr\$ 613,00 para Cr\$ 845,94; nos outros Estados do Centro-Sul, vai para Cr\$ 807,56, e no Nordeste para Cr\$ 1.152,60. A saca de açúcar de 60 quilos no Centro-Sul custará Cr\$ 792,11. No Nordeste, valerá Cr\$ 1.124,30."

Sinceramente, Sr. Presidente, não entendo isso. O automóvel vai consumir o álcool no mesmo preço; o preço que o automóvel vai consumir o álcool em São Paulo é o mesmo preço que vai consumir o álcool no Rio Grande do Norte. Mas o automóvel que vai consumir álcool no Rio Grande do Norte, que consome no mesmo preço do álcool de São Paulo, é igual. O homem, a criatura humana não; o operário do Nordeste que ganha menos 31%, este vai pagar o açúcar mais caro.

Sr. Presidente, não entendo que tipo de legislação é essa. Não posso entender que tipo de Governo é esse. Será possível que a barriga do nordestino seja diferente da barriga do sulista? Será que ao poder aquisitivo do sulista possa se dar o direito de ter o açúcar mais barato?

É um assunto, Sr. Presidente, que exijo, nesta oportunidade, da Liderança do Governo com assento nesta Casa, uma resposta, para que eu possa, realmente — já que vou ao Nordeste sexta-feira — dizer ao nordestino por que vamos pagar o açúcar mais caro que o Sul, apesar de o preço do álcool se equiparar entre o Sul e o Nordeste. Tenho que saber alguma coisa para poder explicar ao nordestino — que vai me perguntar — a razão desse paradoxo, Sr. Presidente.

O Sr. Bernardino Viana (PDS — PI) — Permite um aparte, nobre Senador?

O SR. AGENOR MARIA (PMDB — RN) — Com o maior prazer, Senador Bernardino Viana.

O Sr. Bernardino Viana (PDS — PI) — Senador, o preço que ele fala aqui é o preço que vai pago na fábrica, mas o preço ao consumidor é mais barato. Tanto assim que o preço para a tonelada de cana é de Cr\$ 1.152,60, enquanto que na região de São Paulo é Cr\$ 845,00. Então, esse é o preço correspondente à produtividade da terra. Lá no Nordeste a produtividade de um hectare de cana anda em torno de 60 toneladas por hectare. Ao passo que, aqui no Sul, a tonelagem, inclusive no Rio e São Paulo, vai a 90 e a 120 toneladas por hectare. O preço para o usineiro, do saco de açúcar, é de 1 mil e 124 cruzeiros, mas o preço nos supermercados é mais barato; é subsidiado esse preço; ele recebe por fora e tem que vender ao revendedor a preço mais barato.

O SR. AGENOR MARIA (PMDB — RN) — Senador Bernardino Viana, se o comerciante vai comprar um saco de açúcar à razão de 1 mil e cento e vinte e quatro cruzeiros e trinta centavos, se ele vai comprar a esse preço, o que está comprando à razão de setecentos e noventa e dois cruzeiros e 11 centavos, está comprando com uma diferença, para menos de 40%. O que eu não entendo é que a diferença de preço do saco de açúcar entre o Nordeste e o Sul represente realmente esse descalabro, porque prejudica demasiadamente o consumidor.

Fica aqui, Sr. Presidente, da parte do problema do açúcar, esta observação e cobrarei, oportunamente, uma resposta do Governo a esse respeito.

Outro problema, Sr. Presidente, que me traz à tribuna é o do petróleo. O Iraque já interrompeu as suas exportações de petróleo. Sr. Presidente, se a guerra entre o Iraque e o Irã determinar a interrupção total da remessa de petróleo ao Ocidente, e as nossas reservas são suficientes apenas para 110 dias, no máximo, eu não entendo porque, Sr. Presidente, não se procura racionar o combustível. Se essa guerra continuar e as nossas reservas, nas quais, já começamos a entrar, só darão para 110 dias o que o Governo está esperando, para fazer o racionamento de combustível? A PETROBRÁS começa a usar seus estoques. Os jornais do dia 26, anunciam que a PETROBRÁS começou a usar os estoques.

Se a PETROBRÁS começa a usar os estoques, e os mesmos só são suficientes para 110 dias, então, Sr. Presidente, um racionamento depois de acabar esses estoques, não tem sentido. O racionamento e outras medidas de ordem técnica precisam ser tomadas e encaradas de imediato pelo Governo.

No Japão, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o craqueamento do barril de petróleo para gasolina, tem um percentual de apenas 12%. No Brasil, esse percentual atinge 25% — 25% sobre 143 litros de petróleo — aproximadamente, o Brasil extrai do barril de petróleo, 36 litros de gasolina.

Se nós adotássemos, diante do quadro emergencial que aí está, a mesma política adotada pelo Japão, que é um país como o Brasil, que depende quase que exclusivamente do petróleo — e o petróleo é totalmente importado — nós estaríamos começando uma política séria, objetiva, no sentido de evitar num futuro bem próximo, uma situação irreversível.

Porque, Sr. Presidente, o barril de petróleo tem 145,3 litros, oferecendo, segundo craqueamento nacional, 30% para óleo combustível. Temos, em um barril de petróleo 43,6% de óleo combustível; o diesel, 26%: temos 37,7 litros; para a gasolina, temos 25%: 36,3 litros; para a nafta, temos 7%: 10,2 litros.

Se começássemos já de agora a desenvolver uma nova técnica — que é possível — para um craqueamento diferente, nós que começamos a economizar gasolina — nesses últimos três anos passamos a consumir menos gasolina e a gastar mais óleo diesel — ora, se estamos consumindo menos gasolina e mais óleo diesel e continuamos com esse craqueamento, tirando ainda 25% do percentual do barril de petróleo, está sobrando gasolina; a sobra desta gasolina nos obriga a vender a preços internacionais a nossa gasolina.

Então, nós poderíamos evitar a venda do excesso de gasolina. Como poderíamos evitar essa venda que já está acontecendo? Justamente modificando o craqueamento na exploração técnica do petróleo. Fazendo como o Japão, procurando tirar apenas 12% do barril de petróleo, nós teríamos, ao invés de 36,3 litros de gasolina em cada barril de petróleo, apenas 17,4 litros de gasolina. Sr. Presidente, Srs. Senadores, fariamos uma economia de gasolina extraordinária, porque a diferença para menos de gasolina iria aumentar a diferença para mais em diesel. Se esses 13% a menos, no craqueamento do petróleo, diminuindo o percentual para 12% e conseqüentemente, ao invés de tirarmos 36,3%, de gasolina, tirássemos apenas 17,4%; ia sobrar para óleo diesel. Ao invés de tirarmos 37,7% de óleo diesel, sobre este outro craqueamento, nós poderíamos tirar 56,6% de óleo diesel.

Acho, Sr. Presidente, e Srs. Senadores, que a curto prazo, o que nós podemos fazer são justamente essas pequenas coisas que possam aliviar um pouco o grande problema que estamos vivendo atualmente, o grande problema que estamos vivendo por falta de percepção, o grande problema que estamos vivendo por falta de compreensão das autoridades governamentais que, desde

1973, quando eclodiu a crise do petróleo, deviam ter evitado no máximo chegarmos à 1980 na situação difícil que estamos vivendo.

Confesso, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o Japão é tão dependente ou mais do que o Brasil, mas no Japão, 75% do transporte de massa não é subordinado ao transporte dependente do petróleo; 75% é subordinado ao transporte elétrico. Então, o transporte de massa, no Japão, não depende, na sua maioria, do petróleo.

No Brasil não, Sr. Presidente e Srs. Senadores, aqui no Brasil temos apenas 4,9% em uma cidade de São Paulo, onde mais de 8 milhões de criaturas precisam viajar todos os dias. Pois bem, desses 8 milhões de criaturas que precisam viajar todos os dias, dependemos totalmente do petróleo. Ora, se acontecer faltar o petróleo, para onde aquelas 8 milhões de criaturas vão, se não têm o transporte? Se não têm o transporte, vem o colapso total, o colapso da indústria, do comércio, porque a nossa dependência é total. Apesar de produzirmos mais de 15% de petróleo, a nossa situação é pior do que a do Japão, muito pior do que a da Inglaterra.

O Sr. Almir Pinto (PDS — CE) — V. Ex^a me permite?

O SR. AGENOR MARIA (PMDB — RN) — Permitirei, apenas gostaria de concluir o meu raciocínio.

Na Inglaterra, 73% dos transportes são eletrificados, não dependem do petróleo; na França, 66% são eletrificados, também não dependem do petróleo. No Brasil, não. Aqui, apenas 4,9% dos transportes são eletrificados. Aí é de se perguntar: São Paulo e Rio de Janeiro, num colapso total de petróleo, para onde vão essas duas cidades?

Apenas São Paulo, Sr. Presidente e Srs. Senadores, consome 45% do total de petróleo importado pelo Brasil, ou seja, 45% do petróleo consumido pelo Brasil — só São Paulo. Pois bem, se consome 45% do petróleo nacional e a nossa dependência do transporte de massa é totalmente do petróleo, isso demonstra, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a situação de dificuldade e de sacrifício em que estamos envolvidos.

Com o maior prazer, Senador Almir Pinto, concedo o aparte a V. Ex^a

O Sr. Almir Pinto (PDS — CE) — Nobre Senador Agenor Maria, acredito que todo o Plenário do Senado está ouvindo o pronunciamento de V. Ex^a com muita atenção, e mesmo com muita apreensão, porque na verdade todo o mundo, inteiro, neste instante, atravessa dificuldades tremendas face a esta guerra entre Iraque e Irã. Eu conversava aqui com o meu nobre colega de Bancada, Senador Bernardino Viana, e quando V. Ex^a dizia que a situação do Brasil é pior do que a do Japão. Tenho a impressão de que V. Ex^a olvidou-se neste ponto.

O SR. AGENOR MARIA (PMDB — RN) — A respeito do transporte de massa é pior.

O Sr. Almir Pinto (PDS — CE) — A questão do transporte de massa no Japão, que V. Ex^a disse que era por eletricidade, lá eles não têm hidrelétrica, toda a eletricidade deles é gerada a diesel.

O SR. AGENOR MARIA (PMDB — RN) — Lá eles não têm hidrelétricas, mas têm energia nuclear, têm outros tipos de energia e não são dependentes do petróleo. Quando estou anunciando a V. Ex^a que o transporte de massas no Japão 75% independe do petróleo, é porque realmente estou em condições de dizer isto. Senador, eu só afirmo da tribuna alguma coisa quando posso provar. E vou provar.

O Sr. Almir Pinto (PDS — CE) — Com relação à Inglaterra, eles não têm problemas, porque vão buscar petróleo no Mar do Norte. A França pode ser que em um, dois ou três anos se liberte dessa dependência graças à energia nuclear. Aí talvez, já a esta altura, nós aqui admitamos o aceleramento das Angra, I, II, III e IV.

Nobre Senador, atentemos para um fato, um episódio que nos deixará estarecidos: digamos que o Irã, que diz a toda hora que no caso de perder a guerra incendiará todos os poços de petróleo do golfo Pérsico, se de uma hora para outra ficarmos sem o combustível, como é que iremos nos haver? Como este País irá se reencontrar na sua economia, no seu comércio, na sua indústria? Isso é um negócio muito sério. V. Ex^a está dissecando muito bem o problema energético. Creio que o Governo já deveria estar encontrando uma maneira de poupar combustível. Se nós temos, digamos, gasolina para 110 dias, vamos tentar uma maneira que atinja os 220 dias. O que está na tanca-gem dará para isso!

O SR. AGENOR MARIA (PMDB — RN) — O que estou dizendo?

O Sr. Almir Pinto (PDS — CE) — Estou falando justamente sobre isso, porque eu queria apreender bem o pensamento de V. Ex^a. Pior se faltar de uma hora para outra o petróleo! Como V. Ex^a está dizendo — São Paulo, que consome 45% de todo o petróleo que importamos e produzimos, teremos a grande indústria paulista quase paralisada a ouro preto! Enfim, para toda in-

dústria e para os transportes brasileiros. Acredito que o próprio Presidente da República e o Ministro de Minas e Energia estão preocupadíssimos com a situação e estudam uma maneira de ver como safar o País dessa guerra entre o Iraque e Irã esperando o seu fim para dentro de um prazo mais curto possível, evitando dessa forma que a humanidade não venha a sofrer terríveis consequências em tudo, em todas as suas potencialidades.

O SR. AGENOR MARIA (PMDB — RN) — Nobre Senador Almir Pinto, quem afirmou, na semana passada, que o transporte no Japão é 75% eletrificado; foi o Ministro dos Transportes, o Sr. Eliseu Resende, aqui está o documento. O Ministro dos Transportes, Eliseu Resende, foi quem afirmou que enquanto no Japão 75% do transporte de massa é eletrificado, na Inglaterra é 73% e na França 76%, aqui no Brasil é de apenas 4,9%; disse também que o Iraque interrompe a sua exportação de petróleo e a PETROBRÁS começa a usar os seus estoques.

Então, o que quero afirmar, desta tribuna, é que se o Iraque interrompe suas exportações de petróleo e a PETROBRÁS começa a usar os estoques para 110 dias, o que o Governo está esperando para começar o racionamento? A nossa dependência, repito, no transporte de massa é muito mais grave do que a do Japão, Inglaterra e França, porque quando o Ministro Eliseu Resende informou que lá eles têm 75, 73 e 76% dos transportes eletrificados, não dependem do petróleo, é porque realmente S. Ex^a está certo; ele não iria afirmar uma coisa se não tivesse convicção. E aqui no Brasil nós dependemos quase que inteiramente do petróleo, porque apenas 4,9% do transporte é eletrificado; são palavras do Sr. Ministro dos Transportes.

O meu apelo, desta tribuna, prende-se ao fato das autoridades, não terem atentado para esse problema há 10 anos passados; não terem evitado a dependência total nos dias de hoje, e não verem que a cada dia estamos devendo mais. Aqui não temos um elenco de prioridades. Aqui queremos fazer energia nuclear que está orçada em mais de 30 bilhões de dólares, fazer a estrada do Aço, fazer Tucuruí, enfim, uma série de obras bilionárias, sem termos nada. O que se precisa é de um elenco de prioridade, de acordo com as nossas possibilidades, para não acontecer o que está aí. O que está acontecendo hoje? A indústria nuclear, que já comeu alguns bilhões de dólares, vai parar. Itaípu está aí, prejudicadíssima. Por que Itaípu está prejudicada? Porque quiseram fazer, ao mesmo tempo, uma série de coisas, sem poder. Isso é falta de administração, é falta de patriotismo, é falta de visão. Todos reconhecemos as dificuldades do Governo, mas essas dificuldades, quem está aumentando é ele próprio, por incapacidade.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Senadores, se temos capacidade, através da nossa energia hidráulica, de vivermos até o ano 2.000 sem precisar de energia nuclear, por que então queremos ir atrás da energia nuclear, prejudicando a energia mais barata, que está de acordo com o nosso *know how* e com nossa capacidade financeira?

Nobre Senador, é importante que usemos esta tribuna para alertar o Governo que ele é o único responsável pela situação de miserabilidade a que está sendo arrastado o País.

O Sr. Henrique Santillo (PMDB — GO) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. AGENOR MARIA (PMDB — RN) — Com muito prazer, nobre Senador Henrique Santillo

O Sr. Henrique Santillo (PMDB — GO) — Eminentíssimo Senador Agenor Maria, acho que V. Ex^a tem inteira razão de estar, mais uma vez preocupado com o problema de fontes energéticas do País, com o problema da crise energética. É lógico que o conflito no Golfo Pérsico, por várias razões, afeta diretamente este País. A primeira delas, todos sabemos, é que, um dos países envolvidos diretamente no conflito é o maior fornecedor de petróleo ao Brasil, que é o Iraque. Mas há um outro aspecto, é que esse conflito afeta a economia de todos os países chamados do centro, do mundo ocidental, ou seja, os países altamente desenvolvidos, e que, por mecanismos que todos já conhecemos, costumam transferir todo o ônus de sua problemática econômica, ou quase todo, aos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, aos países do 3º mundo. Se não acordarmos, se o Governo brasileiro não acordar para isso, o Brasil pagará duplo ônus, duplo preço, por este conflito. Pagará em primeiro lugar com o grande problema a que V. Ex^a se refere da falta de fornecimento de petróleo. E não há como fugir a curtíssimo prazo do petróleo, nem a curto prazo e nem a médio prazo. Só há como fugir do petróleo a longo prazo, mas a curtíssimo, a curto e a médio prazo, é impossível. E, de outro modo, pagará também um pesado ônus, um pesado tributo, com os países altamente desenvolvidos, controlando pelos mecanismos que conhecemos os preços da matéria-prima que nós, países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, fornecemos a eles e por uma série de outros mecanismos utilizados pelo capital financeiro internacional, por essa rede, por essa estrutura poderosa e infernal que subjuga, domina os países que querem se desenvolver na

órbita da periferia, na órbita do terceiro mundo. Daí, então, a necessidade de não permitirmos — segundo o meu modo de ver, e estou certo de que V. Ex^a concordaria — que as decisões, quanto a uma estratégia imediata para evitar o buraco, o caos, precisam ser o mais democraticamente possível tomadas. Não podem ser tomadas, ou continuarem sendo tomadas, por meia dúzia de tecnocratas fechados em seus gabinetes, dissociados da realidade política nacional. E o Congresso Nacional precisa participar desse processo decisório com urgência, porque bem disse V. Ex^a, virá, aí, o racionamento, ele já está sendo colocado na ordem do dia e em prática. Já disse agora pouco, num outro aparte, que as empresas de transportes, no Brasil, já receberam informações da PETROBRAS de redução imediata do fornecimento do diesel. Então, já está sendo racionado. E uma informação que está sendo sonegada à Nação, mas ele já está sendo racionado. E a preocupação que nós temos, é de que esse racionamento, decidido autoritariamente, possa trazer como consequência o estímulo e o pretexto para que grupos que não querem que a sociedade brasileira continue ampliando o seu espaço de participação política, para que esses grupos dêem o golpe, provoquem o retrocesso político a pretexto de crise aguda, e o Congresso Nacional precisa assumir o seu papel, a sua missão de representação legítima da sociedade brasileira, bem ou mal. Não interessa se é mal ou se é bem. O certo é que é a única que temos, e se é a única que temos, ela precisa assumir o seu papel.

Parabenizo-me com V. Ex^a É a preocupação de todos nós, como bem disse V. Ex^a

O SR. AGENOR MARIA (PMDB — RN) — Muito obrigado.

O Sr. Henrique Santillo (PMDB — GO) — Este assunto precisa continuar na ordem do dia e estes Ministros, estes tecnocratas, este pessoal que já decide há muito tempo à revelia da Nação, precisam ser trazidos aqui, às Comissões desta Casa e da Câmara Federal para, em regime de permanente reunião, discutir conosco a estratégia que pretendem estabelecer. Muito obrigado.

O SR. AGENOR MARIA (PMDB — RN) — Nobre Senador Henrique Santillo, se nós não podemos fazer nada de imediato, temos que lançar mão de tudo aquilo que é possível, que é o racionamento; um craqueamento diferente do qual possamos extrair menos gasolina, que é onde podemos, realmente, fazer economia. Por que é que nós podemos fazer economia na pauta de gasolina? Porque temos o álcool.

Então leio nos jornais, o Brasil vendendo volume grande de açúcar para a Rússia. Acho que não deveríamos vender açúcar para ninguém; deveríamos fabricar o açúcar necessário ao nosso consumo e transformar o resto em álcool e estamos conversados. Se nós temos condições de fazer mais álcool, por que, então, fazer mais açúcar?

Outro aspecto: se o craqueamento pode ser feito para desenvolver a produção maior no barril de petróleo em óleo diesel, porque ainda não temos um substituto imediato, vamos aumentar a extração do barril de petróleo em óleo diesel e diminuir a extração de gasolina e não o que está aí. Estamos com excesso de gasolina, vendendo gasolina a Cr\$ 4,00 e Cr\$ 5,00 o litro para o exterior, porque temos que acompanhar a cotação do mercado internacional.

Então, vamos adotar um craqueamento que possa ficar de acordo com as nossas possibilidades; vamos adotar um racionamento que possa se fazer. Prefiro passar 3 ou 4 dias andando a pé, sabendo que dia tal posso andar no meu carro, mas não esperar que esse estoque, que é um estoque mais estratégico, é um estoque que não podemos acabar, é um estoque que não podíamos usar. Se amanhã ou depois um país qualquer declarar guerra ao Brasil, como é que o Brasil vai brigar, se dependemos de combustível para os nossos aviões, para os nossos navios?

Então, Sr. Presidente, Srs. Senadores, vamos exaurir os nossos estoques, e em que situação ficaremos? A minha preocupação é fundamentada em princípio de responsabilidade. Sim, em princípio de responsabilidade. O racionamento é uma necessidade; modificar o craqueamento do barril de petróleo é outra necessidade, enfim, vamos nos apegar com aquilo que possamos fazer, no dia de hoje, para começar, já, a evitar um mal maior no futuro.

O Sr. Evelásio Vieira (PP — SC) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. AGENOR MARIA (PMDB — RN) — Com o maior prazer, Senador Evelásio Vieira.

O Sr. Evelásio Vieira (PP — SC) — A partir de 1973, os aumentos constantes do petróleo se refletiram na economia brasileira; em consequência, os problemas sociais tornaram-se maiores. A guerra que se trava agora, entre o Irã e o Iraque, vai inevitavelmente provocar reflexos negativos ainda maiores na nossa economia, criando uma série de problemas sociais, muito em razão da nossa própria imprevidência. Se, a partir de 1973, quando houve a explosão dos preços do petróleo nós tivéssemos partido na busca de novas alterna-

tivas energéticas, numa decisão corajosa, dando desenvolvimento com audácia ao PROÁLCOOL, à exploração do carvão, à energia solar, e a outras fontes energéticas, os problemas, hoje, seriam bem menores. Veja V. Ex^a que, na tarde de hoje, ainda se discutiu o PROÁLCOOL. Tivemos um crescimento, nos últimos anos, na produção do álcool carburante, em razão da participação das destilarias mistas, quando deveríamos, desde 1974, pelo menos, estar implantando as destilarias autônomas, as pequenas destilarias, principalmente através de cooperativas de produtores para se economizar, inclusive, o passeio que ocorre no transporte de gasolina e do óleo diesel. Mas, quero registrar uma opinião minha. Todos nós deploramos o conflito bélico no Oriente Médio. Lamentamos, profundamente, que vidas humanas estão sendo ceifadas. Lamentamos, isto é claro. Mas quero dar a minha opinião a V. Ex^a a respeito. A falta de petróleo vai obrigar ao Governo a reformular o sistema de transporte neste País, vai obrigar o Governo a investir no PROÁLCOOL, a investir no carvão, a investir em outras áreas. Esta guerra vai ser, a meu juízo, altamente benéfica ao Brasil a médio prazo. A curto prazo vamos ter problemas sérios. Mas, a médio prazo ela vai trazer resultados benéficos, porque vai obrigar o Governo a adotar aquela posição que a Oposição nesta Casa, vem defendendo desde 1973, quando os preços do petróleo explodiram.

O SR. AGENOR MARIA (PMDB — RN) — Muito obrigado, Senador Evelásio Vieira.

O Sr. Almir Pinto (PDS — CE) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. AGENOR MARIA (PMDB — RN) — Só um momento, Senador Almir Pinto.

O que eu desejava era que o Governo favorecesse o Programa do Álcool simplesmente para facilitá-lo, porque dinheiro ele tem, porque nós estamos dando para o álcool. Quem está dando o dinheiro para o Programa do Álcool somos nós, brasileiros. Não é o Governo. Nós estamos pagando para cada litro de álcool 38 cruzeiros, quando o álcool custava 18,20 cruzeiros.

Então, essa diferença astronômica quem está colaborando, quem está dando é o povo brasileiro com toda dificuldade, com todo sacrifício.

Senador Evelásio Vieira, quando me referi ao problema do açúcar, referi-me porque, no Nordeste, o item de aumento de salário subiu, de 1977 até março deste ano, 203%. O item "alimentação", até março deste ano, subiu 428,7%. O açúcar, de maio até agora em setembro, já subiu 90%. Eu não entendo como vai o assalariado da minha região — porque no item "alimentação" até março, repare bem, elevou-se o custo de vida em 428%, quando a elevação do salário foi de 203%. Ora, se a partir de maio, já depois de o açúcar subir, nessas duas vezes, de maio até setembro, 92%, como anda o assalariado que comprava açúcar no Nordeste? A minha interrogação, aqui, é sobre o problema da alta do açúcar, ela tem um sentido todo especial, porque aquela gente já não toma café, porque não tem poder aquisitivo para comprar o café. Também o café é importado, nós não produzimos nada em café. O açúcar vai ser a mesma coisa, nós não produzimos açúcar, importamos tudo.

Então no Brasil, o primeiro produtor de café do mundo, o assalariado não pode tomar café. No Brasil, que agora — desde o ano passado — é o maior produtor de açúcar do mundo, o nosso assalariado não vai comer açúcar.

Pelo amor de Deus, se somos os maiores produtores de café, como nosso assalariado, representado por milhões de criaturas, que não pode tomar café porque não tem poder aquisitivo para comprá-lo, se ele é nosso, se nós o produzimos. Se o assalariado não vai poder comprar o açúcar, porque está provado que o item alimentação, até março de 77, elevou-se para 428%, e o item salário aumentou apenas 203%. Consequentemente o poder aquisitivo ficou em quase nada. E se esta alta do açúcar, de maio até agora em setembro, é de 92% o valor das duas altas, o assalariado que já não comprava café também não vai poder comprar açúcar. Esta é a grande realidade.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, o que me dói é que somos os maiores produtores de café e açúcar do mundo. Por que o nosso assalariado não pode comprar o café? Porque é preciso sobrar café para exportar. Então o Governo sobe o preço do café, para que o povo assalariado não possa comprar o café. Agora sobe também o preço do açúcar, para que o assalariado também não possa comprar o açúcar, e ter mais açúcar para exportar.

O feijão não existe mais. Nós dependemos do feijão da Argentina. Argentina que, toda ela reunida, não soma o total em quilômetros quadrados que soma o latifúndio deste País. Sim, o latifúndio em extensão do Brasil é maior do que toda Argentina reunida.

A Argentina, que é menor do que o latifúndio do Brasil, está exportando feijão para o Brasil. Por que está exportando feijão para o Brasil, se nós éramos, há dez anos, o maior produtor do mundo? Porque precisamos exportar soja para melhorar nossa balança de pagamento. Plantou-se soja nas terras devolutas, plantou-se soja onde temos espaço? Não. Plantou-se soja substi-

tuindo o feijão. No Paraná, em Mato Grosso do Sul, no Rio Grande do Sul estão cheias de soja as terras, que ontem produziam feijão. E o Ministro da Agricultura a única coisa que faz é querer ensinar o brasileiro a comer soja.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não há lógica, não há fundamento, estão nos arrastando a cada dia que passa para um abismo, não o abismo ideológico, não o abismo racista. É o abismo da incompetência, da incapacidade que arrasta este País para uma situação irreversível.

O Engenheiro Otávio Marcondes Ferraz, ex-Presidente da ELEKTROBRÁS, escreveu hoje, no *Jornal do Brasil*: "O perigo do caos no setor da energia elétrica". Não vou ler todo o texto, pois já tomei muito tempo, Sr. Presidente, mas desejo que V. Ex^a faça constar dos Anais este artigo que diz:

"Diante do que foi dito que vem natural e fatalmente a pergunta: o que fazer? A nosso ver sintetizariamos nos itens abaixo um programa de ação."

Qual o programa de ação desse brasileiro, desse patriota que conhece o problema? Ele diz o seguinte:

"Racionalização da administração da produção e do consumo da energia de toda classe."

Aqui, querem racionalizar pelo preço. Já estão falando em subir para 50 cruzeiros o litro de gasolina. Ora, sobe a gasolina, mas o povo vai e compra. Não racionaliza nada, porque quem tem carro compra a gasolina, deixa de comer e compra a gasolina.

"Desenvolvimento da produção nacional de petróleo, principalmente através de séria intensificação dos contratos de risco que não nos trazem ônus."

Nesses contratos de risco não está havendo o esforço que devia haver em busca do petróleo.

"Intensificação tanto quanto possível da já iniciada produção de álcool, ela não nos faz consumir divisas. Desenvolvendo, incentivando de modo adequado a produção de óleo vegetal para substituir o diesel que em grande parte é importado.

Incentivar a produção e uso das energias naturais de fácil produção como a solar e eólica, embora suas utilizações sejam limitadas."

Sr. Presidente, quando eu era garoto, na minha região havia cata-ventos demais. A energia eólica, naquela época, na minha região, era mais de 70%. Pois bem, acabaram-se, não se vê mais o cata-vento.

"Adiar para ocasião de melhor situação econômico-financeira o programa ainda não iniciado de energia de base nuclear. Seu alto custo nos tira, no momento, recursos de soluções mais econômicas. Desenvolver a todo custo a produção de energia elétrica de origem hidráulica e mesmo térmica com base no carvão nacional, cuja produção precisa ser tomada a sério."

Sr. Presidente, este artigo com estes considerandos, permito-me solicitar a V. Ex^a faça constar dos Anais do Senado, porque esse brasileiro realmente quer encontrar uma forma, uma saída, para o verdadeiro trauma em que estamos envolvidos.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, volto a dizer, volto a repetir: uma cidade como São Paulo, como o Rio de Janeiro, onde os assaltos pululam, onde a incapacidade do Governo é tão grande que já não oferece a mínima segurança. A capacidade do Governo se mede pela segurança do povo. Na proporção que aumenta a insegurança do povo, aumenta a incapacidade do Governo. A insegurança no Rio de Janeiro e em São Paulo é bárbara, Sr. Presidente e Srs. Senadores. Então há de se perguntar: amanhã, sem combustível, essa insegurança vai aumentar mais. E aumentando a insegurança, aumenta o trauma na família nacional.

Permito-me, Sr. Presidente e Srs. Senadores, nesta hora difícil de transição, mais uma vez da tribuna do Senado Federal, deste Poder solapado nas suas prerrogativas, deste Poder solapado no seu direito maior, porque a representação do povo está aqui, protestar contra essa tecnocracia opressora. Porque os tecnocratas mandam, ditam ordens, não nos dão a mínima satisfação, como se tivéssemos aqui dois Brasis. O Brasil do povo, marginalizado, empobrecido, sem poder aquisitivo, sem esperanças; e o Brasil dos tecnocratas, das viagens bilionárias, dos sonhos, das fantasias.

Não, Sr. Presidente. A cada dia que passa eu amo mais profundamente este País, porque este País, esta Nação, é um navio, e todos nós estamos embarcados nele. Se ele for a pique, todos nós seremos naufragos.

Concedo o aparte ao nobre Senador Almir Pinto, pedindo desculpas pela demora.

O Sr. Almir Pinto (PDS — CE) — Nobre colega, praticamente já passou um pouco a oportunidade do aparte, mas eu queria voltar a uma expressão muito interessante do nobre colega Henrique Santillo, quando S. Ex^a disse que o Congresso Nacional deveria ter voz nas discussões dos problemas nacionais. Estamos tendo voz sim. V. Ex^a está aí na tribuna dissecando um problema de alta relevância e de muita oportunidade para o País. Apenas diria a V. Ex^a — sem qualquer confronto, pois não é do meu desejo — que vivíamos numa fase de confiabilidade. Até antes de 1973 ninguém pensava em crise de petróleo, em crise de maneira alguma. Então a nossa PETROBRÁS não teve aquele desempenho, que na verdade deveria ter apresentado em relação às prospecções, lavra de perfurações. Mas já agora, no Governo João Figueiredo principalmente, e V. Ex^a tem ciência disso, o atual Ministro das Minas e Energia aumentou de 30% para 70% a cota de verbas para prospecções e perfurações. E para V. Ex^a ter idéia do que representa a tarefa do Governo Brasileiro nessa questão de energia, só com hidrelétricas temos gastos por ano cinco bilhões de dólares. Até 1985 ou 1987, para conseguirmos 12,7 bilhões de álcool, teremos que desembolsar nunca menos do que 5 bilhões de dólares e para o PRÓCARVÃO a previsão é de 8 bilhões de dólares. Tudo isso são quotas de sacrifício que a Nação terá que fazer para se safar, como V. Ex^a diz, desse naufrágio, que nós enxergamos não muito distante, porque a situação é das piores e o barco não pode soçobrar. Recordo-me sempre de uma frase muito interessante de um ex-Arcebispo de São Paulo, quando relutando o que se dizia, que o Brasil estava à beira do abismo, ele respondia: "O Brasil é muito grande para caber dentro de qualquer abismo". É essa a esperança que temos. Agora mesmo, estão reunidos os Ministros das Minas e Energia, da Indústria e do Comércio e o Presidente da Comissão de Energia, o Vice-Presidente Aureliano Chaves, que estuda o *modus faciendi* para a poupança de combustível. Tivemos dois problemas: inicialmente, a angústia do preço, o aumento do custo do barril do petróleo; agora, estamos diante do espectro tremendo da falta do petróleo. São duas situações que surgiram; o primeiro, há quase 10 anos passados — 1973 a 1974; e agora, estamos diante desse espectro da falta, face a essa guerra não esperada, no meu modo de pensar, entre Iraque e Irã. Mas, Deus é brasileiro, vamos esperar um pouco e creio que Ele nos salvará.

O SR. AGENOR MARIA (PMDB — RN) — Deus pode ser brasileiro, mas está na Bíblia: Faz por ti que eu te ajudarei. Enquanto que na Inglaterra, quando eclodiu a crise do petróleo, fecharam-se fábricas de automóveis, na França fecharam fábricas de automóveis, aqui nós abrimos mais fábricas de automóveis. Enquanto lá eles abriam ferrovias, nós fechávamos ferrovias.

V. Ex^a diz que o Brasil é maior do que a dificuldade que aí está. V. Ex^a está sendo muito otimista...

O Sr. Almir Pinto (PDS — CE) — Estou citando uma frase de um prelado da Igreja Católica Brasileira. Quando lhe diziam que o Brasil estava à beira do abismo, ele dizia que o Brasil era bastante grande para caber dentro de qualquer abismo...

O SR. AGENOR MARIA (PMDB — RN) Naquela época. Isso, há 100 anos. Hoje, a frase está superada.

O Sr. Almir Pinto (PDS — CE) — Mas quero dizer a V. Ex^a que sempre achei errada a política de arrancar trilhos. V. Ex^a sabe em que época foi que isso aconteceu. Um país com este, continental, lutando com sacrifícios para construir ferrovias e depois destruir essa mesmas ferrovias, achei que era um crime; não estaria correto. Nunca me esqueci, nobre Senador, de uma viagem que fiz de Fortaleza para o Rio de Janeiro de avião; com um moço paraense, militar da Aeronáutica, e ele me dizia que jamais perdoaria meu conterrâneo pelo fato de haver acabado com a Estrada de Ferro de Bragança. De fato, arrancaram os trilhos da Estrada de Bragança, no Estado do Pará, que é justamente uma unidade da Federação que mais necessita de ferrovias. E creia, eu penso como V. Ex^a, acho um erro; no passado houve erro; todos nós erramos, mas agora temos um rastro de luz e vamos trabalhar para ver se evitamos que o Brasil vá cair no abismo.

O SR. AGENOR MARIA (PMDB — RN) — Sr. Presidente, antes de encerrar peço a V. Ex^a que permita que eu conceda um último aparte ao Senador Henrique Santillo.

O Sr. Henrique Santillo (PMDB — GO) — Nobre Senador Agenor Maria, apenas, rapidamente, para dizer o seguinte: Disse o Senador Almir Pinto que o Senado está discutindo os problemas etc. Bom, acho que a Oposição, principalmente, tem discutido amplamente todos os grandes problemas nacionais. Só que isto aqui se transformou num aparato inócuo, inteiramente inócuo. A bem da verdade, pediria a qualquer parlamentar do Governo que me respondesse: Que peso tem o Congresso Nacional no processo decisório, hoje, neste País? E, do mesmo modo, que peso ele teve durante estes 16 anos

todos? Eu diria que nenhum, diria que a grande responsabilidade é do Partido que construiu, quase sempre casuisticamente, a Maioria em ambas as Casas. Detendo a Maioria, acabou também por deter a grande responsabilidade da omissão total, em termos parlamentares. Ora, o Congresso Nacional não pode continuar sendo palco de discussões inúteis apenas, quase sempre corretas, tidas com muita propriedade e aprofundando-se nas temáticas nacionais, mas sem nenhuma influência no processo das decisões nacionais. As decisões continuam sendo tomadas fechadas, em gabinetes herméticos, em gabinetes fechados, por meia dúzia de tecnocratas, e essas decisões são tomadas em nome da Nação; mas eles não têm representatividade para isso. Veja bem: não estou sendo aqui utopista, não! Acho que modernamente, realmente, os Poderes Executivos detêm uma gama muito grande de informações e precisam de uma agilidade bastante grande para decidirem em torno de todos os grandes problemas que envolvem qualquer país, qualquer nação. Mas é inadmissível que neste País continue o Congresso Nacional totalmente marginalizado. Em parte, digo a V. Ex^a que, lamentavelmente em parte, isto se deve a nós outros, parlamentares, porque se o País está vivendo este drama, eu pergunto: Quantos Senadores estão nesta Casa agora, ouvindo V. Ex^a, tentando discutir com V. Ex^a? Meia dúzia de Senadores, de todos os partidos. Isto não pode continuar. A sociedade brasileira está de olho aqui. Está nos observando; e não adianta querer tapar o sol com uma peneira; não adianta. Ou assumimos o papel que a sociedade espera que assumamos, ou então seremos, tal qual este Governo, condenados por ela, jogados na lata de lixo por ela. Ela está esperando que todos assumamos o papel que ela nos delegou, de um modo ou de outro, bem ou mal. Não concordo, portanto, que as discussões aqui estejam se fazendo proveitosamente. A mim, isso não parece verdadeiro, não me parece verdadeiro, lamentavelmente. Não vai nisso nenhuma crítica a ninguém, pessoalmente, mas à estrutura que montaram, e é esta estrutura que nos esmaga e que nos transforma apenas em aparato inútil, muitas vezes com discussões, com brigas, mas quase sempre sem nenhum poder decisório — eu diria, sempre sem nenhum poder decisório. A verdade é a seguinte: O Governo toma iniciativas, como por exemplo, emendas constitucionais, decretos-lei etc., e envia para esta Casa. Eu pergunto a V. Ex^a: Quantas vezes um decreto-lei ou uma emenda do Governo conseguiu ser modificado realmente, substancialmente, aqui? Nunca. O Parlamento foi transformado num órgão de discussões inúteis e, ao mesmo tempo, num aparato de legitimação de um poder que sonha à Nação as informações e não tem a devida representatividade e, portanto, a devida credibilidade para continuar decidindo por 120 milhões de brasileiros. Desculpe V. Ex^a o aparte alongado, mas eu acho que o assunto é tão grave, é tão importante, que realmente precisa ser dissecado por nós, tanto que eu acho que o ilustre Ministro César Cals não deveria vir ao Plenário do Senado. Nós sabemos que as restrições regimentais são grandes. Não vai adiantar nada. Eu sei que ele virá aqui, fará um discurso bonito, escrito; nós assomaremos à essa tribuna, teremos cinco minutos cada um para inquiri-lo, e vai ficar por isso mesmo. O que nós temos que fazer é colocar lá as Comissões interessadas nessa área, em crise, lá dentro de uma sala das Comissões, trazer para cá os Srs. Deputados como convidados, estar lá com ele, os seus assessores, todo o pessoal que detém informações e que precisa fornecê-las ao Congresso Nacional, para discutir conosco uma estratégia para o País fazer aquilo que o eminente Senador Evelásio Vieira disse, que é tirar disso aí reais benefícios, porque o País será obrigado a reformular o seu modelo civilizacional baseado no automóvel, no petróleo apenas, para partir para outro modelo econômico que beneficie a Nação como um todo. Agradeço a V. Ex^a

O SR. AGENOR MARIA (PMDB — RN) — Senador Henrique Santillo, confesso que o que me faz vir à tribuna é a obrigação imensa que tenho para com o eleitorado que me elegeu para o Senado. Falo, mando editar os discursos e remeto para os meus eleitores no Rio Grande do Norte. Eles vão ler e vão saber que eu cumpro com a minha obrigação. Quem não está cumprindo é o Governo. A minha obrigação é falar, é fazer a minha crítica construtiva, é vir à tribuna, embora, talvez, até sozinho na tribuna, mas vir aqui dar, realmente, cumprimento à minha obrigação.

O Sr. Almir Pinto (PDS — CE) — O que faz muito bem.

O SR. AGENOR MARIA (PMDB — RN) — Quando me elegi, eu disse para os eleitores do Rio Grande do Norte: comprem pilha, coloquem no rádio e escutem a "Hora do Brasil". Não vou ficar mudo. E, graças a Deus, nesses quase 6 anos de mandato, não estou mudo, estou falando, estou cumprindo com a minha obrigação. Se cumpro com a minha obrigação, o Governo cumpra com a dele, porque dia virá de uma prestação de conta, e, quando esse dia chegar, tenho certeza, Senador Henrique Santillo, eu, Senador Agenor Maria, cumpro com a minha obrigação. E aqueles que não cumpriram, por falta de patriotismo, por falta de dignidade, por falta de formação, por

falta de espírito público, esses que se cuidem, porque o povo que está sofrendo, marcado na carne, de forma indelével, com a marca da fome e do sofrimento, não vai esquecer aqueles que despoticamente jogaram o povo à sargenta da fome, do sofrimento e da dor.

Muito obrigado. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR AGENOR MARIA EM SEU DISCURSO.

O PERIGO DO CAOS NO SETOR DA ENERGIA ELÉTRICA

Octavio Marcondes Ferraz

Há nos meios que se interessam direta ou indiretamente pelo setor da energia elétrica, uma séria preocupação com a redução dos investimentos determinado pelo Governo Federal. Evidentemente é louvável a decisão da alta administração de procurar equilibrar o orçamento nacional. A economia brasileira, porém, já adquiriu um porte tal, como um PNB da ordem de 200 bilhões de dólares que obrigam os responsáveis pelas decisões a ponderá-las seriamente, lembrando-se de que elas afetam 120 milhões de brasileiros que contribuem para o dinamismo sócio-econômico de toda a Nação. A intervenção do Estado em nossa economia é hoje de tal ordem, tomou tais proporções que, de fato, podemos ser considerados como um país socialista, situação que talvez surpreenda grande parte da nossa gente. Assim sendo, a responsabilidade total — que é enorme — recai sobre os nossos governantes, de cujo patriotismo não duvidamos, o que não os dispensa de um amplo diálogo com aqueles que produzem e contribuem para o funcionamento da vasta máquina estatal.

A crise no mercado mundial do petróleo veio pôr em evidência a grande importância daquilo que chamaremos de setor elétrico brasileiro. Só ultimamente, ou mais precisamente depois de 1964, é que se procurou e realizou um ordenamento lógico no setor da energia elétrica do País. Antes, devido ao congelamento das tarifas em bases irreais, o setor da energia elétrica caminhava rapidamente para o colapso ou para a completa estatização. Quando estatizado, e as tarifas eram congeladas, era o contribuinte geral que pagava pela eletricidade que não consumia. Em 1963 houve uma empresa estatal que no seu relatório acusava um rendimento de 0,3% sobre o seu ativo, como se ela pudesse obter recursos pagando apenas essa remuneração. A crise do mercado petrolífero teve a virtude de chamar a opinião pública mundial para a importância da energia na vida dos homens e das nações, mas infelizmente ainda não a conscientizou da necessidade de racionalizar o seu uso. Muito pagará para aprendê-lo. A nosso ver, a situação é dramática porém não desesperadora. Poderá ser superada desde que haja compreensão, bom senso e coragem.

Temos atualmente (1980) instalados no Brasil 30 milhões de kilowatts (kw) em usinas elétricas, sendo que 85% são para o aproveitamento de energia hidráulica e 15% de energia térmica. Estamos portanto utilizando apenas 8% do nosso potencial hidráulico avaliado oficialmente pela ELETROBRÁS em 213 milhões de Kw. Há, em diversos estágios de construção, 20 milhões de Kw para entrarem em operação até 1985. Este programa requer um investimento da ordem de 5 bilhões de dólares por ano durante este período, o que supõe um grande esforço e uma ação perseverante. Não nos esqueçamos porém, de que o desenvolvimento do País, e portanto do setor elétrico, não pode ter solução de continuidade. Assim, no período considerado, deverão, necessariamente, ser iniciadas as obras de usinas — cujo período de construção é de seis anos — que precisam entrar em operação após 1985. Para isso é necessário, além do suprimento de recursos, centralizar o comando em um único órgão competente, no caso, a ELETROBRÁS, cujo imobilizado é da ordem de US\$ 20 bilhões.

Também não poderá haver, como tem havido, desvio de investimentos para fins outros que os precípuos dos setores. Apenas um exemplo do inconveniente da divisão de comando: a usina Angra I deveria ter entrado em operação em 1975; entretanto a sua contribuição para o consumo indicado no BEN (Balanço Energético Nacional) de 1978 como sendo de 137 tep em 1979 e 1114 tep em 1980 não foi efetivada. Sem que se seja futurologista, não há a menor dúvida que, mesmo operando com maior intensidade em pesquisa e supondo que haja o mesmo grau de sucesso até agora verificado (1 poço produtor de óleo para cada 6,1 perfurados), a solução do petróleo de produção nacional não será possível neste decênio. O País não pode, sem grave dano, suportar a atual sangria de 12 bilhões de dólares por ano.

Usando como unidade a tep (tonelada equivalente de petróleo) verificase pelas estatísticas (BEN) que em 1977 o Brasil consumiu 70.016 tep, somente sob forma de petróleo e eletricidade de origem hidráulica, sendo 43.063 tep de petróleo (propriamente dito) e 26.953 tep sob forma de kWh elétricos. Dos 43.063 tep, 38.635 toneladas de petróleo foram importadas. É interessan-

te notar que as quantidades de petróleo importado e de energia produzida de origem hidráulica estão próximas (70%). Verifica-se igualmente a importante economia de divisas que faz o Brasil graças à produção de energia de origem hidráulica. A produção de energia elétrica passou de 22.097 bilhões de KwH em 1964 para 102.746 KwH em 1978; isto, devido à política realística, adotada em 1964, de verdade tarifária. Para que se tenha uma idéia da estrutura de parte do consumo de energia de um país citaremos dois exemplos: França tinha usinas elétricas (1979) com potência de 56 milhões de Kw e veículos automotores com 1 bilhão de Kw. No Brasil tínhamos em 1979 usinas elétricas com potência da ordem de 29 milhões de Kw e a potência de seus veículos automotores é atualmente da ordem de 200 milhões de Kw admitindo 20 Kw por motor dos 9.839.963 veículos, não contando as máquinas agrícolas.

Diante do que foi dito vem natural e fatalmente a pergunta: O que fazer? A nosso ver, sintetizaríamos, nos itens abaixo, um programa de ação.

a) Racionalização da administração, da produção e do consumo de energia de toda classe;

b) desenvolvimento da produção nacional de petróleo especialmente através de séria intensificação dos contratos de risco que não nos trazem ônus;

c) intensificação tanto quanto possível da já iniciada produção de álcool. Ela não nos faz consumir divisas;

d) desenvolver, incentivando de modo adequado, a produção de óleo vegetal, para substituir o diesel, que em grande parte é importado;

e) incentivar a produção e uso das energias naturais de fácil produção, como a solar e eólica, embora suas utilizações sejam limitadas;

f) adiar, para ocasião de melhor situação econômico-financeira, o programa (ainda não iniciado) de energia de base nuclear. Seu alto custo nos tira (no momento) recursos de soluções mais econômicas;

g) desenvolver a todo custo a produção de energia elétrica de origem hidráulica e mesmo térmica com base no carvão nacional, cuja produção precisa ser tomada a sério.

Deixamos para o último lugar o item (g) para melhor marcar a sua importância, seu fácil acesso e mais amplamente desenvolvê-lo. Consideremos que o potencial hidráulico do Brasil, cientificamente medido ou avaliado pela ELETROBRÁS, conforme foi publicado, é de 213 milhões de Kw. Esta potência transformada em energia, com fator de carga, 0,5, corresponde à energia de 5,6 bilhões de barris de petróleo por dia, isto é, 5,6 vezes o atual consumo brasileiro desse combustível. É uma extraordinária fonte de energia, cuja utilização está em nossas mãos realizá-la de maior e melhor modo possível. Longe de nós julgar que é tarefa fácil realizá-la. É um desafio, cheio de dificuldades, que devemos aceitar. Para épocas excepcionais, soluções excepcionais.

Neste momento é necessário que se desenvolva um grande programa de aproveitamento de energia hidráulica e termocarvoeira — muito maior do que o projetado — que nos custará um enorme dispêndio de cruzeiros, mas que nos poupará uma insuportável saída de divisas. Uma operação de crédito bem planejada, com período de carência razoável e vencimentos convenientemente escalonados no tempo, evitará os pagamentos à vista (12 bilhões de dólares) que fazemos atualmente aos fornecedores de petróleo. Programaríamos a construção de usinas para a capacidade de 40 milhões de kilowatts, dos quais 20 milhões estão em construção. O custo será da ordem de 40 bilhões de dólares, isto é, cerca de 5 bilhões por ano durante 8 anos. O plano já projetado vai até 1985; e a sua ampliação, até 1995. É um sacrifício que se pedirá ao contribuinte. O aumento do empréstimo compulsório e a participação dos grandes, atuais e futuros, consumidores auxiliariam o financiamento do plano.

Não nos esqueçamos de que 85% dos equipamentos podem ser fabricados no Brasil (mais empregos e menores saídas de divisas). Perguntamos: o que é preferível, este grande sacrifício ou um colapso de consequências imprevisíveis?

É grandemente preocupante que mesmo o plano programado e atualmente em execução — bem mais modesto do que desejávamos — seja comprometido com os cortes previstos. Se assim for, o colapso não será mais uma hipótese, mas uma certeza. Dado o grande período de maturação (construção) de um esquema hidrelétrico, se a resolução tardar o atraso será irreversível, com consequências que a todo custo devem ser evitadas. Dada a atual escala que atingiu a nossa economia e a parte preponderante que tomou o uso da energia hidrelétrica, os resultados serão, repetimos, catastróficos. As indústrias manufatureiras não poderão mais, como na crise de 1924/25, recorrer aos motores (grandes e pequenos) a óleo, abundante e barato naquela época. A nosso ver, é necessário dar prioridade absoluta ao setor hidrelétrico, deixando as demais soluções para quando nossas reservas hidráulicas estiverem mais perto do esgotamento. Não deve ser abandonado o recurso ao

apoio térmico com base no nosso carvão que deve também ser usado para substituir o óleo combustível.

A ELETROBRÁS, que tem como finalidade (como grande holding) executar a política de energia elétrica do Governo, necessita bastante flexibilidade de ação, deve centralizar o programa estabelecido e não ter o seu orçamento — que é por longo prazo — perturbado. Em seus planos não podem ser introduzidas modificações que não saírem de seu próprio planejamento. Se assim não for, se resoluções forem tomadas em outras áreas para que ela as execute, o caos se instalará no setor de energia elétrica. Com a carência de meios contra a qual luta o País, não se compreende que nesta delicada fase de nossa vida econômica se recorra à solução nuclear, que custa três vezes mais que a solução hidrelétrica, conforme afirmou o eminente engenheiro John Reginald Cotrin em um de seus pronunciamentos.

Até 1979, a média dos investimentos anuais no setor foi apenas 2,25% do Produto Nacional Bruto (PNB). Apesar de suas impressionantes proporções, ele está dentro de nossas possibilidades. É preciso, como dissemos, coragem, continuidade administrativa, conservando os bons elementos, conforme a prática tem provado ser útil neste e em outros setores, é um problema político, uma resolução política que compete ao Governo. Sua responsabilidade, força é reconhecer, é enorme, e a História o julgará. Em uma época em que tanto se fala nos tecnocratas e eles são tão criticados, não vemos entretanto como um problema deste porte, de complexo fundo técnico, poderá ser resolvido ao arpejo de seus pareceres. Temos, em atividade, no setor, gente do melhor gabarito, comparável à melhor encontrada alhures. Que eles sejam ouvidos, com a atenção e o respeito que merecem, para o triunfo do bom senso e o bem da Nação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lenoir Vargas.

O SR. LENOIR VARGAS (PDS — SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A minha passagem na tribuna é para fazer um rápido registro da viagem realizada a Santa Catarina pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, João Figueiredo.

Naquela oportunidade, na semana passada, Sua Excelência presidiu e praticou vários atos de grande interesse para o Estado catarinense, e por esta razão é que considerei registrar estes fatos nos Anais do Senado.

Iniciou-se pela inauguração da terceira etapa da Usina Jorge Lacerda, que agora fica com 482 mil megawatts, constituindo-se na maior termelétrica a carvão da América Latina, constituindo-se, sobretudo, numa reserva valiosa, em termos energéticos, para Santa Catarina e, quem sabe, para auxiliar, em determinadas circunstâncias, o Estado do Paraná e o Estado do Rio Grande do Sul.

Também naquela oportunidade, foi assinado um ato de financiamento de 352 milhões de cruzeiros à Companhia Próspera, que é subsidiária da Siderúrgica Nacional para a abertura da Mina do Morro Albino, uma daquelas incluídas no plano de abertura de novas minas, que se inclui no programa destinado ao aproveitamento do carvão nacional.

Também foi, na mesma oportunidade, inaugurada a nova mina carvoeira, a Mina Saguão I, que pertence a esse mesmo programa de aumento da produção do carvão nacional.

Pelo Presidente da Caixa Econômica foi dado início à abertura de uma linha de crédito de 6 bilhões e 200 milhões de cruzeiros, para amparar as pequenas e médias empresas. E, sendo Santa Catarina um Estado tipicamente constituído de pequenas e médias empresas, este ato calou profundamente naqueles que necessitam de crédito para atuar economicamente.

Ainda mais: Assinou o Senhor Presidente da República um decreto, incluindo alguns municípios da região sul de Santa Catarina, nas áreas críticas, sujeitas ao controle de poluição ambiental. Este ato foi recebido com a maior alegria, pois que, justamente nesta região carvoeira, as preocupações com o saneamento ambiental são as mais sentidas e as mais desejadas.

De outra parte, assinou um ato o Senhor Presidente da República, propiciando a concretização de uma das maiores aspirações dos trabalhadores e da classe empresarial catarinense que foi o ato inicial para a criação do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina. Era uma velha aspiração dos catarinenses que, ora estiveram sob a jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul; ora estiveram sob a jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná.

Esses atos todos despertaram singular entusiasmo por parte dos catarinenses que compareceram para tributar sua homenagem ao Senhor Presidente da República.

Mas, não ficou ainda nestes já importantes eventos o êxito e a satisfação dos catarinenses com a visita presidencial. É que Sua Excelência, em discurso de improviso, lá proferido, teve oportunidade de reafirmar que desejava, durante o seu Governo, ver concretizado a grande, a maior, a somatória de todas as aspirações catarinenses que é a construção e o funcionamento de sua empresa siderúrgica, a SIDERBRÁS.

Com esta manifestação presidencial já emitida em outras ocasiões, novo alento e nova certeza vieram somar-se às esperanças que havia de que o empreendimento tivesse prosseguimento acelerado, capaz de estar ultimado nos meados de 1984.

Também, Sr. Presidente, Srs. Senadores, das afirmativas lá verificadas, constatou-se, com grande satisfação para a população catarinense, que as obras da BR-282, que haviam sido incluídas num plano de estudo para a contenção, em virtude dos problemas econômicos e financeiros que atravessa o País, essa rodovia foi liberada para que se continuasse a sua construção regularmente.

Todos esses atos implicaram em um demorado exame, por parte do Senhor Presidente da República, das aspirações catarinenses. E nós desejamos aqui manifestar o nosso reconhecimento pela compreensão do Governo Federal, no que se refere à atuação do Estado catarinense.

É verdade que isto, que para nós representa êxitos expressivos, se dissolve no conjunto da Federação. Mas que, para Santa Catarina, tem um valor excepcional no que tange às aspirações imediatas de toda a sua população.

Com este registro, Sr. Presidente, desejo manifestar o meu aplauso, a minha reconhecida admiração pela firmeza com que o Senhor Presidente da República está cumprindo com Santa Catarina aquilo que havia afluído em promessas durante o período da sua pré-eleição. Todos estes pontos haviam sido delineados e todos eles estão sendo sistemática, gradual e continuamente cumpridos.

Eram estas as palavras que desejava registrar no Senado, nesta tarde, com referência à visita do Excelentíssimo Senhor Presidente da República a Santa Catarina. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardino Viana.

O SR. BERNARDINO VIANA (PDS — PI. Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

No contexto do Programa Energético Brasileiro há o que se desenvolve na esfera do Ministério dos Transportes, que pela sua importância merece registro.

Refiro-me ao "Programa de Transportes para a Economia de Combustíveis".

Estruturalmente, este programa tem como principal objetivo:

— Aumentar a participação — no conjunto de transportes — das modalidades de menor consumo de energia e, ao mesmo tempo, criar uma infraestrutura de apoio aos demais setores da economia no seu próprio esforço de substituição do petróleo por fontes alternativas de energia, tanto nos transportes urbanos de passageiros como nos de carga. É essência do programa uma melhor utilização e ampliação da capacidade do transporte disponível;

— um melhor uso das vias existentes; e uma melhor coordenação e controle do tráfego.

O Ministério dos Transportes, dentro dessa ótica, elaborou um elenco de medidas para melhoria do transporte urbano de passageiros e de carga, e conseqüente redução do consumo de petróleo.

Dentre essas medidas, destaca-se a utilização dos trens suburbanos, mais intensiva do ônibus, do transporte público de médio e pequeno porte, do táxi coletivo, do trolebus, das barcas.

A melhoria operacional, a ampliação da capacidade, e a expansão dos serviços dos sistemas ferroviários de subúrbios, contemplam Rio e São Paulo, prevendo a implantação de serviços ferroviários suburbanos em Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Fortaleza.

Para atingir esse objetivo, os investimentos necessários, no período de 80/82, deverão alcançar 51,5 bilhões de cruzeiros a preços do corrente ano.

Serão implantados ou melhorados, nas cidades acima mencionadas, 729,7 km de ferrovias, sendo:

Grande Rio	369,0
São Paulo	63,0
Porto Alegre	42,7
Belo Horizonte	111,0
Salvador	69,0
Recife	32,0
Fortaleza	43,0

A execução desses serviços possibilitará o aumento da capacidade de transporte de passageiros de 1,5 milhões/dia, em 1977, para 8,2 milhões, em 1985, aproximadamente.

Os trens elétricos integrados às demais modalidades já existentes oferecerão ao usuário um transporte confortável, rápido, seguro e econômico.

No esquema de uma melhor utilização do ônibus como transporte alternativo para economia de combustíveis planeja-se desestimular o transporte individual de passageiros, buscando oferecer alternativas de transporte público; racionalizar a estrutura operacional dos transportes coletivos, mediante a instituição de faixas privativas para ônibus e de corredores urbanos de transporte coletivo; e coordenar as linhas intermunicipais e municipais nas regiões metropolitanas.

Nas capitais dos Estados, haverá amplo sistema de vias e faixas exclusivas para ônibus, incluindo o recapeamento, reforço ou reconstrução de pavimentos, sinalização, proteção de pedestres, canalizações e alargamentos de faixas de tráfego.

Outros projetos darão apoio a novas vias de tráfego. Os investimentos nessa área deverão atingir o montante de 12,2 bilhões de cruzeiros no período 1980/82.

Com a renovação e expansão da frota de ônibus serão gastos no período citado Cr\$ 12,2 bilhões, aproximadamente.

Na expansão da rede de trolebus de São Paulo, Santos, Araraquara e Recife, os investimentos, no período 1980/82, são de cerca de 7,8 bilhões.

Outra meta em mira, pela alta capacidade de transporte e baixo consumo de combustível, é o desenvolvimento do sistema hidroviário de passageiros no Rio de Janeiro, Salvador, Porto Alegre, Belém, Vitória e Santos.

Objetiva-se a introdução, no Rio de Janeiro, de duas novas ligações: Praça XI — Cocotá e Praça XV — São Gonçalo; em Vitória, as novas ligações atingindo Glória e D. Bosco, e na Baixada Santista uma nova ligação entre Vicente de Carvalho — Valongo — Polo Industrial e Piaçaguera.

Nesse programa estão previstos gastos que se elevam a 4,8 bilhões de cruzeiros.

Paralelamente, São Paulo está recuperando trechos do rio Tietê para torná-lo navegável nos pontos onde haja maior volume de passageiros e cargas a transportar.

Com a execução do Programa, procura-se obter os seguintes resultados quanto aos transportes urbanos:

- 1) redução de 3,5 bilhões de metros cúbicos no consumo de gasolina por ano, devido à diminuição relativa do uso do combustível;
- 2) aumento da velocidade média dos ônibus com a introdução de faixas e pistas seletivas;
- 3) aumento da produtividade média dos ônibus, em termos de passageiros transportados por veículo e por dia;
- 4) redução do consumo de combustível dos ônibus, em função da introdução de faixas e pistas seletivas;
- 5) redução de 280 mil metros cúbicos no consumo diesel, por ano, face à implantação das ferrovias metropolitanas;
- 6) redução de 50 mil metros cúbicos no consumo de diesel, por ano, como resultado da implantação do programa de trolebus;
- 7) redução de 90 mil metros cúbicos no consumo de diesel, por ano, em razão da nova participação relativa dos ônibus no total de transporte urbano;
- 8) redução no consumo de diesel, em virtude da racionalização operacional do transporte coletivo por ano, de aproximadamente 325 mil metros cúbicos por ano;
- 9) redução global no consumo de derivados de petróleo, no ano de 1985, nos transportes urbanos — comparados com o consumo que haveria sem a introdução das medidas programadas — superior a 26 milhões de barris de petróleo por ano.

Além do transporte urbano de passageiros, aparece com especial destaque o transporte ferroviário de cargas. Esse programa vai modificar o perfil do transporte brasileiro de carga e, também nessa área, dar prioridade aos meios de transportes que resultem em maior economia de combustível.

Entre os principais projetos, destacam-se:

- 1) A ferrovia da soja, incluindo novo trecho entre Curitiba e Paranaguá com 109 km, a modernização entre Curitiba e Guarapuava, com 414 km e a extensão da linha férrea desde Guarapuava até Cascavel, numa extensão de 423 km e possivelmente até a fronteira com o Paraguai passando por Foz do Iguaçu (147 km) ou por Guaíra (134 km).
- 2) Ferrovia do Aço, compreendendo o trecho Jaceaba/Volta Redonda (372 km), conjugada com a implantação de terceiro trilho

nos segmentos ligando Ipatinga—Nova Era—Costa Lacerda—Miguel Burnier (240 km). Segundo informações, esse subsistema, com capacidade para 100 milhões de toneladas poderá atender à demanda prevista para 1985.

3) A modernização da malha ferroviária compreendendo a atualização das características técnicas da malha principal. Com esses investimentos, objetiva-se à transferência de substancial parcela de cargas, tipicamente ferroviárias, hoje transportadas por rodovias, em virtude da falta de capacitação das linhas férreas para impulsionar-lhe o escoamento.

Nesse contexto há, também, o Programa de Escoamento do Carvão visando a atender ao escoamento do carvão do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, destinado principalmente aos grandes consumidores: São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Para atender a esse objetivo, serão construídos ramais ferroviários da fonte produtora até a ferrovia mais próxima. O minério será então transportado até os portos de Rio Grande e Imbituba, seguindo pela cabotagem até os portos de destino, como Santos, Sepetiba e Tubarão, onde se fará a distribuição novamente por via férrea.

Esse transporte deverá estabilizar-se em torno de três milhões de toneladas por ano.

Os investimentos atingirão cerca de 18,5 bilhões de cruzeiros, no período 1980/82, destacando-se 4,1 bilhões para investimentos ferroviários.

No transporte rodoviário de carga, pensou-se na racionalização do consumo de óleo diesel através da transferência da maior quantidade de cargas rodoviárias para as ferrovias e a cabotagem.

Essa transferência será possível mediante eficiente controle dos terminais ferroviários e multimodais.

Com a finalidade de reduzir a elevada rodagem de caminhões vazios, à procura de carga, está sendo implantada uma Rede Nacional de Centrais de Fretes, para possibilitar o contato entre carreteiros, empresas e usuários, para remessa de mercadorias, através da utilização de um sistema interligado de informações sobre a oferta e a demanda de carga.

Não se deve omitir a ação dos metrô do Rio e São Paulo na economia de combustíveis. Até 1980, a Cia. Metropolitana do Rio de Janeiro espera estejam concluídos 37 km de linhas, já estando em operação 5 km entre a estação da Glória a Cidade Nova. A meta da Cia. Metropolitana de São Paulo, para o período 1980/85 é de 1 milhão, 150 mil passageiros/dia, quando concluída a linha Leste/Oeste.

Com estes esclarecimentos, que resumem caderno especial da *Veja*, trago ao conhecimento dos meus pares, principalmente aos eminentes Senadores da Oposição, programa subordinado ao Ministério dos Transportes, elaborado técnica e cientificamente, que vai contribuir, definitivamente, para a economia de combustíveis. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Concedo a palavra ao nobre Senador Henrique Santillo.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (PMDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Este Senado discutiu, através da palavra de vários de seus eminentes pares, o problema causado a este País pelo conflito entre o Iraque e o Irã, no Golfo Pérsico, que, segundo o meu modo de ver, Sr. Presidente, já está trazendo sérios problemas à Nação brasileira, sob dois aspectos: primeiro — mais diretamente — o problema do fornecimento de petróleo, já que o Iraque fornece quase 50% do petróleo consumido por este País. Segundo é que, sem dúvida, esse conflito vai acentuar a crise global do desenvolvimento capitalista dos países altamente industrializados, que acabarão, como sempre, repassando boa parte de seus problemas econômicos, por mecanismos já sobrejamente discutidos, aos países do Terceiro Mundo, aos países de economia periférica, entre os quais se encontra o nosso.

Coloco-me aqui como um parlamentar também extremamente preocupado com esse problema, porque a verdade é que qualquer que seja a duração desse conflito, as consequências serão mais ou menos duradouras, já que toda a estrutura de produção de petróleo, de ambos países, foi altamente danificada. E não é verdadeiro que existam outros países fornecedores de petróleo capazes de fornecer ao Brasil, pelo preço de mercado internacional, o petróleo de que necessitaremos daqui a 90 dias, daqui a 100 dias. Todos esses países estão submetidos a contratos com outras nações, e terão de cumpri-los. O Brasil teria que recorrer, para conseguir uma parte do petróleo que lhe faltará, ao mercado *spot*, que deverá ascender a 50 dólares o barril, e não há de demorar. Isso é lógico, isso é óbvio.

De qualquer modo, Sr. Presidente, creio que é bastante lícito que todos nós tenhamos que, diante desse quadro, aqueles mesmos setores que no passa-

do sempre tentaram soluções que não as melhores para o País, que não atendem aos interesses nacionais, ponham agora as unhas de fora, mais uma vez, e a pretexto da falta de petróleo concluam por soluções danosas ao Brasil. Por exemplo: estou convencido de que uma maior ampliação dos chamados contratos de risco poderá ser uma proposta feita por esses setores e de efeitos, a médio e a longo prazos, danosos ao País; a abertura do PROÁLCOOL, com seus subsídios, inclusive, às empresas transnacionais, é outro; a submissão às exigências do Banco Mundial, para o financiamento ao PROÁLCOOL e a outros programas de energia, de fontes energéticas alternativas, submetendo-se às exigências desta instituição internacional, que nós já conhecemos e já foram discutidas nesta Casa; como por exemplo a abertura à concorrência internacional para a aquisição de destilarias no País; e nós sabemos perfeitamente que a indústria nacional está apta a produzi-las, mas não consegue concorrer com as empresas estrangeiras, não porque as empresas estrangeiras normalmente ofereceriam melhores preços, mas porque passam a ter interesse em esmagar a iniciativa nacional, e têm condições econômicas, potencialidades econômicas para tanto; a entrega do carvão mineral, do xisto betuminoso, etc., à iniciativa estrangeira, poderá ser outra proposta. Por que não?

Esses, alguns pontos, apenas, no que diz respeito ao setor energético, setor que até bem pouco tempo resistiu às investidas do capital estrangeiro, sem que com isso deixe aqui caracterizado qualquer grau de xenofobia, mas por reconhecer nesse setor um setor estratégico importantíssimo ao País, que precisa ficar nas mãos de nacionais.

Ora, Sr. Presidente, estou convencido, também, de que para que essas investidas não surtam efeitos danosos ao País é indispensável que as forças democráticas e nacionalistas, dentro e fora do Congresso Nacional, mobilizem-se e ofereçam à discussão de toda a sociedade brasileira, essas questões fundamentais, que precisam ter suas soluções encaminhadas democraticamente, porque só assim poderemos encontrar a luz e retirar disso tudo, inclusive, benefícios ao País. Sabemos perfeitamente que durante os ápices críticos do desenvolvimento capitalista, uma Nação como o Brasil, se bem preparada, poderá auferir benefícios em termos conscientizadores e renegeadores até das consciências e, só assim, poderíamos retirar disso, como consequência disso, reposicionamentos políticos benéficos e duradouros.

O Sr. Agenor Maria (PMDB — RN) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HENRIQUE SANTILLO (PMDB — GO) — Ouço com prazer V. Ex^a

O Sr. Agenor Maria (PMDB — RN) — Senador Henrique Santillo, V. Ex^a falou no Fundo Monetário Internacional. Entendo que quando o Fundo exige a concorrência internacional, está falando em nome daquele comerciante que quer sufocar o nosso, daquele empresário que quer sufocar o nosso empresário. Então, esse dinheiro será um dinheiro maldito, será um dinheiro que é contra, realmente, o desenvolvimento nacional. É preciso muita preocupação no que diz respeito a esse dinheiro. É um dinheiro que vem com endereço certo, com obrigações que realmente não têm sentido. Portanto, congratulo-me com V. Ex^a e acho que é preciso que o Governo adote um princípio de ver como é que esse dinheiro pode chegar ao Brasil e quais são as exigências, se essas exigências não servem ao interesse e à soberania nacional, não se tem porque aceitá-lo. Muito obrigado, a V. Ex^a.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (PMDB — GO) — Agradeço imensamente a V. Ex^a. Mas, temos aí uma problemática toda a curtíssimo prazo, e é preciso estabelecer uma estratégia para vencê-la. Para se estabelecer esta estratégia, é preciso que se tomem certas decisões políticas. E essas decisões políticas não podem ser tomadas por pessoas desvinculadas da realidade nacional: meia dúzia de técnicos burocratas fechados num gabinete, que não têm, nem mesmo, muitas vezes apesar da farta informação que possuem, condições de uma visão global das necessidades globais da Nação brasileira, para decidir corretamente.

O Sr. Evelásio Vieira (PP — SC) — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. HENRIQUE SANTILLO (PMDB — GO) — Com prazer, ouço V. Ex^a

O Sr. Evelásio Vieira (PP — SC) — Principalmente porque essas pessoas, em tempo de paz, não tiveram competência para equacionar os problemas que só se avolumaram.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (PMDB — GO) — Perfeitamente. Mesmo levando-se em conta, como muita gente diz, que ninguém poderia ser vidente, poderia adivinhar crise de petróleo antes de 1973, mesmo levando-se em conta que isso seja verdadeiro; na verdade, de 1973 para cá, o Brasil perdeu, pelo menos, cinco anos. O PROÁLCOOL mesmo, engatinhou até o ano

passado; apenas engatinhou. Foi colocado na gaveta, fechado nas gavetas desses gabinetes. O próprio PROÁLCOOL defendido, aqui, ardorosamente. Não o contesto; eu contesto certos aspectos. São dez bilhões de cruzeiros entregues às mãos de pouco mais de duas centenas de empresários — ninguém atentou para isso, ainda. Não contesto o PROÁLCOOL, ele não vai resolver o problema por inteiro, não.

Para o Governo cumprir esta meta, mais de três milhões de hectares de cana deverão ser plantados. Isso não se faz da noite para o dia, a não ser ocupando áreas já ocupadas pela agricultura de subsistência. E nós corremos o risco, inclusive, de importarmos mais ainda milho, arroz, feijão, etc., e inclusive substituir a soja, que entra no nosso balanço de pagamentos, como um grande fator favorável ao País, de crédito ao País.

Então, não é bem assim, não é tão fácil como os dados estatísticos apresentados aqui, agora há pouco, inclusive. Não! Na verdade, nós somos um País cujo crescimento econômico foi encaminhado por via reflexa, como ocorreu, por exemplo, nos Estados Unidos. Só que uma diferença: os norte-americanos tinham muito mais petróleo, muito mais dinheiro, muito mais recursos, tanto assim que consomem *per capita* 10 vezes mais energia do que o brasileiro, hoje.

E com isso, Sr. Presidente, só um pequenino eixo ligando duas megalópoles brasileiras, que é a Via Dutra, consome 10% do petróleo consumido neste País, quando, na verdade, qualquer país mais sensato, teria aquilo quase que totalmente ocupado por ferrovias eletrificadas, é óbvio. Isso não ocorreu. No entanto, é lógico que os erros do passado precisam se transformarem em lições de aprendizado para o presente e o futuro. É lógico isso, mas só a crítica não é válida. O que nós precisamos é tentar retirar disso coisas mais duradouras, decisões mais duradouras e importantes para este País.

Eu perguntaria, por exemplo, por que não saltarmos da discussão quanto a falsas soluções imediatistas, para o questionamento da civilização do automóvel, que criamos por via reflexa? O questionamento da validade da indústria automobilística nos levará à toda a problemática do transporte rodoviário, privilegiado pelo modelo de desenvolvimento implantado neste País. E não foi implantado pela Revolução Redentora, a partir de 64, não. Já veio há mais tempo, mas se ampliou, se aprofundou, recrudescceu-se a partir dela, autoritariamente.

O Programa Nacional do Alcool, que já consumiu quase 10 bilhões de cruzeiros em financiamentos a pouco mais de 200 empresas, deixaria de ser apenas uma tentativa de resolver também problemas de usineiros, problemas da indústria automobilística, para constituir-se em mais uma alternativa para a solução do transporte coletivo nos grandes centros urbanos e solução para o fornecimento de matéria-prima, também, para a importante indústria química neste País.

Mantendo-se a opção pelo automóvel — estou convencido de que nada indica de que até o momento o Governo pretenda alterá-la substancialmente — chegaremos a 1990, Sr. Presidente, importando quase 1 milhão e 500 mil barris de petróleo por dia, mesmo que o PROÁLCOOL preencha o equivalente a 150 mil barris de petróleo diários e a produção interna de petróleo atinja cifras superiores a 500 mil barris por dia, o que não é fácil.

Vou dizer porquê: há uma malhação em regra sobre a PETROBRÁS; em geral, essa malhação é feita por determinados grupos que querem internacionalizar ainda mais a economia brasileira. Quando eles malham a PETROBRÁS, esquecem-se que ela tem dificuldades, do mesmo modo que as multinacionais têm, para ampliar a prospecção, porque simplesmente não existem sondas perfuratrizes em quantidade suficiente para ampliar a perfuração, a prospecção de petróleo. Não existe a produção nacional de perfuratrizes, elas são importadas e as grandes empresas estrangeiras produtoras de sondas, mantêm na fila, inclusive, as empresas multinacionais por um ano, para receberem sondas. A PETROBRÁS, este ano, programou um investimento de 1 bilhão de dólares em prospecção. Eu poderia dizer: não, ela tinha que dobrar, ao invés de 1, teriam que ser 2 bilhões, o que seria irreal, porque eu sei — consegui esta informação — que ela não tem disponibilidade de sondas para duplicar o seu ritmo de perfuração, como está fazendo este ano, porque este ano, ela voltou a perfurar bastante o subsolo brasileiro.

Quanto aos contratos de risco, a PETROBRÁS está prevendo a aplicação de 1 bilhão de dólares este ano em perfuração — isto tem um significado muito grande, e eu gostaria de deixar registrado este número: os 45 contratos de risco que já fizeram, estão prevendo a aplicação em 5 anos, de pouco mais de 400 milhões de dólares que, divididos por 5, dá 80 milhões de dólares por ano, ou seja, 8% do que a PETROBRÁS está investindo. O que que significa isto? Não significa nada, do ponto de vista econômico, mas tem um significado bastante grande no sentido de transferir para as multinacionais um acervo geológico, uma memória ideológica, uma história geológica, construída a duras penas e com altos e onerosos recursos nacionais do povo brasileiro, pela PETROBRÁS, em 26 anos de existência.

Aí é que ninguém atentou para isso, é a transferência desses conhecimentos da experiência e do *know-how*, sobre a geologia nacional às empresas multinacionais em contratos de risco.

No entanto, Sr. Presidente — como eu já disse — nada indica que o Governo pretenda aprofundar-se nessa discussão. Veja bem, a mim me parece que, nestas condições, não resta ao País outra alternativa senão a de procurar, paulatina e gradualmente, alterar o seu padrão de consumo, de modo a tornar-se menos dependente do uso de energia de um modo geral e do petróleo em particular.

Repito palavras textuais do Professor José Goldemberg, Presidente em exercício da Sociedade Brasileira de Progresso da Ciência, proferidas há menos de um ano no Fórum dos não consultados, realizado em Campinas:

“Existem, pois — diz ele — padrões de consumo de energia em que um considerável grau de bem-estar não está associado ao consumo desenfreado de energia que se verifica em certos países. O quanto isto pode ser conseguido é objeto de discussão e envolve não só questões tecnológicas, como também o conceito de qualidade de vida, intimamente ligados à estrutura da sociedade, à sua história e aos seus costumes.”

Aliás, Sr. Presidente, o consumo *per capita*, de energia nos Estados Unidos, é 10 vezes maior do que no Brasil. No entanto, é preciso observar, com bastante honestidade, que 1/3 dessa energia é consumida para o aquecimento de ambientes e, outro terço, em transportes, onde predomina o uso de transporte individual, caminho que, lamentavelmente, o Brasil seguiu, apesar de seu estágio inferior de desenvolvimento.

Privilegiar a canalização de recursos destinados a ampliar substancialmente a rede de ferrovias; implantar o sistema de transportes por hidrovias; ampliar e eletrificar os transportes coletivos, significaria reorientar nosso parque industrial, medida indispensável à paulatina reorientação da própria indústria automobilística.

O Sr. Evelásio Vieira (PP — SC) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HENRIQUE SANTILLO (PMDB — GO) — Ouço o aparte de V. Ex^a, com prazer.

O Sr. Evelásio Vieira (PP — SC) — Vamos ao item do rodoviarismo desenfreado no seu crescimento, neste País, e que V. Ex^a se fixa apenas no consumo, cada vez maior, do petróleo.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (PMDB — GO) — Perfeito, não apenas isso mas também todas os investimentos de obras públicas que são canalizados para manter essa estrutura.

O Sr. Evelásio Vieira (PP — SC) — Certo, para manter essa estrutura que esse crescimento nos obrigou a investimentos na duplicação de vias, como a Via Dutra, na construção de edifícios-garagens, no alargamento de avenidas, na construção de viadutos. O volume extraordinário de recursos financeiros num País pobre que poderia estar sendo aplicado, drenado para outras áreas altamente produtivas e muito mais benéficas ao Brasil. O Governo, que deveria reorientar os seus meios de transportes, pelo menos a partir de 1974, continuou estimulando a expansão da indústria automobilística. Meus cumprimentos a V. Ex^a, não apenas pelo diagnóstico, mas principalmente pelas soluções que está a apresentar, e que não é novidade nesta Casa; isso tem sido uma constante dos homens da Oposição.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (PMDB — GO) — Muito agradecido a V. Ex^a. E também estou convencido que não há solução para esta crise, que não é apenas energética, ela é muito mais uma crise financeira do País do que uma crise energética. Nós sempre dependemos do petróleo, não há crise energética nova, sempre dependemos do petróleo importado; é que o petróleo aumentou de preços, não que ele tenha aumentado exageradamente, e aí eu concordo com o Ministro Saraiva Guerreiro. Ele colocou muito bem isso lá no Fórum das Nações Unidas, quando disse o seguinte: que a OPEP conseguiu forças políticas para colocar o petróleo a preços igualitários, a preços corretos de mercado internacional; eles antes eram aviltados, superaviltados. Não há nenhum crime da OPEP, pelo contrário, é uma defesa legítima dos interesses daqueles países. Vivemos uma crise financeira séria, não temos recursos financeiros para continuarmos a importar petróleo, como uma bola de neve, cujas importações crescem como uma bola de neve, e como os preços também que vão continuar crescendo.

O Sr. Evelásio Vieira (PP — SC) — Muito mais elevado é o preço da tecnologia que nós pagamos.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (PMDB — GO) — Perfeitamente, pagamos dois bilhões de dólares no ano passado apenas com a importação de tecnologia. Isso já foi desmentido aqui, mas cito palavras textuais do Secre-

tário de Tecnologia do Ministério da Indústria e do Comércio: 2 bilhões de dólares em importação de tecnologia em 1979, este País gastou. É óbvio que, estou convencido, nenhuma solução virá para essa problemática toda, se não reorientarmos a médio e longo prazos, nossa indústria metalúrgica, sobretudo a nossa indústria automobilística. É lógico que isso vai propiciar a canalização de recursos para a solução racional dos transportes coletivos; que gaste menos energia per capita para o transporte das massas trabalhadores nos grandes centros brasileiros. É lógico que isso vai propiciar também a canalização de recursos para o aproveitamento das hidrovias do País. Isso também propiciará ampliar a Rede Ferroviária, modernizando-a. Ninguém quer e nem imagina que este País em pouco tempo vá quadricular este imenso continente de ferrovias, mas há pontos considerados, prioritários, por exemplo: Rio—São Paulo, São Paulo—Belo Horizonte, Belo Horizonte—Rio, São Paulo—Porto Alegre. Esses pontos podemos considerá-los prioritários. Só São Paulo consome 45% da energia que este País consome. É bem possível que a Grande São Paulo consuma mais da metade desses 45%. Já disse aqui que a Via Dutra gasta mais de 10% do petróleo que consumimos, gasta 90 mil barris de petróleo por dia, em diesel e em gasolina; para o transporte coletivo e de cargas.

De sorte, Sr. Presidente, que deixando aqui registrada, mais uma vez, tanto quanto o fizeram outros pares, a nossa preocupação com o estabelecimento de uma estratégia para vencer a crise, eu me trasladaria da crise geral para a crise dos municípios para fazer aqui uma denúncia que considero séria para os municípios brasileiros.

Os municípios não receberam, este ano, nem uma vez sequer a cota-parte a que têm direito por lei, do Fundo Rodoviário Nacional. Eles, miseráveis, empobrecidos, em permanente crise econômico-financeira, precisam receber urgentemente a sua cota-parte a quem têm direito por lei para que tenham condições de dar assistência às suas pequenas estradas municipais, em todo o hinterland brasileiro.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 376, de 1980, do Senador Franco Montoro, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo intitulado "Saúde para todos, proposta municipalista", publicado na *Folha de S. Paulo*, edição de 10 de setembro de 1980, de autoria do Prefeito Municipal de Osasco, Guaçu Piteri.

— 2 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 398, de 1980, do Senador Luiz Fernando Freire, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da conferência pronunciada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, na Escola Superior de Guerra, em 5 de setembro de 1980.

— 3 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 407, de 1980, do Senador Aloysio Chaves, solicitando tenham tramitação conjunta os Projetos de Lei do Senado nºs 331 e 349, de 1979, do Senador Nelson Carneiro e o Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 1979 (nº 2.255/76, na Casa de origem), que alteram dispositivos da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social).

— 4 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 409, de 1980, do Senador Aloysio Chaves, solicitando tenham tramitação em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 299, de 1978 e 21, de 1979, dos Senadores Orestes Quêrcia e Nelson Carneiro, respectivamente, que alteram a redação do art. 37 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.

— 5 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 1980 (nº 2.385/79, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza a reversão aos municípios de Jaguari, de Pelotas e de Marcelino Ramos, no Estado do Rio Grande do Sul, dos terrenos que menciona, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 713, de 1980, da Comissão:

— de Finanças.

— 6 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1980 (nº 3.044/80, na Casa de origem), retificando, sem ônus, a Lei nº 6.730, de 3 de dezembro de 1979, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1980", tendo

PARECERES, sob nºs 749, 750 e 751, de 1980, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, 1º pronunciamento: pela constitucionalidade e juridicidade do projeto;

2º pronunciamento: pela constitucionalidade e juridicidade do substitutivo da Comissão de Finanças; e

— de Finanças, favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta.

— 7 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 96, de 1980 (apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão de seu Parecer nº 756, de 1980), que suspende a execução do art. 89, I, da Lei Municipal nº 9.722, de 1967, bem como do art. 110, I, da Lei nº 10.466, de 1971, ambas do Município de Recife, Pernambuco.

— 8 —

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 158, de 1978, do Senador Orestes Quêrcia, que acrescenta parágrafo único ao art. 3º, da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico, tendo

PARECERES, sob nºs 470 e 471, de 1980, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de Legislação Social, favorável.

— 9 —

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 247, de 1979, do Senador Nelson Carneiro, acrescentando dispositivos à Lei nº 2.800, de 18 de junho de 1956, que "cria os Conselhos Federal e Regionais de Química, dispõe sobre o exercício da profissão de químico e dá outras providências", tendo

PARECERES, sob nºs 714, 715 e 716, de 1980, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;

— de Legislação Social, favorável, com a emenda que apresenta de nº 1-CLS; e

— de Finanças, favorável ao Projeto e à Emenda da Comissão de Legislação Social.

— 10 —

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 89, de 1980, do Senador Aderbal Jurema, que dispõe sobre isenção de multas previstas nos artigos 7º e 8º da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — Código Eleitoral, tendo

PARECERES, sob nºs 720 e 721, de 1980, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, com a emenda nº 1-CCJ que apresenta; e

— de Finanças, favorável ao Projeto e à Emenda da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 28 minutos.)

ATA DA 131ª SESSÃO, REALIZADA EM 10-9-80

(Publicada no DCN (Seção II) de 11-9-80)

RETIFICAÇÕES

Na página 4463, no enunciado da Ata,

Onde se lê:

ATA DA 131ª SESSÃO, EM 11 DE AGOSTO DE 1980

Leia-se:

ATA DA 131ª SESSÃO, EM 10 DE SETEMBRO DE 1980

Na página 4472, 2ª coluna, na ementa do Parecer nº 665, da Comissão de Constituição e Justiça,

Onde se lê:

Sobre o Projeto de Resolução nº .. de 1980, da Comissão de Economia, que...

Leia-se:

Sobre o Projeto de Resolução nº 73, de 1980, da Comissão de Economia, que...

Na página 4489, 1ª coluna, nas conclusões do Parecer nº 672, da Comissão de Economia, sobre a Mensagem nº 172, de 1980,

Onde se lê:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº DE 1980
Leia-se:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 77, DE 1980

ATA DE COMISSÕES

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

(Resolução nº 1, de 1980)

10ª REUNIÃO, REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 1980

Às dez horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e dois de maio de mil novecentos e oitenta, presentes os Senhores Senadores Orestes Quêrcia (Presidente), Murilo Badaró (Relator), Aderbal Jurema, Bernardino Viana, Jutahy Magalhães, Eunice Michilles e Lázaro Barboza, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pela Resolução nº 1, de 1980, destinada a examinar a violência urbana, suas causas e consequências.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Nelson Carneiro e Evelásio Vieira.

E dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que, logo após, é dada como aprovada.

Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente esclarece que o objetivo da presente reunião, é ouvir os depoimentos do Senhores Doutor Jaime Lerner, Prefeito de Curitiba, Doutor Reinaldo de Barros, Prefeito de São Paulo e Doutor Israel Klabin, Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro.

Usa primeiramente da palavra o Senhor Prefeito de Curitiba, Doutor Jaime Lerner que, dentre outros assuntos, aborda os problemas de má distribuição de renda, das condições de moradia, das possibilidades do acesso à saúde e ao lazer, fatores que contribuem para a marginalização da sociedade.

A seguir faz uso da palavra o Prefeito de São Paulo, Doutor Reinaldo de Barros, que fala de algumas causas que considera fatores geradores da violência urbana: a pobreza nacional, devida à má distribuição de renda; o enriquecimento injustificado, que gera consequentemente uma má distribuição de renda, concluindo que a pobreza acaba gerando a violência.

Discorre sobre a violência no trânsito, responsável por 50% (cinquenta por cento) de óbitos.

Prosseguindo, inicia a sua explanação o Senhor Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, Doutor Israel Klabin. Fala especificamente sobre a violência no Rio de Janeiro, onde a expansão para novas oportunidades de emprego é pequena em relação ao acelerado crescimento demográfico; onde existe a maior heterogeneidade social do mundo; onde existe uma perspectiva vivencial em todos os segmentos da população e, finalmente, onde se verifica uma generalizada dissolução dos valores éticos e morais tradicionais, fator que considera o mais importante.

Na fase interlatória, usam da palavra os Senhores Senadores Murilo Badaró e Eunice Michilles, membros da Comissão, Hugo Ramos, Dirceu Cardoso e Deputados Erasmo Dias, Daniel Silva, Péricles Gonçalves e Miro Teixeira, que mesmo não fazendo parte da Comissão puderam, também, participar dos debates.

Antes de encerrar os trabalhos, o Senhor Presidente agradece a presença dos Senhores Prefeitos.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e para constar, eu, Elizabeth Gil Barbosa Vianna, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com o apanhamento taquigráfico da presente reunião.

ANEXO À ATA DA 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA PELA RESOLUÇÃO Nº 1, DE 1980, DESTINADA A EXAMINAR A VIOLENCIA URBANA, SUAS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS, COM PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO, SENADOR ORESTES QUÊRCIA.

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Senhores integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito instalada no Senado pela Resolução nº 1, com o objetivo de examinar a violência urbana, as suas causas e consequências, vamos hoje abrir mais uma de nossas reuniões, tendo o privilégio de ter a presença de três prefeitos: o da capital de Curitiba, o Dr. Jaime Lerner, o da capital de São Paulo, o Dr. Reinaldo de Barros, e o Dr. Israel Klabin, Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro.

Nos nossos trabalhos, até então, temos tido informações realmente impressionantes a respeito do recrudescimento da violência urbana em nosso País, principalmente nos grandes centros urbanos brasileiros. Por isso que tivemos a intenção de convidar os três prefeitos destas cidades, São Paulo e Rio

de Janeiro, onde a violência urbana atinge índices alarmantes, e, também, a Cidade de Curitiba, porque é uma norma geral em todos os centros urbanos do nosso País. Daí a razão de estarmos satisfeitos por virem dar a sua contribuição a este nosso trabalho estes três prefeitos das capitais.

Queríamos, antes de iniciar, dando a palavra aos Prefeitos, assinalar que o Distrito Federal vive também, exatamente, nesses dias, um momento de traumatismo, em razão de uma violência ocorrida, dias atrás, na cidade satélite de Taguatinga, quando perderam a vida três irmãos comerciantes: Marcos Pereira Angeline, José Pereira Angeline e Marcelo Pereira Angeline, durante um assalto ocorrido num estabelecimento de propriedade desses três irmãos. E também, além desses três assassinatos, mais um outro assassinato, no mesmo momento, na Cidade de Taguatinga. Hoje, por indicação, em razão de um trabalho da Associação Comercial daquela cidade satélite, a cidade vai permanecer fechada em sinal de protesto contra este ato de violência. Também o Secretário da Segurança Pública do Distrito Federal, Coronel Azambuja, tem dado a máxima colaboração do seu setor, no sentido de atentar ao protesto de Taguatinga e também no sentido de providenciar um policiamento preventivo mais eficiente, aqui, no Distrito Federal.

Portanto, o Distrito Federal vive hoje também momentos traumáticos, em razão de um clima muito violento, onde perderam a vida quatro pessoas, entre elas, três irmãos. Sinal de que a violência atinge um grau muito elevado, um índice muito grande também, aqui, no Distrito Federal.

Eu queria apenas assinalar esta ocorrência para servir de justificativa ainda maior para os trabalhos que estamos realizando, aqui, no Senado Federal, para analisar esta questão. Vamos, depois de assinalar este fato, dar a palavra aos prefeitos. Vamos adotar aqui um critério do Sul para o Norte, dando, em primeiro lugar, a palavra ao Prefeito de Curitiba, o Dr. Jaime Lerner.

O SR. JAIME LERNER — Sr. Presidente desta Comissão, Srs. Senadores, Senador Orestes Quêrcia, Srs. Deputados, caros prefeitos Reinaldo de Barros e Israel Klabin, que muito me honram com a sua companhia, Senhores e Senhores.

Senhor Presidente desta Comissão Senador Orestes Quêrcia, Senhores Senadores, Senhores Deputados. Caros Prefeitos Raymundo de Barros e Israel Klabin, Senhora e Senhores.

E realmente um motivo de satisfação poder constatar que o Poder Legislativo está empenhado em obter uma visão tão ampla quanto profunda sobre algumas das principais questões que afetam negativamente a qualidade da vida nas cidades brasileiras. Como a própria iniciativa desta CPI atesta, a violência crescente, em nossos principais centros urbanos, expressadas pelas estatísticas criminais e, sobretudo, pela sua presença cada vez mais próxima no dia-a-dia das pessoas, está deixando de ser apenas caso de polícia.

Há, entretanto, os que assim não pensam, na medida em que acreditam que a melhor solução para o problema é aumentar, em termos drásticos, a repressão à delinquência. Para estas pessoas, violência se combate com violência. A questão seria apenas de gradação, pois o temor ao poder de coerção exercido pela polícia seria o único freio capaz de conter os delinquentes.

Essa é, na verdade, a questão fundamental: a violência, em qualquer das suas expressões, corresponde à quebra de valores éticos que a lei costuma proteger, pelo bem da sociedade como um todo.

Já que a grande maioria do povo brasileiro está à margem dessa sociedade e, portanto, de seus valores éticos, a lei deixa de ser para todos: está a serviço de uma minoria.

Por outro lado, está ética uma sociedade como a nossa, onde, a cada hora, 52 crianças — quase 1 por minuto — morrem de fome ou de doenças ocasionadas pela subnutrição, falta higiene ou de serviços médicos?

Será justa uma sociedade como a nossa, onde, segundo a Fundação Getúlio Vargas, 30 milhões de brasileiros vivem em pobreza absoluta, isto é, sem condições de pagar o nível mínimo de alimentação necessária ao seu organismo?

Uma sociedade, onde 40 milhões não têm luz, 65 milhões não têm água, 32 milhões não têm instalações sanitárias em suas moradias, 2 milhões são menores abandonados?

E que dizer dos milhões de brasileiros que conseguem sobreviver, mas com lesões cerebrais irreversíveis ocasionadas pela desnutrição em sua fase de formação, ou seja, até os cinco anos de idade?

Os profissionais de *marketing* costumam quantificar a chamada "sociedade de consumo" em 45 milhões de pessoas, se tanto, o que coincide, mais ou menos, com a população economicamente ativa. No entanto, as estatísticas nos informam que somos 120 milhões, o que nos deixa um saldo de 75 a 80 milhões vivendo à margem, sem trabalho sistemático. E, a cada ano, nascem mais 3 milhões de brasileiros, para compartilhar da nossa sociedade e dos nossos valores éticos.

Enquanto isso, nosso modelo econômico importado segue o seu curso, concentrando cada vez mais a renda, a propriedade da terra e das empresas.

Cinco por cento da população detêm mais de 50% da renda nacional, oito por cento controlam 70% das terras agricultáveis e somente 1.645 empresas empregam 80% do operariado nacional.

De 1960 para 1970, o número de pequenas empresas artesanais caiu de 66 mil para 7 mil, enquanto na agricultura vão desaparecendo as pequenas propriedades.

No Paraná, que é um dos Estados agrícolas brasileiros mais expressivos, entre 1972 e 1979, desapareceram cerca de 150 mil pequenas propriedades, liberando 375 mil trabalhadores rurais.

E a mecanização da agricultura, própria das grandes propriedades e adequada à produção exigida pelo modelo agrícola exportador, segue liberando braços, que não serão absorvidos pela indústria, pois esta precisa seguir o mesmo modelo exportador e incorporar avanços tecnológicos capazes de poupar mão-de-obra e aumentar a eficiência, enquanto, no setor de serviço, a computação e a informática — capazes de fazer em horas o que dezenas de pessoas fariam em meses — começam a ganhar terreno.

Sobre os 20 milhões de assalariados que têm a "sorte" de trabalhar, cobra o Governo o Imposto de Renda, considerando somente o salário como renda, mas não tributando os ganhos de capital e o lucro imobiliário que produzem renda não proveniente de trabalho.

Essa é a Sociedade Brasileira, esse é o arcabouço social cujos pilares começam a ser castigados pela criminalidade pura e simples: uma sociedade sem oportunidades de nenhuma espécie para a maioria, num País que apresenta uma distribuição de renda das mais concentradas do mundo e que caminha para uma concentração ainda maior.

Parece fora de propósito correlacionar, de maneira tão direta, simples crimes comuns com todo este aspecto social. Mas diante de uma realidade em que milhões literalmente não têm nada além do direito de tentar sobreviver e pouquíssimos acumulam renda suficiente para três gerações de dissipação; diante dos apelos consumistas da propaganda, acenando com maravilhas que a imaginação ajuda a multiplicar enquanto a realidade impõe quotidianamente sua quota de amargura, não é difícil concluir que, na verdade, vigora em nosso País um verdadeiro *apartheid* social, como bem disse o economista Edmar Bacha, professor da Universidade de Brasília.

Diante de tanta iniquidade e tanta injustiça, é difícil concluir de que lado está a maior violência: nessa sociedade ou nos que a agredem.

É claro que com isso não pretendo justificar qualquer espécie de delinquência ou comportamento anti-social, mas apenas lembrar que a violência é um ato de falta de respeito para com valores éticos e humanos, de um sistema social, que, como mostram os números da realidade, não tem qualquer respeito pelo valores éticos e humanos de milhões de brasileiros.

E a história contemporânea mostra-nos que grandes movimentos redistributivos se deram sob o signo da violência.

E para não chegarmos a tanto que precisamos distribuir melhor os frutos do trabalho e da riqueza nacional.

Sabemos todos que, ano após ano, milhares de famílias — no campo, como nas cidades — não estão conseguindo um lugar nesse barco e, portanto, são literalmente obrigadas a ficar à margem.

São marginalizadas as oportunidades de trabalho, as condições de moradia, as possibilidades de educação, no acesso a saúde, ao lazer, a expectativa de um futuro melhor.

Não poderia haver melhor caldo de cultura para o florescimento da descrença, do desespero e, naturalmente, da violência. É da marginalização da sociedade que nasce o marginal da lei.

E por mais que se multipliquem os policiais, as cadeias, os mecanismos de repressão, as sementes da criminalidade terão ainda muita terra fértil para germinar.

O que fazer? Andar armado, montar polícias particulares, clamar pelos "esquadrões da morte"?

Estas palavras não constituem novidade. Elas apenas se incorporam aos pronunciamentos dos homens públicos mais lúcidos, quer do Governo, quer da Oposição. Por outro lado, tenho procurado sempre fazer acompanhar à análise, à crítica, proposições bastante objetivas. Proposições que tenho tido

a oportunidade de apresentar aos mais altos escalões de decisão do Governo. E eu pediria que constitua parte desse depoimento o documento "Causas e Efeitos", já apresentado a alguns ministros e ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Com relação ao documento "Causas e Efeitos", faço a ressalva de que são dados referentes há 2 anos.

Tenho insistido, acompanhando raciocínio do Governador Ney Braga, em que é preciso assegurar melhores condições de vida ao homem no lugar onde ele está, ou seja, em cada um dos quase quatro mil municípios brasileiros. Ao invés de investir imensos recursos nas grandes cidades, para tentar remediar a situação dos que já não têm remédio, esses mesmos recursos poderiam ser aplicados na origem, ou seja, nas pequenas cidades. Se encontrasse trabalho, educação e saúde nas pequenas cidades, nenhuma família iria tentar alcançar isso nas grandes metrópoles, onde o que lhe espera não é a vida melhor com que sonha, mas a deterioração de sua existência.

O município é quem está mais próximo do homem e de suas necessidades básicas, o município é quem pode ser parceiro das faixas de menor renda de sua população, porque é ele quem pode criar comunidades de trabalho com tecnologia apropriada ao contexto de seu ambiente, na escala do homem e não na escala das multinacionais. O município é quem pode criar a creche da vizinhança, o posto médico, o transporte, a obra de saneamento.

Para que se tenha uma idéia, obra de saneamento corresponde, às vezes, ao emprego de quase 70 ou 80% de mão-de-obra. Tenho dados que realçam muito bem que, se conseguíssemos injetar recursos nas pequenas e médias cidades brasileiras, poderíamos: recursos que se destinam à melhoria e a qualidade de vida, somados aos recursos destinados à habitação, constituem hoje uma fonte geradora de empregos, às vezes, mais importante do que uma industrialização forçada.

Então, se uma pequena injeção de recursos nos pequenos municípios, nas cidades de porte médio, se houvesse uma reformulação tributária nesse sentido, os municípios teriam condição de melhorar a sua qualidade de vida e, aí, absorver parte da população que hoje migra para as grandes cidades.

Numa pesquisa recentemente feita numa favela de Curitiba, tivemos uma surpresa muito grande. Nós que esperávamos, em função da própria situação do Estado de alta produção agrícola, como o Paraná, esperávamos que uma grande parte, ou a maioria, daqueles que estão nas favelas fossem pessoas que tivessem vindo do campo por falta de condições, como por exemplo, o bóia-fria que, geralmente, constitui parte da população da favela. Mas existem hoje componentes tão importantes quanto o migrante do campo. É o migrante da pequena cidade que já deixou de oferecer condições de emprego; é o morador da cidade que já empobreceu na cidade e, hoje, constituem um percentual quase tão grande quanto aquela população que veio do campo. É o município quem está mais próximo do homem e, principalmente é o município que está mais perto dos que estão longe — e a primeira redistribuição de renda que se pode conquistar é aquela que provém de uma mais justa participação na estrutura tributária, ou seja, uma participação maior nos tributos que tenham no município a sua base de origem e uma parcela de participação na renda gerada por força de sua própria atuação, como é o caso do lucro imobiliário.

Com relação ao lucro imobiliário, temos sentido que tem sido quase um consenso de que é evidente, pois já que é um município que favorece, que dá condições para que a propriedade, na área urbana, seja valorizada, é tão pacífica a cobrança de lucro imobiliário que até o especulador imobiliário já está de acordo, por uma razão básica: se ele paga uma comissão ao corretor, ele deve pagar uma comissão ao município que valorizou a sua propriedade. E, no entanto, a colocação do imposto sobre o lucro imobiliário não está sendo pensada dessa maneira.

Assim instrumentado, o município tem condições de aumentar o grau de acessibilidade das comunidades às ações que lhes dizem respeito, criando instrumentos de participação na solução de seus problemas básicos e, dessa forma, engajando os indivíduos no seu próprio processo de crescimento social.

Na medida em que tenham acesso às decisões ou aos benefícios delas resultantes, na medida em que aumentem o seu grau de identidade com a sua rua, o seu bairro, a sua cidade, as pessoas não se sentirão tão alienadas da sociedade a ponto de recorrerem à violência contra ela. O homem só respeita as coisas às quais ele participa.

Na medida em que se confira escala humana às nossas cidades e se dê poder político ao indivíduo no seio de sua comunidade, certamente a violência encontrará menos motivos para nascer e crescer.

Que se puna os marginais e os seus atos, sim; mas que se combata também a marginalização dos que ainda não perderam a esperança.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Com a palavra o Prefeito de São Paulo, Reinaldo de Barros.

O SR. REINALDO DE BARROS — Sr. Presidente Orestes Quêrcia, Srs. Senadores, Srª Senadora, Srs. Deputados, meus companheiros e colegas Prefeitos, Jayme Lerner e Israel Klabin, meus Senhores:

Após a brilhante exposição do Prefeito de Curitiba, Dr. Jayme Lerner, acredito que muito pouco tenha a acrescentar no que diz respeito a dados reais, dados de fato, com relação àquilo que todos presenciamos neste País, no tema da violência urbana.

Podemos dizer que muita coisa errada existe e muita coisa precisa ser feita, no sentido de consertar.

Concordo em número, gênero e grau, com a exposição feita pelo meu colega Jayme Lerner.

Desejo, objetivamente, entrando no assunto específico da violência urbana, que é o tema desta CPI, falar um pouco sobre o meu Município, o Município de São Paulo, que considero um Município *sui generis* não só neste País, mas também na América Latina. São Paulo hoje deve estar atingindo 9 milhões de habitantes, com seus 500 km² de área urbanizada, em 1.500 km² de superfície.

A Região Metropolitana deste Município, que abrange aproximadamente 80% da população, atinge 50% do Estado e 10% do País, praticamente está hoje inserida nesses 500 km². E, quando digo que São Paulo é *sui generis*, uma cidade de extremos, uma cidade de contrastes, é porque dentro do meu Município se encontra hoje a maior riqueza do País, mas não deixa por menos, encontra-se, também, a maior pobreza. Os índices crescentes da população pobre e humilde de São Paulo atinge limites assustadores. Dentre os 9 milhões de habitantes, 75% recebem menos do que cinco salários mínimos mensais. E grande parte dessa população, eu diria em torno de 2,5 milhões de habitantes, recebe dois ou um pouco mais de dois salários mínimos. Essa população é que traz preocupação a qualquer administrador municipal, que vê o seu crescimento atingir índices totalmente inaceitáveis.

Posso dizer que as favelas em São Paulo, nos últimos três anos, estão crescendo à razão de 30% ao ano, quando no mesmo período a população do Estado, a população do Município cresce aproximadamente 4% ao ano. Evidentemente estou falando em números aproximados, porque os desta última década só serão confirmados após o censo de setembro. Esse crescimento das favelas no Município de São Paulo, que hoje conta com 900 núcleos e cerca de um milhão de habitantes, foi na razão de 30% ao ano, como eu disse, nesses últimos três anos. Dados anteriores não foram registrados pela Prefeitura de São Paulo.

Então, esse e outros fatores vêm nos preocupando sobremaneira, principalmente no que tange à violência urbana.

Anotei algumas observações sobre as causas que considero principais e intimamente ligadas com a violência urbana:

“A pobreza nacional, que é uma causa estrutural, refluindo para a cidade.

As desigualdades provocadas pela pobreza geral, evidentemente nacional, afetando o cotidiano da cidade. E, basicamente, a pobreza urbana.”

Isto, devido à má distribuição de renda e seus efeitos, como muito bem falou o nosso Prefeito de Curitiba.

“O enriquecimento injustificado, através da especulação fundiária de alimentos e de outros bens, acentuando os efeitos perversos da má distribuição de renda.

A posição relativa, débil, das municipalidades, no conjunto governamental. Isso é de fundamental importância. A incapacidade política, técnica e financeira hoje dos municípios. E os encargos elevados para bons serviços públicos.”

Dai, o impasse da cidade e o desaguadouro da pobreza geral, diante da rígida evolução dos recursos públicos.

Entendo que essas são as principais causas dessa concentração. A pobreza acaba gerando a violência.

Eu gostaria de citar alguns dados estatísticos, para que todos vejam como a violência está crescendo no meu Município.

São Paulo, na década de 50/60, cresceu 6,5%; na década de 60/70, cresceu 5,5%. E há quem diga que de 70/80, os índices deverão estar por volta de 4%, 3,8% para uns, 4,5% para outros.

Mas, qualquer que seja esse crescimento na última década, temos absoluta certeza de que São Paulo atingirá logo os 9 milhões de habitantes.

As estimativas que podemos fazer sobre óbitos decorrentes de violência na nossa cidade, baseada em estatística feita de 1960 a 1975, já que não conse-

gui dados mais atualizados, são os seguintes: suicídios e óbitos violentos ignorados estão em quarto lugar; homicídios atingiram o terceiro lugar; os acidentes normais estão em segundo lugar. E, em primeiro lugar, o grande campeão: os acidentes de trânsito. Em São Paulo eles significam 50% de todos os óbitos, por causas violentas.

Em números, a situação é a seguinte: em 1975, tivemos 5.400 mortes, das quais 2.371 foram por acidentes de trânsito, chegando, evidentemente, a um nível assustador. A cada três minutos, um acidente; a cada onze minutos, uma vítima e a cada três horas e quarenta e cinco minutos, um morto, nos 365 dias do ano. Esses índices preocupam bastante, principalmente porque acontecem numa cidade onde mil veículos entram em circulação por dia, nos 365 dias do ano, considerando os sábados, os domingos e os feriados.

Não temos os índices das baixas, mas estão sendo apurados, e sei de antemão, que são muito poucos. São Paulo, hoje, conta com um milhão e oitocentos mil veículos, atingindo quase 50% da totalidade existente no País, que hoje é de três milhões e oitocentos mil. Digo quase 50%, pois se incluirmos a Grande São Paulo, ultrapassaremos a casa dos 50%, chegando próximo a 60%.

Comparando os níveis de acidentes em São Paulo com outros países do mundo, podemos dizer o seguinte: São Paulo, hoje, registra 16,6 óbitos por acidentes de trânsito para cada dez mil veículos registrados no Município. Comparando com Nova Iorque, o mesmo índice para dez mil veículos é de 3,2%. Comparando com Chicago, é de 2,2%. Comparando com Los Angeles, é de 2,4%. Comparando com Osaka, é de 2,4% e comparando com Tóquio, que é uma cidade, a grande Tóquio atingindo até mais de 10 milhões de habitantes, e de 1,5, ou seja, 10% das mortes, por dez mil veículos, registrados na cidade de São Paulo. Esses números são, de fato, surpreendentes e alarmantes para o nosso Município. Chegamos à conclusão de que, comparando com o Japão, com uma população aproximada à do Brasil, de 120 milhões de habitantes, só o Município de São Paulo, com seus 9 milhões de habitantes, registra 50% de óbitos.

Então, vejam V. Ex^{as} a nossa preocupação com relação a esse tipo de violência, que é uma violência urbana e que é responsável por 50% de todo o tipo de óbito acontecido no Município de São Paulo.

Não resta a menor dúvida de que é um problema urgente, é um problema preocupante ao qual devem se somar todos os outros, como acabei de dizer, atribuídos quase que exclusivamente ao empobrecimento paulatino da população, por razões que não vêm ao caso, agora, discutirmos.

Isso tudo leva a esse aumento alarmante da violência urbana nas nossas cidades. É isso, rapidamente, o que tu tinha a relatar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Com a palavra o Prefeito do Rio de Janeiro, Doutor Israel Klabin.

O SR. ISRAEL KLABIN — Exm^o Sr. Senador Orestes Quêrcia, Presidente desta Comissão Senatorial de Inquérito; Sra. Senadora; Srs. Senadores, Srs. Deputados, meus caros colegas, Jaime Lerner e Reinaldo de Barros; meus Senhores:

Na verdade, V. Ex^a há de me desculpar, mas qualquer coisa que eu tivesse a dizer seria quase repetitivo. A tentação que tenho é de fazermos um partido político especial dos prefeitos, cuja visão específica dos problemas vem por um processo osmótico, vem pelo contato direto com a realidade. A realidade é aquela das comunidades pequenas e de todas as distorções estruturais ocasionadas por um tipo de evolução econômica, social e política, feita na base, como disse o Jaime tão bem, na base mimética, na base de apropriação de modelos, que nem sempre são aqueles que deveriam ser os ideais para um macropaís como o nosso e tão diferenciado em todas as suas características, tanto regionais, quanto, eu diria até, genéticas, no sentido histórico. Nossas origens são diversas. Dessa forma, vai me permitir V. Ex^a, Sr. Senador, procurar dar a essa apresentação, já que, dentro em breve, deixarei a comunidade, hoje, tão querida dos prefeitos, com quem tão bem me relacionei — mas V. Ex^a vai me permitir, Sr. Senador, procurar dar a essa minha apresentação um caráter mais acadêmico. Considerando que o tempo disponível é curto, procurei dividir as reflexões em três partes. A primeira, sobre o fenômeno da violência propriamente dita, procurando dentro dela uma perspectiva mais sociológica; segundo, evidentemente, a minha especialização momentânea, ou seja, a Prefeitura do Rio, eu gostaria de me referir à violência no Rio de Janeiro, propriamente dito, o que, de acordo com o que já foi dito anteriormente pelos meus colegas, só tem valor dentro de uma aproximação globalista. O terceiro, o que seria inviável e frustrante não fazer, seria o mínimo de proposta para ação e para viabilização de um modelo mais, vão me permitir a palavra, humanístico.

Como não desconhecemos, a violência é um aspecto permanente da conduta humana, de base instintual e é sujeita a um complexo conjunto de fatores psicossociais e psicoculturais.

Existe uma constante histórica. É uma relação direta com a densidade demográfica; é maior sempre nos centros urbanos.

Dada a multiplicidade dos fatores que interferem no condicionamento da violência, resulta difícil e algo arbitrário qualquer intento de sua classificação psicofísica a mais antiga que me vem à memória é a de Platão. Platão, em sua teoria das paixões, na República, diferenciava o homem apetitivo do homem volitivo. O primeiro era motivado por interesses; o segundo, por valores, sobre ambos pairando o filósofo, motivado por idéias.

Estes tão bem lembrados o rei ideal era o rei filósofo.

Este, tanto como os modernos intentos de correlacionar a conduta com a estrutura da personalidade, tem interesse para certos efeitos mas são pouco relevantes do ponto de vista das ciências sociais.

Na perspectiva das ciências sociais, importa, particularmente, levar em conta as relações entre a violência e a ordem social. A preservação da ordem social se apresenta, comparativamente, no espaço e no tempo, ao longo de um espectro, que vai de um máximo de consensualidade, nas democracias mais exitosas, a um mínimo de consensualidade, nos regimes despóticos, com a decorrente dependência, por parte da ordem vigente, de um crescente *quantum* de coerção e violência. Por outro lado, dadas as características da ordem social e da cultura vigentes em uma dada sociedade, variam tanto os graus de violência para a preservação dessa ordem social quanto os da violência orientada para sua modificação.

Esses são os processos revolucionários, com violência contida ou incontida, que vemos grassar através do mundo. Eu pediria que o Dr. Marcos, se pudesse, fizesse uma distribuição, entre os Srs. Senadores da Comissão, dos quadros que procurei trazer, que seria uma aferição, sobretudo, em termos de criminalidade na juventude. Evidentemente, todos os dados estatísticos sobre esse assunto são muito precários. Mas, em todo caso, acho que eles ilustrariam bem uma aproximação sobre a matéria como estou querendo dar.

Na cidade do Rio de Janeiro, como em outras, é mais do que conhecido, já é um caso patológico, o fenômeno da violência.

A compreensão da violência, no entanto, exige, entre outros requisitos, que se leve em conta, com uma análise apropriada, as peculiaridades da própria cidade do Rio de Janeiro.

O Rio participa das características básicas das grandes cidades brasileiras. Em particular, entretanto, o Rio delas se distingue por duas notas. A primeira se encontra no fato de que o Rio é, entre as principais metrópoles do país, aquela em que tem havido menor expansão de oportunidades novas de emprego, relativamente a um acelerado crescimento demográfico recente. Sem elaborar aqui em dados que são do conhecimento geral, mencionarei apenas a medida em que a transferência da capital para Brasília, seguida pela fusão com o Estado do Rio, não acompanhadas das necessárias providências compensatórias, reduziram, significativamente, oportunidades ocupacionais — justamente os mais jovens é que foram duramente penalizados — isso aconteceu, logo em seguida, a essa acelerada expansão demográfica das cidades, na década de 1950, que chegou a 3,17% ao ano e, em menor taxa, nos anos 60, com cerca de 2,73%.

Eu aproveitaria o momento para confirmar uma coisa que o Prefeito Jaime Lerner disse, no início: é que na década de 60/70, para um crescimento demográfico global, num país como um todo, de 2,9% ao ano, as cidades de menos de 10 mil habitantes cresceram apenas 2,3%, enquanto as grandes cidades, sobretudo as regiões metropolitanas, cresceram de 5,6%. Isso confirma perfeitamente o que o Jaime Lerner disse.

Segundo, que cerca de 20 milhões de pessoas migram, ou seja, emigram, na década. Destes, 15% provinham de pequenas cidades e 5% de áreas rurais.

A segunda nota importante sobre o Rio de Janeiro decorre da sua topografia e também da sua história: é a de que, no Rio, se verifica, mais do que possivelmente em qualquer outra do País, a mais estreita contigüidade e coexistência, no espaço e no tempo, de grupos sociais os mais díspares: a favela e a alta classe média.

Eu pediria para que V. Ex^{as} recebessem um quadro, no qual, V. Ex^{as} vão alguns números realmente alarmantes, impressionantes.

E o primeiro quadro que aí está, quando vemos que, de 1965 para 1979, o número de favelas, ou seja, o número de focos distribuídos, no atual município do Rio de Janeiro, subiu de 211 para 309. E enquanto a população não favelada do Rio de Janeiro subia apenas de 10%, a população favelada subiu de 317%, ou seja, o Rio de Janeiro, hoje, são duas cidades de contexto e de patologia distintos, é a segunda maior cidade do Brasil e a terceira cidade maior do Brasil. Sendo que a terceira são as favelas do Rio de Janeiro, com

um total de cerca de 1 milhão e 400 mil habitantes. E estou falando apenas do município, não levando em conta a Região Metropolitana como um todo.

Aliás, ao procurar estudar essa matéria, aconselhei-me com vários especialistas e um sociólogo, da maior importância no mundo universitário, usou a seguinte frase:

“Na verdade, pode-se quase considerar que boa parcela da criminalidade profissional, no Município do Rio, é feita por comandos mandados pelo País limítrofe, que é a Região Metropolitana, em que abrigam-se, usando como valhacoutos, os piques das favelas, dentro das cidades”.

Mas, as duas particularidades do Rio de Janeiro imprimem na Cidade, condições extremamente agudizantes de certas tipicidades que evidentemente, o Rio ostenta como as demais cidades do País, que constituem, no caso do Rio, fatos de elevadíssimo potencial de distorções.

Eu diria que observamos, no Rio de Janeiro, o seguinte:

a) ocorrência de maior heterogeneidade social do mundo; Desculpe-me o meu prezado colega de São Paulo, mas advogo essa diferença para o Rio de Janeiro.

Segundo:

b) que se manifesta em uma sociedade que tem, sem apreciáveis segmentações, a mesma cultura básica; e ou seja, uma mesma perspectiva vivencial em todos os segmentos da população.

Finalmente, o fato gravíssimo;

c) onde se verifica uma generalizada dissolução dos valores éticos e morais tradicionais.

É importante assinalar o fato de que o Brasil é uma sociedade que, sem apreciáveis segmentações, tem essa mesma cultura básica.

É evidente que são abissais as diferenças de sofisticação cultural, no Brasil, proporcionais à heterogeneidade social.

Mas elas são proporcionais a esta mesma heterogeneidade social.

De todos os modos, o que se pode constatar é a existência no País de uma só cultura básica, geradora de uma visão do mundo comum a todos os estratos sociais, com aspirações básicas extremamente semelhantes, mas, sobretudo, relacionada à importação de modelos e a visões específicas, tanto quanto ao ideal político, como ao econômico, como ao social, raramente geradas por uma necessidade, ou melhor, por numa adequação de um comportamento confortável em relação às condições existentes.

Esse fato poderia ser melhor entendido, se comparássemos isso que acabei de dizer, com o caso típico da Índia — a Índia é um mosaico de dezenas de culturas e milhares de grupos culturalmente segmentados. No caso brasileiro, isso não é verdade; a heterogeneidade social se projeta sobre um patamar comum. Os princípios básicos da cultura ocidental hoje diluídos sobre formas evidências distintas, fundados no legado clássico-cristão da liberdade e da igualdade dos homens. Mas, esse legado, é frontalmente violados pela marginalização da grande maioria da população brasileira e, sobretudo, nos contextos urbanos.

As peculiaridades da minha cidade, ou seja, — declínio do emprego e estreita contigüidade de grupos díspares — só fazem acentuar ainda mais essa inaceitabilidade, da visão globalista, da visão de um patamar cultural.

Agora um fato extremamente grave que é a dissolução dos valores morais tradicionais reduziram ou anularam a existência de contenções internas diante de uma postura consumista.

A expectativa de realização pessoal, neste mundo, libera os instintos para extrair consequências práticas de inaceitabilidade das disparidades sociais.

Valeria agora algumas constatações, para bem situar o caso específico do Rio de Janeiro.

As informações disponíveis, são escassas e fragmentárias, e pode-se observar, no Rio de Janeiro, o seguinte:

- 1º) o aumento geral da criminalidade;
- 2º) o aumento de menores entre os autores de atos criminosos;
- 3º) o aumento da proporção de criminosos egressos de instituições penais;
- 4º) o aumento da proporção de crimes organizados por gangs, quadrilhas, etc.
- 5º) o aumento dos crimes de caráter ostensivo, cometidos à luz do dia;
- 6º) o aumento da perversidade com que os crimes são cometidos;
- 7º) o aumento dos crimes cometidos por indivíduos das classes média e alta;
- 8º) o aumento dos crimes relacionados com drogas.

Do mesmo modo, pode-se facilmente observar que o medo da população aumenta em ritmo mais acelerado do que os índices da criminalidade.

Sem qualquer julgamento de mérito, é indiscutível a existência de uma orquestração da imprensa falada e escrita em torno do tema da violência e da criminalidade. A população carioca vai se tornando uma população ame-drontada. Cria-se, assim, um clima propício para a adoção de formas repressivas de efeitos menos imediatos, porém mais duradouros. Em uma palavra, um clima propício para enfrentar os efeitos da violência, sem atingir-lhe as causas.

Creio que essa era parte da tese do Prefeito Jaime Lerner. Podemos considerar, como antes mencionado, que a violência e a criminalidade, no Rio de Janeiro, têm condicionantes específicos, a saber:

1º) o Rio de Janeiro é hoje uma cidade situada por uma periferia, onde mais de um milhão de pessoas vivem em condições subumanas; pessoas sujeitas a violentas pressões geradoras de violência: insalubridade, promiscuidade, carências básicas de serviços, transportes que são uma prévia do inferno...

2º) O Rio de Janeiro, sobre um contínuo cultural homogêneo, tolera a contigüidade dos extremos da heterogeneidade social. Numa população com os mesmos valores, e aspirações consumistas e homogeneidade cultural, convivem contíguos os extremos da opulência e da miséria.

3º) As populações pobres e miseráveis, em contato com o meio urbano, perderam os freios morais inibidores que eram garantidos pela cultura tradicional.

É tendo presente o raciocínio deduzido até aqui que ousamos pensar em alguns caminhos possíveis, se não para a solução do problema, pelo menos para a sua minoração. E seria inviável qualquer proposta no gênero, não fosse tomada e considerada como uma proposta integrada.

3º) Caminhos para solução

Para o fim de compreender os possíveis caminhos para a solução, entendemos como manifestos dois tipos de criminalidade:

a) *a criminalidade profissional*, que faz do crime profissão rentável, perpetrada por *gangs* e máfias, associadas para roubo de automóveis, tráfico de drogas, articulada pela rede de receptadores.

b) *acriminalidade social*, que atinge as populações pobres e as predis põem para buscar no crime, especialmente contra a propriedade, aquilo de que precisam desesperadamente para sobreviver. Entre os principais fatores dessa criminalidade social, enumeramos, evidentemente, o que é óbvio: o desemprego, os baixos salários (70% da população do Rio de Janeiro ganha menos de dois salários mínimos).

É, pois, considerando esta classificação, que abordaremos a última parte da nossa intervenção.

Resulta bastante óbvio, da exposição precedente, que uma significativa redução da violência no Rio de Janeiro envolve duas ordens distintas de soluções, a saber:

1º) Estrutural

Aqui, o problema se relaciona com o inaceitável grau de heterogeneidade a que chegou a sociedade brasileira. O desenvolvimento brasileiro está hoje obstaculizado por sua falta de desenvolvimento social. É fundamental para dar consistência a qualquer tese a continuada e aprofundada adoção de políticas destinadas a melhorar, substancialmente, o nível de vida das grandes massas. É preciso acelerar medidas para garantir o pleno emprego, assegurar a educação básica de todos os cidadãos e proporcionar-lhes uma satisfatória assistência social e previdenciária. Do mesmo modo, é importante reduzir as diferenças sócio-econômicas entre os diversos segmentos e regiões do País.

2º) Conjuntural

É indiscutível a necessidade de rever fundamentalmente os instrumentos adequados a conter a violência, com a oferta de maior garantia aos cidadãos.

Foge ao escopo destas breves considerações qualquer intento de delineamento de um apropriado programa de desenvolvimento social para o Brasil. Conste apenas que, sem ele, nada de estável e sério pode ser feito em matéria de violência e criminalidade. Mas importa, igualmente, levar em conta a necessidade e a possibilidade de se fazer prontamente algo, de sorte a reduzir a atual intolerável pressão da violência sobre o Rio de Janeiro.

Resumindo objetivamente, diríamos que, para reduzir a violência no Rio de Janeiro, duas ordens de medidas são fundamentais:

1º) as orientadas para aliviar as tensões sociais, sem prejuízo de outras de largo prazo que operem sobre as causas;

2º) as orientadas para melhorar a proteção dos cidadãos, como mais eficiente inibição da prática da violência e mais eficiente responsabilização dos transgressores.

Entre as medidas do primeiro grupo, saliento a importância de quatro tipos de providências: (1) programas para melhorar a condição dos menores e dos setores desvalidos, combinando novas oportunidades educacionais com

novas oportunidades ocupacionais; (2) programas organizados para reestimar a esperança das massas em melhores condições de vida e levá-las ao entendimento de que elas se beneficiarão com uma maior integração social; (3) programas que proporcionem novas e melhores formas de lazer para as massas, como instrumento complementar de sua integração social; (4) medidas que acarretem pronta melhoria de transporte urbano de massa, pois, acredito que esse dado é apropriado e acho que seria consensual entre nós, prefeitos, de que é um dos fatores que carregam um sentido mais agudizante de violência urbana. As breves dimensões desta comunicação não me permitem detalhar minhas idéias a respeito desses quatro tipos de providência. Assinalarei, apenas, que elas se acham pautadas pela aguda consciência de que, a curto prazo, são modestos os recursos adicionais que possam ser mobilizados para os fins em vista, o que exige, de parte da administração pública, um alto sentido de prioridade e a máxima aptidão para otimizar o emprego de recursos e de soluções intensivas de trabalho.

As medidas do segundo grupo, e que se destinam, basicamente, a reprimir a criminalidade profissional, são, genericamente falando, de ordem policial e não menos importantes. É absolutamente urgente e necessário proceder-se, numa estreita e construtiva colaboração entre as autoridades federais, estaduais e municipais a uma revisão crítica do sistema brasileiro de policiamento civil. Necessitamos de um importante reforço quantitativo de nosso sistema policial e de um igual esforço no redimensionamento geral de suas tarefas e formas de ação, de sorte a produzir um substancial incremento da capacidade de policiamento civil e da dimensão ostensiva desse policiamento, sem prejuízo de outras incumbências das forças de segurança.

Dentro dessa ordem de idéias, e apesar de nossa "federação nominal" enfraquecer progressivamente a autonomia municipal, adiantamos que na Prefeitura do Rio de Janeiro existem alguns estudos concretos para aumentar a eficiência da proteção dos cidadãos e a boa vigilância dos logradouros públicos, bem sabendo que não é atribuição municipal esta ordem de consideração e preocupação. Mas, não acho que podemos nós, Prefeitos, abdicar de uma visão integrada sobre o módulo municipal que nos foi confiado. A nós chegam, de cada 100 reclamações ou demanda social, a conotação de que, no Rio, dessas 100, apenas 20 refletem instrumentos da municipalidade. Mas, para a população, somos nós os diretamente responsáveis.

Sem prejuízo da geral revisão crítica do sistema policial brasileiro, a que precedentemente me referi, estamos encaminhando estudos, em fase final, para a criação de um *sistema municipal de vigilância comunitária* para a cidade do Rio de Janeiro.

Esse projeto está concebido, juridicamente, para se enquadrar estritamente dentro das atribuições constitucionais e legais do município, sem qualquer invasão na área da competência do Estado e da União, e, procuramos, economicamente, para ser imediatamente viável nas condições de uma Cidade como o Rio, que se debate hoje com séria e conhecida crise de recursos.

O objetivo do sistema antes referido é a vigilância:

- dos próprios municipais; escolas, parques, etc.
- ruas comerciais
- praças;
- praias;
- áreas outras de lazer.

O que se pretende, essencialmente, é criar um *corpo de vigilantes*, com instrumental próprio de trabalho, com uma escolaridade mínima de segundo grau completo e rigorosa seleção; que estivesse psicologicamente preparado para a missão de apoio à comunidade. O que se deseja é um vigilante de elite, identificado efetivamente com a comunidade e, por isso mesmo, capaz de propiciar uma relação de respeito recíproco.

Peço para passar a proposta itenizada aos Srs. Senadores que, evidentemente, ainda não está conformada, em forma de projeto, mas acredito que isso deveria ser discutido, no âmbito do município, com a própria comunidade e eu apreciaria muito que fosse discutido, em outros níveis de poder e de administração estadual e federal, de forma a que pudesse haver o mínimo de consenso para que o projeto pudesse ser elaborado.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, muito obrigado. (Muito bem! Palmas!)

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quércia) — Eu gostaria, Dr. Israel, tendo em vista sua colocação, somente dar uma informação. Recentemente, estivemos no Congresso Paulista dos Municípios, em São Paulo, a Comissão foi convidada, estivemos, lá, como Presidente, e está até aqui o Dr. Renato Guimarães, presente também, Promotor de Justiça em São Paulo, que estava presente na reunião.

E a Associação, através da maioria dos Prefeitos presentes, aprovou uma idéia, no sentido de se criar uma comissão municipal de prevenção criminal. É uma notícia e eu gostaria, se possível, de ouvir a opinião dos Prefeitos a respeito dessa idéia da Associação Paulista dos Municípios, no sentido de que os

governos municipais, Câmara e Prefeitura, se interessem também em colaborar, mais efetivamente, nessa questão da prevenção criminal. Apenas esta notícia que eu queria dar, tendo em vista a sua informação de que, na Prefeitura do Rio de Janeiro, existe um movimento nesse sentido.

De acordo com nossos critérios, daremos a palavra ao Relator da Comissão, e, depois, aos Membros e aos demais inscitos. Portanto, o Sr. Murilo Badaró, Relator da matéria, tem a palavra.

O SR. MURILO BADARÓ — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Parlamentares, Srs. Prefeitos:

A presença de V. Ex^{as}, nesta Comissão, ao lado da excepcional honra que conferem aos trabalhos dela, pois tivemos, aqui, reunidas três figuras notáveis da vida pública brasileira, mostrou a grande importância que esta Comissão Parlamentar de Inquérito assume, neste momento, na atual conjuntura brasileira. E os três depoimentos, por outro lado, praticamente, nos levam a um estado de perplexidade, tal o grau de dramaticidade que envolve essas considerações que V. Ex^{as} acabam de fazer e, sobretudo, porque põe a nu o problema da nossa pobreza e da carência de recursos que possibilitariam a solução do problema da violência, que, no diagnóstico de cada um, tem origens variadas, mas ele tem uma causa próxima que é, realmente, o estado de pauperismo em que se encontra a Nação, como um todo, e, especificamente, essas comunidades que passaram por um processo de inchaço e de crescimento desmesurado. Convenhamos que, além de tudo isso, não é fácil a um país, que pretende construir uma ordem democrática, estabelecer regras muito rígidas para orientar migrações. Na medida em que uma política, voltada para melhorar o nível de vida das grandes cidades, acaba sendo um fator de aliciamento dessas grandes massas que abandonam o campo, em decorrência do estado de pauperismo que tem caracterizado a vida rural brasileira.

O depoimento de V. Ex^{as} é da maior importância. Nada teria a acrescentar com relação à concordância com quase todas as teses aqui colocadas e um ligeiro comentário sobre cada uma, para assinalar para o Prefeito de Curitiba que um dado novo surgiu — que é o migrante da pequena cidade, não mais o migrante da zona rural, derivado de um notório estado de empobrecimento dos municípios brasileiros. Isso não vem de agora, mas de muito tempo. A reforma tributária, que possibilitou um alívio na situação das municipalidades brasileiras, feita ao tempo do Presidente Castello Branco, ela, com o passar dos anos, através de um sistema de escamoteação tecnocrata, ou seja, por portarias, por regulamentos, por uma série de artifícios, acabaram por tirar dos municípios aquilo que havia sido dado a eles. O diagnóstico é perfeito com relação a isso também. Transformar o município numa contrafação, não é mais a base do nosso sistema federativo. A pobreza dos municípios brasileiros pode ser, perfeitamente, arrolada como uma das causas desse fenômeno de inchaço urbana, que é a principal preocupação dos senhores.

O Prefeito Jaime Lerner, que fez também uma reforma importante ao tempo de sua primeira gestão como Prefeito de Curitiba, eu gostaria que ele desse uma informação. Primeiro, que constatação pode ele fazer do cotejo entre melhoria dos níveis e qualidade de vida de Curitiba e criminalidade, se ele conseguiu captar alguma coisa que pudesse nos informar. Em segundo lugar, o problema da reforma urbana, o que os 3 Prefeitos imaginam fazer com relação ao problema da contribuição de melhoria, do lucro imobiliário, da taxação do espaço aéreo, que, no meu modo de entender, seriam formas de melhorar a arrecadação das municipalidades e, por via de consequência, possibilitar a locação de recursos para atender, por exemplo, ao problema do lazer integrado de que falou o Prefeito do Rio de Janeiro.

Ao Prefeito Reinaldo Barros, homem consagrado como administrador, ele nos deu a impressão de que São Paulo é a campeã mundial de situações complicadas, que nem a reivindicação do Prefeito do Rio de Janeiro consegue tirar de São Paulo esse grande título. E, realmente, é uma situação dramática. Eu gostaria também que o Prefeito Reinaldo Barros pudesse dar à Comissão, alguma experiência que está sendo feita, em São Paulo, com relação a isso, melhoria de vida, melhoria da qualidade de vida e criminalidade. A mesma coisa ao Prefeito do Rio de Janeiro e, por final, Sr. Presidente, uma solicitação para que, principalmente, os Prefeitos de São Paulo e Rio de Janeiro, criassem condições para que a Comissão pudesse visitar uma favela bastante típica de cada uma dessas cidades. Não sei se Curitiba terá favela, e também eu gostaria que fosse definido o que fosse favela. Por exemplo, a gente contempla, no Rio e em São Paulo, alguns conjuntos habitacionais em tal estado de deterioração, que não sei se entram nessa classificação de favelas, ou favelas seriam, por exemplo, os ranchos colocados no morro, aquele cantado no famoso samba.

Há alguns conjuntos habitacionais urbanos, hoje, no Rio e em São Paulo, não sei se há em Curitiba, que têm características de favela, tal a deterioração do nível de vida neles existente. Finalmente, Sr. Presidente, desejo

congratular-me com os três prefeitos, porque considero que a contribuição que trouxeram é da maior importância.

O SR. JAIME LERNER — Eu gostaria de agradecer ao nobre Senador Murilo Badaró. Respondendo à indagação do nobre Senador sobre a relação melhoria de condições de vida e criminalidade, eu gostaria de ressaltar qual é a nossa preocupação, no momento, em relação a esse aspecto. Estou, agora, num segundo mandato na Prefeitura de Curitiba. São constatáveis as melhorias substanciais que sofreu o Município de Curitiba, nesses últimos anos. Refiro-me não-somente à minha administração, como à administração anterior, de notória eficiência administrativa. Curitiba é uma cidade que, realmente, oferece boas condições de qualidade de vida. É evidente que, hoje, ela tem bom sistema de transporte, conseguiu chegar a uma solução de dominar o seu crescimento, conseguiu medidas integradas de transporte de massa e uso de solo e de sistema viário, medidas simultâneas. É uma das poucas cidades brasileiras que dirige o seu crescimento; conseguiu chegar a uma modificação substancial em relação a esse domínio de seu crescimento. Temos um sistema de transporte realmente bastante eficiente, dentro da nossa realidade. Hoje, está chegando a 450 mil passageiros em transporte de massa, fora o transporte convencional e, possivelmente, chegaremos, dentro de dois anos, a 600 mil passageiros por dia, isso numa população de um milhão. Transporte a um custo de tarifa social de Cr\$ 5,50. Creio que poucas cidades, no mundo, ou nenhuma cidade, no mundo, mesmo com valores subsidiados, tenha chegado a esse valor, pouco mais do que um décimo de dólar, em relação ao transporte coletivo, com todas as alternativas de alimentação possíveis. Realmente, ela melhorou sobre o índice de áreas verdes, passando de meio metro quadrado de área verde para 18 metros quadrados por habitante. Área ocupada, equipada e animada, usada pela população. Ela, realmente, melhorou no seu aspecto econômico, com maior oferta de emprego, com a implantação da sua cidade industrial, sem poluição, com uma oferta de 45 mil novos empregos, de 1973 até hoje. Melhorou, no seu aspecto de programação cultural, com ocupação dos seus espaços principalmente no sentido de lazer, com uma ocupação progressiva dos espaços novos, das coisas novas que estavam acontecendo na cidade. Quer dizer, era a visão do lazer as coisas que estavam sendo entregues, a ocupação da cidade nesse sentido. Melhorou muito por uma decisão própria do Município de Curitiba de encontrar as nossas soluções dentro de nossa realidade. Uma espécie de quebra de uma dependência de soluções importadas, isso, em 1971/1972, quando todo o País estava envolvido com importação, preocupações de outras metodologias importadas, mas que saímos para soluções nossas. Outras modificações, no sentido de participação da população em relação às coisas que diziam respeito à cidade. Hoje, a nossa preocupação é de que essa aparente melhoria de qualidade de vida não nos satisfaz, porque, a partir do momento em que essa melhoria de qualidade de vida não é acessível a todos. Então, nossa preocupação, como acredito e tenho sido testemunha dessa preocupação do Prefeito de São Paulo e do Rio de Janeiro, é a acessibilidade. Como fazer com que grande parte ou toda a população participe mais dos benefícios que podemos oferecer aos moradores da cidade. Porque somos os parceiros da população de baixa renda. Por mais pobre que seja o município, é um município que socorre o assalariado com serviços públicos, com subsídios, com educação. Evidentemente, subsídios que não acontecem em outros países mais desenvolvidos, porque é um município que está vivendo o drama do indivíduo e ele tem que socorrer por mais pobre que seja. Mas, a preocupação nossa é a acessibilidade, fazer com que essas condições humanas sejam humanas para todos — essa é a nossa preocupação básica, e nós estamos tranquilos com relação a isso.

Foi dito pelo nobre Senador Murilo Badaró, aliás bem dito, que o que vem a ser uma favela, se, às vezes, conjuntos habitacionais constituem favelas brancas, que se caracterizam pela mesma falta de acessibilidade aos serviços básicos das cidades? Temos favelas, infelizmente, com os mesmos índices de crescimento como as de São Paulo e Rio de Janeiro, pouco menores, infelizmente, sem os mesmos números proporcionais. Mas, o que nos assusta é o índice de crescimento da população marginalizada, que cresce na periferia de Curitiba. Então, temos constatado que, quanto mais reduzirmos a importação, a escala das coisas na cidade, temos condições de oferecer mais empregos. Isso é evidente, mas está sendo verificado no dia-a-dia, na preocupação que temos hoje de associar as coisas globais do município — como transporte de massa, como índice de áreas verdes — às preocupações do indivíduo no seio da sua vizinhança.

O problema de violência pode ser menor, se o morador, na cidade, passa a definir as coisas a nível da sua vizinhança, se ele passa a participar mais das coisas a nível da sua vizinhança. O Prefeito do Rio de Janeiro lembrou muito bem e é uma proposta fundamental, a do sistema comunitário de vigilância. A nossa preocupação é semelhante nesse sentido de que, se conseguirmos ocupar, dar condições de emprego a nível da sua vizinhança, dar mais partici-

pação, por exemplo, estamos montando unidades de produção em cada vizinhança, principalmente nas de baixa renda, na periferia da cidade, fazendo com que o próprio lixo seja coletado pelos próprios moradores, mediante uma pequena empresa que a própria Prefeitura remuneraria — esse é um pensamento nosso. As próprias obras de pequeno porte são organizadas pela própria vizinhança e a própria vigilância dos próprios municipais está sendo feita por associações da vizinhança. Pagamos às associações de bairro para que elas façam a vigilância. Constatamos que uma creche custava cerca de 30 mil cruzeiros por mês, para mantermos um vigia. Chegamos à conclusão de que um vizinho dessa creche, responsabilizado pela associação da vizinhança, poderia cuidar, por um décimo desse valor, e ficaria muito mais satisfeito e cuidaria muito melhor. Essas constatações, ao nível de vizinhança, está nos levando a uma modificação das especificações de obras, dos programas habitacionais. Hoje, por exemplo, estamos modificando as especificações de pisos para ladrilhos, para que a própria vizinhança possa fabricar. Estamos montando uma série de unidades de produção, hoje são mais de trinta nessas associações, para que a peça que proteja a árvore, para que o piso das calçadas, para que o piso das construções dos programas habitacionais possa ser feito pelas associações de vizinhança. Estamos modificando o uso do solo da cidade, para que possamos absorver emprego no local onde o homem mora. Quer dizer, vamos estimular a pequena indústria não produtiva, não de fundo de quintal, mas de fundo de quintal. A partir do momento em que ela seja maior, evidente que passará à cidade industrial.

A preocupação básica — isso que eu queria me referir e, evidentemente, não pude detalhar — é de que se tente conseguir, se a Prefeitura hoje, ou grande parte das prefeituras sabem muito bem aquilo que quer a nível global, o morador da sua vizinhança sabe muito bem aquilo que é prioritário ao nível da sua vizinhança. Estamos tentando associar programas de nível global, com programas localizados em cada vizinhança, de tal maneira, que o morador organizado possa definir aquilo que seja a sua prioridade. É o que tenho dito muitas vezes: o homem só respeita as coisas de que ele participa.

Então, numa discussão, como tivemos, há pouco, com um Professor de Universidade nos Estados Unidos, ele manifestou a preocupação de que, hoje, os Estados Unidos, chegando numa era pós-industrial, estão chegando à conclusão, em relação ao problema de violência, principalmente, que se tenha que dar um retorno no parafuso do seu desenvolvimento, para que evidentemente se volte a oferecer empregos.

Acho que hoje não se discute mais, em termos de sistema e direito de esquerda, mas a grande preocupação, hoje, se refere ao estilo de vida que nós queremos.

Só para encerrar, eu gostaria de deixar bem claro, que em uma discussão que surgiu uma vez, nós participamos de um debate, e se chegou a uma conclusão muito interessante: que países que procuraram primeiro a liberdade conseguiram, às vezes, chegar à igualdade, mas países que procuram a igualdade primeiro têm encontrado dificuldade em chegar à liberdade.

É só isso que eu teria que acrescentar, a não ser aspectos específicos de propostas que temos levado, porque pode parecer a posição nossa muito crítica, em relação à situação atual, mas acho que a crítica tem que ser acompanhada a uma proposição. Essas proposições temos levado aos Ministros de Estado e tivemos oportunidade de levar ao Senhor Presidente da República. Em relação ao problema específico do campo, uma proposta de comunidades urbanas, que são pequenas comunidades ao longo de pequenas estradas, pequenos bolsões, que teriam condições de absorver aquele percentual de população do campo que migra por falta de condições. Essa experiência à comunidade urbana, já conhecida, está sendo efetuada na região metropolitana de Curitiba. Temos nos recusado a fazer muitos seminários, muitos debates, para que tenhamos realmente uma experiência específica de várias comunidades urbanas, para que ela possa ser levada, evidentemente, onde o problema é mais crucial, na região onde se concentra o "bóia-fria", onde há maior número de "bóias-frias", evidentemente, na origem, não é no destino final, apenas para um exemplo. E várias propostas objetivas, específicas, em relação a uma reforma tributária que possa dar mais condições aos municípios. Modificações: ICM do combustível aos Estados e Municípios; a legislação, que possibilite a cobrança do lucro imobiliário, já é quase um consenso nacional. Não se concebe porque que a alta tecnocracia centralizada não quer abrir mão de uma coisa que vai ter que abrir mão, de qualquer maneira, dada a situação que se está constatando em relação ao empobrecimento contínuo e, eu diria quase mesmo vertiginoso dos Municípios. Era só isso que eu tinha a acrescentar.

Muito obrigado.

O SR. REINALDO DE BARROS — Senador Murilo Badaró, realmente, quando eu disse que São Paulo tinha índices que ganhariam um campeo-

nato mundial, evidentemente, falo isso, lamentando esses índices que fatalmente isso pertence a uma cidade grande. Claro que os meus índices...

O SR. MURILO BADARÓ — Mas, lá, também há alguns índices que são o orgulho nacional.

O SR. REINALDO DE BARROS — ... são muito coincidentes com o do Prefeito Klabin, que conheço, já tive oportunidade de discutir esses índices, e as nossas cidades são bem parecidas, com uma pequena diferença: lá, ele tem o mar e a praia e eu não tenho.

A verdade, Senador, é a seguinte: esse crescimento da cidade de São Paulo, que outrora eu poderia atribuir somente à migração, hoje, sou, no que tange ao empobrecimento da população, isso não mais está acontecendo. Hoje a migração em São Paulo tem diminuído, até bastante. Os dados não são muito confiáveis, mas podemos dizer que ela caiu vertiginosamente nesta década. O que mais aflige hoje ao Prefeito de São Paulo, tenho a impressão, o que mais aflige a nossa população é o empobrecimento real da população. Não são aqueles fachados, que vêm do Norte e Nordeste, que estão acostumados a viver mal lá e mudam para cá, para viver mal aqui. Não é esse o nosso problema. O que nos preocupa, hoje, são aqueles que diminuíram o "status", aqueles que moravam em casa alugada, aqueles que o salário atual não dá mais para pagar a casa de aluguel e não dá mais para comprar uma nova casa. E, aí, acaba batendo com os costados numa favela. Esse é um índice bastante grande que está acontecendo na nossa cidade e isso, indubitavelmente, está sendo medido para que se tenha uma avaliação correta desse empobrecimento da população.

O que eu julgaria, no momento, a coisa mais importante?! Dentro da nossa administração, estamos considerando como meta prioritária a meta social e, para esse lado, é que está toda voltada a minha administração como prefeito de São Paulo. Estamos dando uma ênfase toda especial ao problema do menor. Hoje, posso dizer que tem 400 mil menores soltos em São Paulo. Não temos muitas cidades que tenham essa população no Brasil. Eu contaria nos dedos o número de cidades. Mas, temos, com certeza, cerca de 400 mil menores, sem ter o que fazer, em São Paulo, e provavelmente sendo treinados para trombadinhas ou delinqüentes, aumentando a violência urbana.

O problema é mais sério, quando se fala em favelas, porque existe pouca perspectiva de melhorias de condições de vida em favelas, para, aí, chegar, então, na exposição do Prefeito Klabin, que foi, como sempre, brilhante e disse a pura realidade da cidade dele, à qual tenho, somente, que subescrever, que o problema tem que começar do princípio.

Eu diria o seguinte: as minhas favelas não são favelas verticais, não são favelas de conjuntos habitacionais, em que pese eu também ter; são os cortiços, a população encortiçada de São Paulo é bastante grande. Mas, ela está estável, ela, hoje, atingiu um limite que não preocupa mais. Mas, o que está preocupando? O que está preocupando é aquela que vive em barraco, mesmo com invasores de áreas particulares, áreas governamentais, tanto federal, estadual ou municipal, vivem em brejos, em palafitas, nas piores condições de vida possível. E cada família desta, a grande média é de 3 a 4 crianças, vivendo num barraco. E essas crianças, pelo menos, sem nenhuma perspectiva de atendimento.

São Paulo tinha um número gritante, quando assumi a administração, tinha apenas três creches municipais, com cerca de 360 crianças, tinha um certo número de creches conveniadas e subvencionadas pela Prefeitura, porém, com pouco controle na própria administração da creche. Quando sabemos que é curtíssimo o prazo: São Paulo teria que ter 2 mil creches, para abrigar 240 mil crianças. Isso é o que deveríamos ter, hoje, para começar, de uma maneira geral, o fato.

Outro problema sério é o que fazer com a criança de 3 a 6 anos, que é a idade em que ela entra na escola. São Paulo, hoje, tem uma das melhores redes escolares, acho, de todo o País. Atualmente, entre escolas municipais e estaduais, só no Município, lecionam a 1 milhão e 200 mil crianças; 800 mil crianças nas escolas estaduais e 400 mil crianças nas escolas municipais. Mas, se voltarmos, no Município de São Paulo, somente 100 mil crianças podem, hoje, frequentar a escola, quando sabemos que um número igual ao das escolas deveria ter, no mínimo, na pior das hipóteses. Então, esse é outro grande problema que estamos enfrentando nesta área social e na área do menor.

E, por último, o problema de transporte que, indiretamente, é um problema que envolve isso tudo. Não adianta nada pegarmos uma favela, levarmos essa favela à periferia, quase que à força, e procurarmos dar habitação a esses favelados na periferia, quando eles não têm condições nem recursos para, no momento, com o último aumento tarifário em São Paulo, gastarem 25% do seu salário em transporte para atingir os empregos. Vejam que os números são, até certa forma, incoerentes.

Então, o Município de São Paulo ou o Poder Público teria que procurar arrumar habitação perto do local de trabalho dessa população.

Hoje, estamos iniciando um programa bastante grande, com o auxílio do BNH, procurando, em áreas municipais, construir, dentro do sistema PRO-MORAR, a casa embrião, que se inicia com 25m² de construção e vai até 75m², após a mudança do favelado. Tenho a impressão de que isso deve resolver o problema, mas somente de uma minoria, porque o problema de São Paulo também é seriíssimo quanto às áreas urbanas. Praticamente, não existem mais e, quando existem, o preço inviabiliza qualquer tipo de projeto. É fácil, quando o cidadão ganha entre 4 e 5 salários mínimos. Aí, existe o plano COHAB, onde há os grandes núcleos que hoje estão sendo construídos em São Paulo. Temos núcleos de até 110 mil habitantes. Isso é possível ainda de ser feito, dentro de um programa racional. Agora, abaixo disso, a coisa preocupa.

Tenho um programa para 50 mil habitações, onde colocaríamos 250 mil favelados. Mas, o primeiro grande obstáculo é a área, é o terreno. Ainda que o terreno seja subsidiado por dinheiro público, não temos mais o terreno, não existe mais a área disponível, dentro da área urbanizada; existe, evidentemente, dentro da área rural, mas aí volta-se ao problema do transporte.

Uma coisa posso dizer aqui, que é um consenso geral — falou o Jaime Lerner, falou Israel Klabin — que é o problema da reforma tributária. São Paulo, hoje, tem 571 municípios falidos. Tenho a impressão de que temos — se eu errar vou errar por muito pouco — uma meia dúzia que têm condições de andar com as próprias pernas. O resto está falido. Precisam lançar mão de recursos estaduais ou federais. Passam 60%, 70% do tempo pedindo dinheiro a outros poderes. Isso, realmente, é o fim do sistema municipal. Não resta a menor dúvida de que essa reforma é urgentíssima. Ou o Governo Federal ou o Governo Estadual vai ter que estabelecer uma mesada, no início da gestão, para cada município, para que cada um possa trabalhar tranquilamente. E acredito que isso que estou dizendo deve hoje estar ocorrendo no Paraná, deve hoje estar ocorrendo no Estado do Rio e em todos os Estados do País. Sei que ainda em São Paulo, se posso dizer privilegiado, ainda a folha de pagamento, a despesa operacional da Prefeitura de São Paulo é hoje, cerca de 80% do orçamento da Prefeitura. Ainda tenho 20% para investir. Mas tenho absoluta certeza de que municípios do meu Estado estão em situação inversa, absolutamente inversa. De modo que eles têm que pedir dinheiro para pagar a folha de pagamento, têm que lançar mão de empréstimos ou viver correndo, para baixo e para cima, de Secretaria em Secretaria, em vez do prefeito ficar no seu local, no seu município, administrando, passa dois terços do tempo correndo atrás de dinheiro. Esse cálculo estou fazendo, mais ou menos, porque perco metade do meu tempo correndo atrás de dinheiro. Não sei quanto ao Prefeito Klabin e ao Prefeito Jaime Lerner, mas 50% do meu tempo passo quase fora do meu município, atrás de recursos.

Está aí, Senador Murilo Badaró, o que eu tinha, rapidamente, a expor sobre o que V. Ex^a me pediu, sobre a melhoria da qualidade de vida, para que isso auxiliasse a diminuição do índice da criminalidade urbana.

Muito obrigado.

O SR. ISRAEL KLABIN — O meu colega de São Paulo uma vez chamou-me de chorão. Agora, posso lhe retribuir o elogio. A verdade é que todos nós somos chorões.

E uma das razões, eu diria mesmo a mais importante, pela qual me decidi pedir ao Governador Chagas Freitas que me especializasse no problema, ao invés de deixar-me disperso numa administração, cujo gargalo, evidentemente, é o problema de recursos, foi essa a razão fundamental pela qual eu optei sair da Prefeitura e participar do sistema econômico-financeiro do Estado como um todo.

Mas, ainda, sobre o problema de índices, tenho, nesses quadros, alguns índices que preferi especializá-los em relação à juventude, sobretudo, por uma razão, porque acho muito importante pensarmos em termos de projeção futura do fenômeno da criminalidade, do que, propriamente, do fenômeno da criminalidade como ela se apresenta hoje, a prazo curto, pois, conforme estamos todos de acordo, ela é reflexa a um modelo econômico e a um modelo político — se me permitem dizer — interados e integrados, que se apresentam em fase evolutiva mas, seguramente, que não apresenta uma solução, nem um nem outro, para aquilo que procuramos resolver, os gargalos fundamentais da sociedade, cujo efeito final é a violência.

Os Srs. podem ver, nos quadros que distribuí, que dos diversos índices, na renda familiar do menor, a porcentagem de 70% dos crimes de menor são aqueles cuja renda familiar do menor é de até um salário mínimo.

Com relação à atividade ocupacional do menor, e acho importante fixar no menor, uma vez que todos os índices são tergiversáveis, as estatísticas são muito falhas, com relação à atividade ocupacional do menor, temos um número notável: que 94% da criminalidade do menor incide sobre aqueles que

não têm qualquer tipo de ocupação, ou não estudam ou não trabalham, ou não trabalham ou estudam. 94%

Com relação ao tipo de moradia, a decorrência é natural: que menores que residem em favelas representam 84% dos criminosos, dos delinquentes juvenis.

Esses índices implicam, evidentemente, uma ação para a qual sabemos que não há recursos e também sabemos que o modelo integrado, econômico-financeiro, não apresenta solução.

Eu me permito reportar a uma frase que usei, logo quando assumi, consciente que estava que a situação era essa: que a nós, prefeitos, cabe administrar os efeitos e não temos nenhum acesso sobre as causas.

Ora, o que V. Ex^a está nos dando hoje, Senador, pela primeira vez acredito, pelo menos na minha carreira, é um acesso direto a uma central de poder que questiona e que deve questionar o ente nacional, como um todo, e conduzir às soluções, as mais possíveis, próximas a um consenso.

Com relação, Sr. Senador Murilo Badaró, a qualquer idéia sobre fontes de recursos, além da reforma tributária, existem possibilidades de dar muito maior eficiência à máquina administrativa dos nossos municípios. Não discutirei o problema da reforma tributária, pois este é um problema que será decidido, possivelmente com o alimentador no município, mas que será decidido por uma aproximação política maior do que aquela que nós, como Prefeitos, possivelmente, teríamos acesso. Mas, existem fontes de recursos, ainda intocadas, uma vez que o município, na verdade, tem duas faixas distintas. Tem uma faixa que deveria ser exclusivamente gerencial — é aquela cujo modelo eu, antes de sair, terminei — a produção de uma matriz básica, dentro da qual a necessidade direta do cidadão, do município, de serviços e de infra-estrutura, deva ser atingida, levando-se em conta o problema da eficiência gerencial acima de tudo. Ora, isto não é verdade. A tradição que temos, no município, é a de que as consequências finais do clientelismo político recaíram sobre a máquina municipal. Eu, infelizmente, não fui capaz, durante 1 ano e 2 meses, de avaliar as consequências disto, em termos — de custo sim, mas, de números não — foi-me impossível levantar o senso dos funcionários municipais. Calculei que a cidade do Rio de Janeiro arque com um custo enorme e que o número aproximado de funcionários municipais, superpostos, desorganizados, ineficientes, vai, aproximadamente, a 100 mil. Acho que esse número é notável — esse, daí, é uma das fontes de recursos. É óbvio que temos também, ainda dentro dessa ordem de consideração, que a nós, Prefeitos, deve ser fundamental a idéia da eficiência administrativa, a idéia da otimização dos poucos recursos que temos — uma série de problemas organizacionais que vão, desde as licitações públicas, nas quais, até no município, elas são regidas por legislação federal, que precisa ser revista — permita-me o Sr. Deputado dizer ser esta uma das contribuições que esperaríamos dos poderes federais, indo até ao uso de equipamento especial para um certo e determinado fim de produção e oferta de serviços.

Então, Sr. Senador, com relação a fonte de recursos, seriam essas as duas recomendações que eu faria — tratar o município em dois níveis: o nível gerencial e o nível político. O nível gerencial, é fundamental que seja levado em conta, tendo a eficiência do equipamento administrativo, e o nível político deveria ser o “navegador” que desse a esse nível gerencial a sua direção e a otimização política e social.

Com relação, Sr. Senador, a idéia da interação entre nível de vida e criminalidade, seria muito difícil responder a esta pergunta por uma razão — o meu querido colega Reinaldo disse que eu tenho a praia. A praia igualiza. O homem de calção de banho ou a favelada de biquíni são, praticamente, idênticos. No Maracanã, o futebol, a psicopatologia da cidade do Rio, é única, ela igualiza. O nível de vida quase que não ofende. É uma coisa que, dificilmente, um estrangeiro compreende que não haja uma explosão urbana pela contigüidade da minha casa com a rocinha. Enfim, são 311 favelas que podemos escolher o que quisermos e sempre moraremos perto de uma. De modo que o que se dá em termos da interação entre nível de vida e criminalidade parece-me que deveria ser tomada, muito mais, em termos globais e altamente sofisticados — em termos de conceituação de qualidade de vida, levando em conta o futuro longínquo, ou seja, iniciei um Projeto, logo no começo do meu Governo, chamado PROMAM, que era o Programa de Meio Ambiente, e consegui organizar diversas câmaras técnicas, que tratavam, inteiramente, de todos os efeitos sobre o meio de devastação florestal, até a última que acabei de instalar que é a de poluição sonora. Este é um aspecto extremamente importante e igualizador de oportunidades, independente da heterogeneidade social e econômica. Mas, V. Ex^a sabe que, no fundo, as reações sociais são incríveis. Descobri que, de cada 100 árvores que eu plantava, 80 eram, simplesmente, destruídas, antes do primeiro ano de vida. Isto é difícil para nós, Engenheiros, Arquitetos, Administradores, aceitarmos como um fato normal. E, somos obrigados a aceitá-lo e há um indutor fundamental das nossas decisões, en-

quanto Administradores municipais — é a reação do homem, do seu meio, do seu ambiente, contra qualquer decisão que não emane dele próprio. Então, estamos procurando, agora, aproximar isto de outra forma: estamos procurando fazer com que as escolas primárias de 1º grau sejam os fiscais ou beneficiários das multas da destruição ecológica, fazendo com que a própria sociedade passe a se interar e a se integrar num programa que terá consequência de prazo longo.

Então, era isto o que eu tinha a dizer com relação ao problema do nível de vida. Evidentemente, não apenas enquanto eu estiver na Prefeitura, mas, mesmo após, tendo em vista que permanecerei dentro do mesmo circuito, uma comissão — a Comissão de Inquérito — será mais do que bem-vinda. Tenho certeza, falarei com o Sr. Governador, e S. Exª dará todas as condições e eu mesmo me prontifico, mesmo não estando mais na Prefeitura, para conduzi-los, juntamente com o meu atual Secretário de Desenvolvimento Social, a todos os pontos importantes de visitação.

V. Exª nos pediu para procurar conceituar a favela. Eu procurei tomar algumas notas, aqui, e eu diria o seguinte: a característica básica da favela é a ocupação ilegal dos terrenos por invasores. E, segundo, a falta de infraestrutura dos serviços públicos: água, esgoto, luz elétrica etc. Agora, por não ser ocupações legais, as favelas não são consideradas logradouros públicos. Então, evidentemente, elas inibem a ação do poder público. Quase todos os serviços disponíveis são obras da própria comunidade, — isto é extremamente importante e inclui, também, evidentemente, a parte de infra-estrutura — que vai até luz, as famosas Comissões de Luz das favelas. Não é o tipo de moradia que deve caracterizar a favela, mas, sim, a sua origem de ocupação que é ilegal. A favela do Rio, por exemplo, tem elevado o percentual de casas de alvenaria, embora predomine as habitações rústicas. E, acabamos de fazer um levantamento numa das favelas mais importantes, lá, e descobrimos, por exemplo, proprietários de barracos, um deles com mais de 180 barracos, cuja renda média, mensal, deve ser na ordem de 500 mil cruzeiros. As populações dos conjuntos habitacionais apresentam as mesmas características sócio-econômicas das populações faveladas. Mas, essas, por exemplo, não estão incluídas nas nossas estatísticas de favelas. Portanto, em termos de habitação de áreas carentes, deveremos, para ter um número acertado, incluir essas habitações. E, lembro, ainda, que algumas das favelas do Rio de Janeiro são maiores do que a maioria das cidades brasileiras. Posso lembrar Rocinha, Jacarezinho, o conjunto das favelas da área da maré, e outras.

Outro dia, estava com seu antecessor, nosso colega Saul. Lá no Palácio da Cidade, famoso Palácio da Cidade, escritório central da municipalidade do Rio de Janeiro, cuja arquitetura tão suntuosa quanto ineficiente para o fim a que se propõe, e a minha vizinha era a favela de Dona Marta. A Favela de Dona Marta, sozinha, tem cerca de sete mil barracos. Acho que ela é quase o dobro do total da sua favela, ou pelo menos aproxima-se se não me engano, a sua tem cerca de cinco mil barracos, foi o número que o Saul me deu, seis mil. Mas essa é apenas uma favela que é minha vizinha.

Então, é isso que tinha a falar sobre problema de conceituação. O Deputado Daniel Silva, com muita propriedade, lembrou-me que também não adianta fazer só uma exposição sobre as nossas realidades, mas o que fizemos a respeito dela? No meu caso, imediatamente após verificar que eu não tinha um instrumento de ação, e voltando sobre o foco-origem da criminalidade, concebi uma secretaria específica para o assunto, que é a Secretaria do Desenvolvimento Social. Essa secretaria era uma secretaria que, na verdade, seria apenas meio e terminou como uma secretaria fim. Mas, na prefeitura, é óbvio, temos é que estar com a mão na massa. Foi através disso, integrada à Secretaria de Planejamento, que procuramos ter uma visão macro do conjunto de impossibilidades e dos gargalos sociais criadores desses fenômenos, o mais importante, o que preocupa a Comissão de Inquérito.

Agora, vou me permitir, finalmente, chamar a atenção de que elaboramos aqui sobre as consequências e sobre os efeitos, indo até ao extremo de estarmos de total e comum acordo, extensivamente, acredito, sobre as consequências do modelo econômico. Eu me permitiria, Srs. Senadores e Srs. Deputados, chamar a atenção de que mesmo esse modelo econômico é consequente. O problema fundamental, a meu ver, está naquilo que falei superficialmente, na interação de uma proposta política com o modelo econômico. Não será viável uma simples reforma tributária que atenda uma numerologia que poderemos criar em dois tempos. Acredito que seja de fundamental importância a interação dessa proposta com algo que signifique a consensualidade em nível do grupamento primário da Nação que, no caso, juridicamente, é o município.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Com a palavra a Senadora Eunice Michiles.

A SRA. EUNICE MICHILES — Sr. Presidente desta Comissão, Srs. expositores, Srs. Parlamentares, Sras. e Srs., não tenho, de fato, nenhuma pergunta a fazer, mas apenas algumas considerações.

As exposições de V. Sªs nos ajudam a, de fato, tomar consciência de onde de fato estão as reais causas da violência. Os números citados, por exemplo, pelo Prefeito Jaime Lerner, obrigam-nos a uma reflexão, pois são números de tal forma assustadores, que nos permitem sentir que a violência que nos incomoda, na medida em que nos atinge, ela está muito mais dentro da nossa responsabilidade como sociedade.

Isso, de fato, é um lado do problema que, quase que conseguimos omitir, porque só nos assustamos na medida em que ela nos atinge. E isso nos ajuda, de certo modo, a diagnosticar, levantar esse diagnóstico que V. Exªs fazem. E, alguma coisa que o Prefeito de São Paulo chamou a atenção — embora, fuja um pouquinho à dinâmica da Comissão, mas realmente me assustou — é o número de acidentes que ocorrem em São Paulo, a violência do automóvel. Isso, realmente, é muito assustador. Eu gostaria, então, de fazer uma observação e, de certo modo, uma pergunta: será que nós somos tão maus motoristas, ou o problema está realmente, na má qualidade dos nossos carros? Porque, realmente, não se admite um número tão maior de morte em relação ao número de veículos em nosso País. Isso, realmente, foi uma cifra que me assustou.

Senti, na exposição de V. Exª, também, uma angústia que me parece presente nos três depoimentos. É a necessidade vital do fortalecimento da autonomia dos municípios, como um elemento para evitar a migração que é, de certo modo, aquilo que alimenta as populações periféricas das grandes cidades e causa da cultura, sem nenhuma dúvida, da violência, violência essa que me parece, no Rio de Janeiro, já atingiu a níveis e que parece até mórbida. E, no resto, nos bastaria ou nos limitaríamos a apelar ao administrador brasileiro para uma escolha de prioridades dentro das necessidades sociais. Parece-me que isso é, absolutamente, importante, no momento, para que consigamos evitar que esse caldeirão em ebulição, em perigosa ebulição, venha a explodir. De maneira que acho que essa é uma responsabilidade muito grande dos administradores brasileiros.

Eu disse que não iria perguntar, mas vou perguntar sim ao Prefeito Jaime Lerner. Parece-me que ele conseguiu alguma coisa inédita, na cidade de Curitiba, que é o aumento tão notável das áreas verdes. O Prefeito Israel Klabin dizia que, no Rio de Janeiro, se destrói 80% daquilo que é plantado. Como V. Exª conseguiu esse aumento notável da área verde que, de certo modo, parece-me, assim, um elemento amenizador da violência?

O SR. JAIME LERNER — Mas uma vez, ressalto a intervenção muito inteligente da ilustre Senadora em dizer que devemos colocar claramente as prioridades. Várias vezes, prefeitos brasileiros foram responsabilizados por uma falta de colocação clara das suas prioridades. Não é verdade. Não há hoje um município brasileiro, nenhum prefeito brasileiro, que não saiba, exatamente e claramente, aquilo que é fundamental para o seu município, mesmo porque a própria população está lhe cobrando diariamente. E não dá para fugir de um leque de cinco ou seis alternativas: transporte de massa, saneamento, educação, atendimento à população de baixa renda, áreas de lazer. Realmente, qualquer atuação, em qualquer uma dessas prioridades deste leque, que não é muito grande, nos dá uma garantia de que os municípios, as prefeituras e os prefeitos sabem muito bem o que querem e não são aqueles responsáveis pelas fontes luminosas do passado.

Pretexto que tem servido à administração central, de protelar, por anos e por anos, porque não conhece o município, uma decisão no sentido de maior distribuição tributária.

Nós, especificamente em relação à sua pergunta, tivemos a sorte, no município de Curitiba, no período de 71 a 75, de adotar uma atitude bastante pragmática em relação ao problema de áreas verdes. Tenho dito que o melhor programa de áreas verdes é a fotografia aérea e o decreto de desapropriação, porque, várias vezes, outros municípios que não tiveram a sorte ou a oportunidade de intervir, naquele momento em que a terra estava em um custo mais acessível, perderem muito tempo em diagnósticos e, quando o diagnóstico se encerrava, a área verde já estava perdida ou supervalorizada. Então, o índice de área verde mudou sensivelmente, naquele período, com uma atitude bastante pragmática. Chegamos à conclusão de que muito mais barato do que construir uma praça era a desapropriação de um bosque existente. Felizmente, ainda havia essas áreas, esses bosques, em Curitiba. E a desapropriação, por valor justo, rápida, possibilitou-nos essa mudança e a garantia de um legislação específica. As áreas verdes de Curitiba — são mais de 92 bosques que devem ser preservados e mais um parque enorme que está sendo uma continuidade em várias administrações, que é o Parque de Iguaçu — nos possibilitaram 45m² de área verde por habitante, quando o índice da ONU — se é que

pôdemos acreditar em índices — o índice considerado bom pelas Nações Unidas chega ao nível de 11 a 16m² de área verde por habitante.

Então, a resposta é esta: a idéia de que é possível entregar rapidamente uma área verde à população, em 15 dias, através da desapropriação, é mais conveniente, é mais barata, do que se esperar um ou dois anos para se construir uma praça e, depois, mais 20 anos, até que essa arborização atinja a sua maturidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ORESTES QUÉRCIA) — Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Sr. Presidente, cedo minha vez ao nobre Senador Hugo Ramos.

O SR. HUGO RAMOS — Sr. Presidente, por gentileza do Senador Dirceu Cardoso, que me cede apenas cinco minutos do seu tempo, dado que tenha um compromisso urgente, eu desejaria fazer algumas considerações preliminares, a primeira das quais, felicitando a V. Ex^a pela iniciativa que teve.

Estamos aqui reunidos para uma Comissão Parlamentar de Inquérito, mas, na verdade, não é uma Comissão Parlamentar de Inquérito, nos termos estritos do conhecimento vulgar da Lei nº 1.579. Aqui estamos fazendo uma Comissão Parlamentar de Inquérito no sentido da pesquisa, que é muito mais sério, inclusive nos Estados Unidos; e é o que se deveria fazer, aqui, em nosso País, com uma restrição constitucional que só admite a existência de cinco CPIs, salvo por pronunciamento da Maioria do Congresso. Eu considero que o PDS, Partido do Governo, deveria abrir mão desta restrição constitucional, para permitir inúmeras outras Comissões de pesquisa, tal como esta que orienta o Congresso Nacional, que torna o parlamentar mais apto ao próprio exercício a que se dispôs por representação popular. A segunda, Sr. Presidente, é verificar que parte dos representantes do Partido do Governo uma crítica fundamental: a da existência crescente do domínio tributário da União sobre os Municípios.

Foi declarado aqui, tem sido declarado no Senado, tem sido, inclusive, declarado na Câmara dos Deputados, vale dizer, no Congresso Nacional, a *una voice* que os municípios brasileiros estão falidos. Acabei de ouvir, se não me engano, do ilustre Prefeito do Estado de São Paulo, que, efetivamente, os municípios estão falidos. Nem outras têm sido as ponderações feitas pelo ilustre Prefeito da minha cidade, Rio de Janeiro, o ilustre Prefeito Klabin, ao pedir, inclusive, a moratória para pagamentos das dívidas do município, o que vale dizer que é um estado falimentar ou pré-falimentar. O município do Rio de Janeiro foi atingido, literalmente, por uma ação do Governo que estabeleceu a fusão do nosso Estado, contra a vontade da população, tornando o segundo Estado do Brasil, que era o Estado da Guanabara, um dos municípios falidos, Cidade-Estado, tal como algumas outras cidades do mundo, como Hong Kong etc., que conhecemos, têm peculiaridades que não podem ser modificadas por uma legislação que seja idêntica a todos os municípios do Brasil. Cuidar, com uma legislação idêntica de um longínquo município do Brasil, a cidade do Rio de Janeiro ou a capital do Estado de São Paulo ou outras grandes cidades do Brasil, é estabelecer uma medida uniforme para assuntos inteiramente heterogêneos. V. Ex^a não pode administrar a cidade do Rio de Janeiro com os mesmos parâmetros jurídico-legais e administrativos dos municípios menores do Brasil.

Quem está falando é um Senador pelo antigo Estado da Guanabara, hoje, pelo Rio de Janeiro, que também é uma vítima dos assaltos do Rio de Janeiro. Já fui assaltado 4 vezes: uma das quais, a primeira, com um tiro de "45" no meu automóvel que fez um rombo enorme na sua carroceria, mas tive a felicidade de sair vivo e estar aqui, incomodando os meus colegas; um de meus filhos também foi assaltado 4 vezes. O que estou declarando aqui, Presidente Orestes Quêrcia, não é para ressaltar o aspecto individual, mas para ressaltar o aspecto gravíssimo: é que desses assaltos só um foi comunicado à Polícia, à Secretária de Segurança, e sete não foram declarados. O que ocorre, na cidade do Rio de Janeiro, é que 80% dos assaltos não são comunicados às autoridades pela incapacidade que as mesmas têm em resolver os problemas da violência urbana. Esse aspecto também é pertinente à cidade de São Paulo.

Estou aqui abordando alguns aspectos desse problema, mas, diante do adiantado da hora — e eu que já abusei da paciência do nobre Senador Dirceu Cardoso, que me cedeu cinco minutos e eu já lhe roubei muito mais do tempo que me era destinado, — deixo para usar da palavra, no plenário do Senado, para abordar mais exaustivamente o problema, notadamente com referência à cidade do Rio de Janeiro, caso V. Ex^a não entenda de prorrogar os trabalhos desta Comissão, após o almoço, para que prossigamos nos debates tão elucidativos e interessantes para o Senado e para a Câmara, isto é, para o Congresso Nacional, a fim de estabelecermos medidas que precisam urgente-

mente ser adotadas, sobretudo aquelas que são proclamadas pelo próprio Partido do Governo que é a reformulação tributária do País. Nenhum município do Brasil pode viver nas condições atuais. Quem declara isso não é a Oposição. Quem declara isso é o Partido do Governo, o que equivale dizer: é o próprio Governo que declara. Mas não toma nenhuma medida positiva e concreta para reformular esta posição proclamada por todos os partidos, com a dianteira do Partido do Governo.

Eu perguntaria a V. Ex^a se os trabalhos da Comissão terão continuidade após o almoço. Ou, então, terei a liberdade de, no plenário do Senado, abordar este assunto que reputo do mais alto interesse do País.

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Devo informar a V. Ex^a que os nossos trabalhos serão encerrados logo após ouvirmos o último orador inscrito.

Consulto o nobre Senador Dirceu Cardoso se está interessado em fazer alguma indagação, porque V. Ex^a, que é técnico em Regimento, inovou, mas, com toda aquiescência da Presidência, sem nenhuma objeção...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Não é relevante, é apenas uma observação...

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Apenas quis fazer uma observação quanto ao aspecto de V. Ex^a ter pedido cinco minutos...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Não tenho cedido só para ele. Para V. Ex^a, mesmo, ontem cedi.

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Só quis ressaltar essa inovação e dizer que V. Ex^a tem toda razão e está com a palavra.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Sr. Presidente, já que tivemos aqui a satisfação de nos defrontarmos com três administradores das maiores cidades brasileiras que vieram revelar aqui também os mesmos problemas, recordei-me aqui, que a *Cidade Antiga* de Fustel de Coulanges. Quem leu a *A Cidade Colonial* de Nelson Omegna e ouviu a declaração dos três Prefeitos, das três maiores cidades brasileiras, achamos que evoluímos pouco em matéria de assistência.

Devo dizer, Srs. Prefeitos: eu não nasci na lua, eu nasci no interior deste meu País. Não vivo numa grande cidade. Os Srs. morrerão e esses problemas continuarão, porque as causas são muito difíceis de serem combatidas e, com esta falta de recursos que os Srs. lamentam, as causas continuarão. A inchação das cidades é um problema diário, diuturno. As cidades que recebem, como os Srs. sabem, uma massa de habitantes por dia. E permita que eu faça um paradoxo: em todo núcleo residencial que V. S^s construirão em Curitiba, em São Paulo e no Rio de Janeiro, abrir-se-á uma nova favela. Por quê? Porque o direito fundamental, o desejo fundamental de melhoria está no fundo da alma humana. Moro no interior. Todo habitante da pequena área, o agricultor, sonha viver na cidade, seja de que modo for. E todas as vezes que o jornal noticia que o Prefeito de São Paulo, o Prefeito de Curitiba e o Prefeito do Rio de Janeiro construíram uma área habitacional de 60 mil habitantes, ele diz: chegou a minha oportunidade, e se desloca para ali, para o Rio de Janeiro, para São Paulo, para Curitiba. Toda grande massa de habitação que se constroem, nestas cidades, abre-se uma nova favela. E são cidades, como V. S^s sabem muito bem, que terão 15, 20 milhões de habitantes daqui até o fim do século.

Recordo-me, agora, um ditado oriental: "Não diga a quem chora, não chore, antes de dizer a quem bate, não bata". É um ditado oriental. Acho e disse isso, quando estive aqui o Sr. Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, estamos encarando o problema de causa e efeito, creio eu, de uma maneira distorcida. Abrimos o jornal; todo agente do ilícito, todo criminoso, todo assaltante, todo assassino, já existe no jornal, já com simpatia. Ele vem de uma família, que tem três, seis filhos, todos passam fome e foi esta a reação que ele teve. O outro a terra sepultou os seus erros e suas mágoas, e suas amarguras. Ainda mais, desculpem se estão ouvindo missa seca. Estão ouvindo um homem que sente assim estes problemas. Disse aqui o Sr. Presidente da Ordem dos Advogados: os jornais, os administradores, os homens públicos, estão descalçando o sistema policial brasileiro, porque é um homem que vence com vencimentos de fome e de miséria. E é ele que é chamado, a horas tardias, para ir prender quem bate, quem mata, quem rouba e quem chacina uma família. É o policial. Vence salários de fome. E é chamado, a horas tardias, para prender o assassino de armas na mão. Todos os jornais combatem os policiais. Tudo. A televisão, o rádio, tudo, em cima do policial, mas ele é que é o agente, a malha de segurança nossa, ele que nos dá a tranquilidade, o sossego, o respeito a nossa casa e ao nosso lar. Então, criou-se uma apreciação distorcida de que o Juiz, este sim, em casa, que não enfrenta o bandido no seu tugúrio, no seu valhaçouto, na sua teia, no seu penhasco, na sua favela ou aonde for, o juiz julga, então, com sua calma, dentro de casa, e condena,

às vezes, o agente e condena a polícia, e desaba em cima da política. Srs. Prefeitos, o policial que vence pouco acima do salário mínimo e tem que prender o ladrão, o assassino, o assaltante, etc. de armas na mão, na hora da extrema violência, na hora em que está no paroxismo da sua ação. Portanto, uma das coisas é melhorar o aparelhamento repressor, a malha de segurança é a polícia, não é só o Judiciário não, é a polícia. E disse aqui: um mau Juiz faz mais mal a uma coletividade, a uma sociedade, do que dez bandidos de revólver na mão. Cito no interior, porque este é o fenômeno que se passa na minha cidade. Então, Srs., a minha impressão é a seguinte: é uma observação, já que se leva a vida em observações, em estudos, tabelas, índices, acho o seguinte: setenta e cinco por cento da criminalidade não é por causa da favela, é por causa do maior número. Temos índices, na cidade, de 20 mil, 30 mil, mas, nas grandes cidades, nas megalópoles, isto corre por conta do excesso, do inchaço de população. Esse é que é o problema. Não é a miséria só não. Todos temos, no fundo, a bondade humana que é o substrato de todo o cidadão, do pequeno e do grande. Então, é uma observação que deixo à consideração dos ilustres prefeitos que nos honram hoje com a presença aqui na Comissão. Pensar mais isso: é o aparelho repressor é que precisa ser melhor cuidado. Principalmente a polícia, tão malsinada pelos nossos jornais, rádios e administradores, políticos, etc., mas, eles é que são a primeira linha de defesa da sociedade para combater o crime, na hora em que se comete, na hora em que se pratica, na hora em que ele se desencadeia. Esta é uma observação, Sr. Presidente, e agradeço a V. Exª a magnanimidade que teve de me permitir mais 5 minutos, depois dos 5 minutos que concedi ao nobre Senador Hugo Ramos.

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Nós é que agradecemos a V. Exª

Com a palavra o Deputado Erasmo Dias.

O SR. ERASMO DIAS — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, ilustres Conferencistas:

A minha fala é apenas para tecer algumas considerações e algumas sugestões. A primeira é apenas para reforçar o meu caro amigo, Prefeito de São Paulo, que vou dar um dado real, e se não vai explicar, pelo menos, vai dar quadro geral que, talvez, explique aqui a nossa querida Senadora.

Em 1975, São Paulo, o Município de São Paulo, tinha 1 milhão e 300 mil automóveis. Tóquio tinha 2 milhões e 100 mil automóveis. Em 1975, morreram, no local do acidente de trânsito, na cidade de São Paulo, 4.276 brasileiros. Em Tóquio, para o dobro de automóveis, morreram, no local do acidente, 386 cidadãos. Realmente, o grande assassino, em São Paulo, é o trânsito. E aqui me permitia rapidamente dar um enfoque que já tivemos oportunidade, várias vezes, de dar. Os americanos dizem sabiamente que o problema de trânsito é um problema de três "e" *engineering, enforcement e education*, educação, engenharia de tráfego e de trânsito, e ação policial da justiça. Acreditamos, pelas experiências que tivemos em São Paulo, durante quase cinco anos, que é um problema exclusivamente de educação. E, aqui, dou um exemplo também: eu gostaria de que aqueles que, um dia, tivessem possibilidade de ir na cidade de Franca, de visitar, na Circunscrição de Trânsito de Franca, uma cidade mirim que é freqüentada diariamente por colegas de sete a oito anos, durante 365 dias por ano. Educando a criança, nessa idade tenra de sete a dez anos, o que é trânsito, o que é sinal, como se anda nas ruas, é uma conscientização que vai dar maturidade e educação a respeito do trânsito, a única solução, no nosso entender.

Mas, a nossa interferência, realmente, diz respeito a dois assuntos rápidos. Continuamos a reafirmar que quanto a alternativas, prioridades, urgências, objetivos, o problema da violência urbana é problema do menor. Enquanto não tirarmos esta semente do menor, dos 1.700 favelados lá do Rio de Janeiro, que devem representar na faixa de 10 a 12 anos, da ordem de 17 mil, dando a eles, durante um período de 6 a 8 anos, educação, lazer e profissão, todas as outras soluções serão paliativas. A nossa última observação diz respeito ao nosso caro Prefeito do Rio de Janeiro, quando abordou, de relance, alguns fatos atinentes ao problema do sistema policial brasileiro, e falou em corpo de vigilantes. Pelo amor de Deus, meu Prefeito, não pense mais nisso. O senhor falou para mim em níveis gerenciais sobre ofertas de serviços no respeito ao conceito vasto de vigilância. Vigilância é um conceito muito vasto mas tem dentro de si, de uma certa forma, independente do direito, da obrigação que cada um tem de vigiar a si próprio, o seu patrimônio, a sua vida, um conceito que vem do contexto, digamos assim, da realidade, tem um certo poder de polícia. E o senhor falou, agora, há pouco, no problema do funcionário público do Estado, em nível gerencial, no problema de eficácia, eficiência de período de recurso. Pois, muito bem! O Estado de São Paulo, asseguro ao senhor, sem errar muito em números, tem na ordem de vinte mil vigilantes autônomos, recrutados ao sabor de quem quer que seja, que precisa de vigilantes, da ordem de quarenta mil vigilantes particulares, pertencentes a qua-

renta e sete empresas, sessenta mil policiais militares e vinte mil policiais civis, que dá a ordem de cento e quarenta mil vigilantes, com poder de polícia e no poder de polícia. Garanto a V. Exª que, se esses cento e quarenta mil fossem reduzidos a sessenta, com a qualificação necessária, com a estrutura necessária, teríamos menos desperdício de recursos e mais eficiência no retorno da prestação de serviços. E a causa fundamental disso, no nosso entender, é sempre a União. Agora há pouco, disse, aqui, que o Congresso, infelizmente, não tem poder decisório nenhum. Não temos a capacidade de fazer um projeto e de difundir as nossas idéias, porque, infelizmente, sem saber a idéia do Executivo, tudo será baldado, todos os nossos esforços. É a grande frustração que temos, aqui, neste Congresso, pelo menos a mim, num setor como este. Sem fazer apologia, aqui, de quem quer que seja, mas, está aqui o meu caro Deputado Perez, antigo Delegado do Rio de Janeiro, que sentiu na carne o que é enfrentar a violência, de metralhadora na mão, enfrentando quem tem uma opção, matar ou morrer. Enfrentamos essa opção, nós sabemos o que é a violência.

Já está cantado e decantado em prosa e verso, o que é isso, o que é aquilo, mas, pelo amor de Deus, uma medida, a curto prazo, vou oferecer aos senhores que a União estude e baixe uma política de segurança nacional, dando autonomia aos Estados e aos Municípios, para, dentro de certas normas, ela possa, realmente, baixar uma uniformidade, digamos, no sistema policial brasileiro.

Ainda hoje fui procurado por meia dúzia de vigilantes do Distrito Federal, que vieram me transmitir que o DASP está criando, agora, agentes de vigilantes, como se fossem funcionários públicos do Estado. Vamos cultivar mais um quadro, em que temos vigilantes irregulares, sem legitimidade na função, polícia militar, polícia civil, nessa dicotomia eterna, que vai eternamente impedir que o aparelho policial seja, realmente, eficiente, com salários muito baixos em função da enormidade de recursos humanos pouco aproveitados e mal qualificados. De modo que temos algumas idéias a esse respeito, já traduzimos, inclusive, no relatório que entregamos ao Ministério da Justiça, patrocinado pelo Conselho de Segurança, do qual, hoje em dia, inclusive, sou Presidente, e vou fazer das tripas coração para, na medida do possível, conscientizar ou não, de que ela tem que baixar uma política, para que o aparelho policial, realmente, bem qualificado, bem remunerado, possa responder a isso tudo, e não nessa heterogeneidade de vigilantes, de guardas, de agentes, enfim, uma massa enorme de pretensos vigilantes que, em última análise, não fazem coisa alguma, e não respondem à necessidade da sociedade. Enquanto não levar a sério uma política do menor, enquanto a União não levar a sério uma política, digamos assim, de manutenção da ordem pública, baixando diretrizes, deixando que o Estado resolva os seus problemas, vamos ficar, pelo menos nesses dois aspectos, eternamente — desculpe-me a expressão — enxugando gelo e discutindo o sexo dos anjos. Muito obrigado.

O SR. ISRAEL KLABIN — Permite-me, Sr. Deputado. Compreendo perfeitamente o ponto levantado pelo ilustre Deputado e, sobretudo, tenho o maior respeito pelo seu conhecimento oriundo da exposição direta com o fato, com a violência. Sabemos que o senhor pode ser, não apenas um consultor precioso sobre esse assunto, como o senhor também poderá ser um agente de ação fundamental, que interado com outras idéias, venha produzir um resultado final. Portanto, é com o maior respeito que eu me permito apresentá-lo a razão da minha proposta. Se, por acaso, fosse realidade a política preconizada por V. Exª, oriunda do Governo Federal, não estaria mais aqui quem está falando. Na verdade, nós Prefeitos somos obrigados a lidar com o dia a dia. E a violência, infelizmente, recai sobre as nossas cidades, os nossos municípios, e não temos acesso nenhum a um processo de reação, a um processo de participação com a comunidade por essa agressão. E é dentro dessa proposta, ou seja, a falta de relação direta da Prefeitura com o fato da violência, que eu me dispuz a tentar elaborar sobre esta matéria. Se fosse verdade que a União teria um tratamento adequado para o problema de segurança, suprimindo os quadros, dando recursos, instrumentalizando a polícia estadual, em todos os seus níveis, é óbvio que eu não procuraria uma maneira de — e é isso que eu gostaria que o nobre Deputado pensasse junto comigo — de institucionalizar o que já existe, sobre uma forma, eventualmente, até perigosa para a comunidade que a contém. A proposta, basicamente, é a de que não existem recursos disponíveis no município, no entanto, a comunidade carece de segurança, e, no entanto, ela se supre de instrumentos não legais, não coibíveis e não orientados para o bem comum, que é o vigilante. A minha proposta, de uma certa maneira, seria fazer com que a comunidade, ela própria pagasse pelos seus serviços, sob a supervisão do Governo e interado juridicamente, em todos os níveis possíveis, com os Estados e com a União.

O número que tenho para ilustrar a falta de — aliás, com concordância absoluta com V. Exª, Sr. Deputado — para ilustrar o que V. Exª falou é que na nossa polícia estadual, no Rio de Janeiro, para um corpo previsto de 37

mil homens, existem apenas 27 mil, para um corpo de oficiais, não me lembro o número, mas posso lhe dizer que foi aberto um concurso, há pouco tempo, para suprir cerca de 60 vagas no curso de oficiais e compareceram 36 candidatos; para um concurso aberto para detetives, de cerca de 1.500 detetives, praticamente, não apareceram candidatos, não havia recursos no Estado para supri-los.

De forma que, caso haja uma política federal adequada para o assunto, como preconizada por V. Ex^a, muito bem. Caso não, não temos tempo a perder, temos que procurar institucionalizar o que já existe, dando uma direção adequada para ela. Era isso que eu tinha a dizer. Obrigado.

O SR. JAIME LEHNER — Com permissão dos demais Prefeitos, permissão do Senador Orestes Quêrcia, quero fazer uma rápida resposta às colocações dos Senadores Hugo Ramos e Dirceu Cardoso, das quais discordo totalmente. Primeiro porque, quando o Senador Hugo Ramos ressaltou o aspecto de que foi assaltado quatro vezes, eu gostaria de lembrar que o homem marginalizado é assaltado diariamente nos seus direitos de homem. Segundo, quando o Senador Dirceu Cardoso falou — infelizmente, S. Ex^{as} não estão aqui presentes, e eu gostaria que pudessem responder — que qualquer núcleo residencial significa uma nova favela. Não é verdade. Depende da conceituação, da colocação como se faz esse novo núcleo residencial. Temos feito uma série de programas habitacionais, no Município de Curitiba, e nenhum desses programas, aqueles menores integrados na zona urbana, passou a se constituir uma nova favela. O terceiro é discordar da colocação de que o homem é atraído pela cidade.

É evidente, um pequeno percentual. Mas, na verdade, o homem não é atraído; ele é expulso do campo e da pequena cidade. Um outro assunto: também discordo do fato, da colocação, aqui, de que estamos, aqui, enxugando gelo e discutindo o óbvio, discutindo o sexo dos anjos. Não acho, principalmente, pelo fato de estarmos diagnosticando, colocando, aqui, problemas que praticamente já são um diagnóstico nacional. E existe uma frase de um grande microbiologista, de um grande pensador, que disse: tendência não é destino. O fato de estarmos colocando, aqui, exatamente, qual é a tendência das coisas que estão acontecendo, dá-nos a possibilidade de corrigir essa tendência e inverter esse destino.

A outra colocação é sobre acidentes de trânsito. O Deputado Erasmo Dias colocou que o automóvel é o grande assassino das cidades. Felizmente, o automóvel não pode ser processado.

Não acredito que seja só um problema de educação, porque eu acho — e gostaria de dar um exemplo com a minha cidade, para mostrar que o problema está e por que existem tantos acidentes, porque aqui neste País, se deu importância exagerada ao automóvel. E quanto menos importância dermos ao automóvel, mais fácil vamos resolver os problemas das cidades brasileiras.

Vou citar novamente um fato: Curitiba, em 10 anos, não fez nenhuma obra de vulto destinada ao automóvel — tem, talvez, o maior índice de motorização do País e, no entanto, é a cidade que menos consome combustível por automóvel por ano.

Outra coisa: é evidente que os números de acidentes também são proporcionalmente muito menores do que os apresentados por outras cidades. Não é só uma colocação. No momento em que falamos em educação para trânsito, é evidente que isso é importantíssimo, mas a importância maior é a visão da cidade, e muitos administradores da cidade esquecem — evidentemente não são os que aqui estão presentes — que o problema de trânsito é um dos aspectos da cidade. E quanto mais nós dermos importância ao problema do transporte de massa, melhor nós estamos resolvendo inclusive o problema do automóvel.

Isso tem sido mais do que discutido, mais do que provado, porque cidades que hoje detêm um bom transporte de massa resolvem melhor os seus problemas de automóvel, é evidente que resolvem, porque trata-se de uma alternativa melhor, o que prova mais uma vez, que resolver bem uma cidade economiza, às vezes, mais combustível do que uma simples troca de combustível. Resolver bem uma cidade economiza aparato policial, melhora as condições de segurança do que um simples aparato policial.

Mais um aspecto: voltando ao problema, quando o Senador Hugo Ramos colocou o problema como 75% da criminalidade é por causa do maior número, ou por causa do inchaço da cidade. É evidente, está aí a razão, porque o homem não é atraído, ele é expulso, ele vai ser marginalizado na grande cidade.

Então, não estou dizendo que nenhuma das medidas levantadas aqui no sentido de melhorar as condições de policiamento devam ser abandonadas, pelo contrário. Mas é claro que a causa principal não está aí e o fato de nós colocarmos aqui o diagnóstico das causas significa que estamos chegando perto do problema e tentando modificar, por uma razão básica: quando se

fala em reforma tributária — não quero bater muito nesse ponto — mas é fundamental para que os municípios possam oferecer emprego, porque um dado básico é condições de trabalho, às vezes quando se fala em centralização, resistência a uma reforma tributária, quero lembrar que parece ser mais cômodo, do ponto de vista do Governo Central, centralizar os recursos. É muito melhor politicamente, mas é um aspecto básico: ao aumento de poder, corresponde o aumento da responsabilidade. Não se pode colocar em risco a própria evolução da sociedade brasileira.

E para isso que estamos discutindo e é por isso que acredito que essa tendência que a maior parte dos homens públicos deste País querem evitar, o fato de nós a levantarmos aqui vai nos dar dados para que a gente possa inverter essa tendência. Muito obrigado.

O SR. ERASMO DIAS — Eu gostaria de responder ao Prefeito de Curitiba. Primeiro, que eu não me referi a Curitiba em nenhuma vez durante a minha exposição, mas respeito e acato a decisão dele. Apenas, eu gostaria de fazer uma ressalva que talvez tenha me deixado mal colocado. Falei apenas em enxugar gelo em medidas a curto prazo, que realmente nós estamos poupando, há cinco anos, uma esfera que diz respeito de perto à violência urbana e não temos tido sucesso nisso — foi nesse sentido, porque decantar causas e efeitos, isso já tem cantado há muito e eu tenho ouvido todos, um levantamento. De modo que é preciso que deixe claro que tudo aqui é válido, até enxugar gelo é válido, até discutir o sexo dos anjos é válido, porque não sei até hoje se o anjo é masculino ou feminino. E estou interessado.

De modo que tudo é válido. De outro lado, também eu gostaria de deixar claro que quando nós falamos que no trânsito, a educação é o principal, logicamente, dentro de um contexto outro, que envolve fatores, os mais diversos possíveis.

O nosso Prefeito de Curitiba parece ser um excelente administrador e ele não tendo problemas de violência como tem o Rio de Janeiro — onde vivo há mais de 15 anos — ou São Paulo, desde que nasci praticamente, nós temos mais na carne esse problema e ele não os tem. Ele me parece um excelente administrador, mas que tem a felicidade de não ter os problemas que enfrenta o nosso Prefeito de São Paulo, o nosso Prefeito do Rio de Janeiro e que eu enfrentei, durante 5 anos, no dia-a-dia — eu e outros tantos.

De modo que está claro que, no problema do trânsito, nós sempre ressaltamos a educação, porque achamos que é realmente um dos problemas que, em nós o atendendo, teremos, a curto prazo, condições (inaudível), independente de tráfego, da própria ação da polícia. E permita-me aqui, mais um instante: em São Paulo quando Secretário da Segurança, nós criamos delegacias especializadas em acidentes de trânsito, só para cuidar de acidentes de trânsito, porque todos os homicídios dolosos de trânsito eram sempre de autoria desconhecida e nenhum deles era esclarecido. Mantivemos equipes nossas e instalamos, em São Paulo, equipes que só fazem isso: homicídios em acidentes de trânsito, para mostrar, inclusive, que a própria ação da justiça, não punindo aqueles que participam do processo, praticando homicídios dolosa ou culposamente, faz com que a impunidade seja um fator gerador do acréscimo nesse tipo de crime. Era o que eu queria dizer.

O SR. ISRAEL KLABIN — Permita-me, Sr. Deputado, acrescentar, no caso de trânsito, ainda uma crítica que, sem prejuízo de tudo o mais que foi dito, é ainda uma crítica superposta à posição dos meus colegas.

Feliz ou infelizmente, V. Ex^a vai encontrar em nós três, mesmo sem termos falado antes, uma grande homogeneidade de visão do conjunto, apesar das diferenças básicas estruturais — e eu diria quase ecológicas, no sentido social e econômico, entre Curitiba, São Paulo e Rio.

Mas há certas coisas que funcionam em termos de organismo, de organização. V. Ex^a foi um excelente administrador de sua área, em São Paulo, e eu procurei, assim que assumi no Rio, valer-me da experiência de São Paulo, no que tange ao universo do transporte de trânsito. Cheguei à seguinte conclusão e isso é importante: na cidade do Rio de Janeiro, são cerca de 16 agências distintas, em graus e níveis diferentes de poder, que regem o trânsito, todo ele orquestrado, na maior dodecafonía, por uma legislação federal.

Impossível organizar isso. Cheguei à seguinte conclusão: era necessário fazer um projeto de um instrumento coordenador — fiz um projeto chamado RIOTRAN. Na verdade, eu me supri de tecnologia em São Paulo, elaborada durante o seu período — Mário Laranjeiras e outros excelentes engenheiros especializados no assunto.

Não foi possível, até hoje, não foi viável poder nem pensar com seriedade nessa proposta, pois ela custaria inicialmente, 2 bilhões de cruzeiros por ano, inicialmente. E é óbvio que, então, a quadragésima razão era suficiente.

Eu ainda queria dar mais um pequeno número sobre o problema de trânsito, especificamente sobre o Rio — e continuo dizendo: sem prejuízo de todo

outro pensamento elaborado por aqui, sobretudo aquele exposto por V. S^a, topicamente, que é o problema do menor, que é fundamental.

No Rio de Janeiro, temos 400 mil carros sem garagem. E aumentam 100 mil carros por ano. V. S^a falou sobre o exemplo de Tóquio e o relacionou a São Paulo e eu vou lembrá-lo de que em Tóquio, não se licencia nenhum carro que não tenha garagem. Era este o número que eu queria aduzir aos seus comentários.

O SR. REINALDO DE BARROS — Eu queria aqui manifestar-me totalmente favorável ao que disse o Deputado Erasmo Dias, de quem sou um admirador e que foi um dos melhores Secretários de Segurança que São Paulo já teve.

Eu gostaria de dizer que toda a campanha feita, na minha cidade, de educação de trânsito, o índice de acidentes diminui.

E uma verdade que a educação é um dos fatores principais, intimamente ligado, claro, ao policiamento e à engenharia: readaptação das ruas, melhorias de pontos, enfim, esses três conjuntos, toda vez que uma campanha é feita, em São Paulo, o índice de acidentes tende a diminuir. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Concedo a palavra ao Deputado Daniel Silva

O SR. DANIEL SILVA — Sr. Presidente, Senador Orestes Quêrcia. Senhores prefeitos:

Realmente, o problema que vem afligindo o Brasil, concernente à violência, se prende ao aspecto apenas do atraso. Talvez, estejamos atrasados dos nossos estudos com relação à violência. E, hoje, ouvimos um Senador dizer publicamente que foi assaltado 4 vezes. Talvez, tenha sido necessário um Senador dizer isso em público. Não vamos querer culpar as nossas autoridades governamentais, mas, englobadamente, dentro de um contexto geral, o que está faltando realmente são providências positivas.

Mas, evidentemente, para que sejam tomadas providências eficazes e positivas, é preciso que se localize o problema. Por isso, quero me congratular com o Senador Orestes Quêrcia pelo trabalho que vem realizando nesta comissão, que, além de suas atribuições, seus importantes atributos, ela tem esse principal de enfocar, de localizar o problema para que se tenha as soluções. E, quando o nosso querido prefeito do Rio de Janeiro, Israel Klabim, estava falando sobre as suas dificuldades, a cidade que eu amo, a cidade onde nasci, eu estava lembrando das dificuldades que ele tem tido, e desmembrando esse problema, ele criou imediatamente a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Era a pergunta que eu ia fazer, sobre o que o município tem feito. Estava aqui anotando a heterogeneidade, não só no aspecto étnico das nossas populações que se agruparam no Rio de Janeiro, mas também aproveitando as palavras do Prefeito de São Paulo, ao dizer que São Paulo é uma cidade *sui generis*. Concordamos com isso. O Rio é uma cidade de transições, principalmente no seu aspecto político-administrativo. Nós fomos Distrito Federal, capital da República, passamos a Guanabara, a grande Guanabara, que, quando começava a firmar-se como um grande Estado brasileiro, foi transformado pela fusão num município, um município pobre como disse o Senador Dirceu Cardoso.

Vamos, então, aqui, delineando problemas, dificuldades, cada prefeito tem as suas dificuldades. O problema maior, concordo com o Prefeito de São Paulo, está realmente na educação da nossa juventude e das nossas crianças, que serão o futuro de amanhã. Mas a verdade, senhores membros desta Comissão, é que estamos atrasados e o que está sendo feito realmente há de surtir os efeitos necessários. E eu me recordo também do que tem sido feito lá no Rio de Janeiro. Falo no Rio de Janeiro, porque, por ser representante do Rio, acompanhamos. Ao lado da ineficiência governamental, das dificuldades financeiras que atravessamos, está realmente a questão da localização, do enfoque do problema da segurança, do problema da violência. Gostei muito da expressão final do Prefeito de Curitiba, Jaime Lhenner, quando ele disse que a marginalização deve ter prioridade sobre os marginais. Não é a repressão, não é polícia, o Governo, através do policiamento, através das metralhadoras, que vai resolver o problema. O problema é educacional, e é o de cuidar também da marginalização. Eu me lembro também, quando o Prefeito Israel Klabim soube pela imprensa que vai presidir o Banco do Estado da Guanabara, da sua preocupação de dar ao Estado um desenvolvimento maior na sua interiorização, dar recursos ao homem do campo, com infra-estrutura, para que eles não corram para as grandes cidades, e que haja essa inchação. A inchação nada mais é do que uma disputa, uma sobrevivência daqueles que querem viver melhor, daqueles que querem, naturalmente, a solução do seu problema. E o favelado já começa marginal no berço. Cada favelado que nasce já é um marginal, porque o pai dele, como disse o Prefeito, vai formar um barraco clandestinamente. E ele está num terreno ilegal, ele é um invasor. Então, a criança já nasce como marginal. O problema é complexo.

Eu me congratulo com o Senado Federal, através do Presidente desta Comissão Orestes Quêrcia, por estar se preocupando. E que, a partir deste instante, já que estamos atrasados, possamos, de agora por diante, não só tentar enfocar e localizar os problemas, baseados principalmente na educação, volto a frisar, mas que possamos, a partir de agora, sair daqui com soluções, com propostas e com o desejo de lutar para, não só combater a violência, mas combater a causa da violência, combater a marginalização mais do que os próprios marginais.

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Tínhamos encerrado a inscrição, mas o Deputado Péricles Gonçalves quer fazer uma rápida intervenção.

O SR. PÉRICLES GONÇALVES — Um minuto, Sr. Presidente, para dizer a V. Ex^a, com humildade, que a experiência nos impulsiona a dizer que a incidência criminal tem as suas raízes no problema sócio-econômico. Mas não é menos verdade que a violência, a incidência criminal, no País, tem suas raízes também profundas numa legislação caduca, capenga e antiquada. Combate-se o crime, em 1980, com o Código Penal de 1940, código este que só foi modificado para favorecer o bandido. E, no nosso Rio de Janeiro, meu caro Prefeito, porque hoje tenho o prazer de vê-lo, pela primeira vez, eu que fui delegado também na cidade do Rio de Janeiro, a nossa desgraçada cidade do Rio de Janeiro, o nosso infeliz Estado do Rio de Janeiro tem a sua incidência criminal também baseada na ineficácia do aparelho policial, porque é dirigido por um cidadão que não tem capacidade para o exercício da função. Estou cansado de dizer isto publicamente. Hoje, repito as mesmas palavras candentes, com a responsabilidade pessoal e a experiência da função. São 37 anos da minha vida jogados à luta contra banditismo, e vejo, num misto de perplexidade e de indignação, a manutenção de um interventor do Governo Federal, no Estado do Rio, dirigindo uma polícia. Ele, que não sabe nada do ramo, ele, que transformou a nossa polícia em cabide de emprego, levando para lá 37 assessores, todos eles incapazes para aquele mister. Não discuto, Sr. Presidente, a honrabilidade pessoal do atual Secretário, mas reafirmo que ele não tem capacidade para o exercício da função, e está, com isso, comprometendo seriamente não só o Poder da República, como também o Governo do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Com a palavra o Sr. Senador Murilo Badaró.

O SR. RELATOR (Murilo Badaró) — Sr. Presidente, com a liberalidade de V. Ex^a, e, de certa maneira, até contrariamente ao Regimento, e de certa forma também para honra nossa, foi aberta a Comissão à participação dos Srs. Deputados. Sem querer parecer ser intolerante, percebo que vai se dar uma polêmica sobre o problema do Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, o que evidentemente não é o objetivo desta Comissão. E eu faço, por antecipação...

O SR. PÉRICLES GONÇALVES — Quero afiançar que não.

O SR. RELATOR (Murilo Badaró) — Faço, por antecipação, este tipo de advertência, porque eu, como relator, não gostaria, e estou certo que os Srs. Senadores também não gostariam de ver a Comissão descambar para este tipo de assunto que, evidentemente, não é nosso objetivo e que foge inteiramente às finalidades para as quais ela foi criada. Faço esta advertência, com o maior respeito, voltando a afirmar que a participação dos nossos companheiros da Câmara só enobrece e enriquece a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Concedo a palavra ao Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA — Sr. Presidente, não tive a oportunidade de assistir as palestras dos eminentes Prefeitos, aqui presentes, porque estava envolvido com a burocracia da organização partidária, e o nosso partido, hoje, teve uma reunião da sua Comissão Nacional Provisória.

Mas, como carioca, apelei à generosidade de V. Ex^a, para que me fosse concedida a palavra, porque eu gostaria de deixar, aqui, registrado, o sentimento da cidade do Rio de Janeiro, em relação à administração do Prefeito Israel Klabim.

O Prefeito Israel Klabim, à frente do Executivo do Rio de Janeiro, desenvolveu projetos em números que, antes, nunca aquela cidade teve. Era uma cidade que crescia desordenadamente, e o Prefeito Klabim, com o seu espírito público, com a sua sensibilidade de grande administrador, com a sua sensibilidade de político, soube ordenar o crescimento da cidade.

No momento, ele deixa parte desta Administração e vai para a Presidência do Banco do Estado, onde continuará colaborando com a administração da cidade. E quero dizer, Prefeito Klabim, que o povo do Rio de Janeiro reconhece o trabalho de V. Ex^a e só não lamenta a saída de V. Ex^a, por enten-

der, que à frente do Banco do Estado, V. Exª poderá prestar assistência, não apenas à população da Capital, como também às populações interioranas, que sempre viveram à margem dos benefícios do poder público. Por isso, apelei à V. Exª, Sr. Presidente, e faço questão de deixar aqui, registrado isso, porque tenho certeza, é o sentimento do povo do Município do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Com a palavra o Sr. Israel Klabim.

O SR. ISRAEL KLABIM — Senador Murilo Badaró, será que existe algo, no Regimento, contra o elogio mútuo, como existe contra a polêmica?

O SR. MURILO BADARÓ — Aliás, Sr. Prefeito, V. Exª, é, conhecida-mente, uma das figuras mais luminosas da nova geração do Brasil. O Deputado Miro Teixeira não traz nenhuma novidade, ao consignar esta admiração que todos nós temos por V. Exª

O SR. ISRAEL KLABIM — Muito sensibilizado, Sr. Senador, permita-me, no entanto, argüir, sem modéstia, o que sinto profundamente, ou seja, a minha incapacidade. O Deputado Miro Teixeira é altamente suspeito. Trata-se de uma pessoa da minha mais íntima amizade, e colaboramos profunda-

mente não apenas nos projetos, mas, também na conceituação da vivência política, que me foi dado ter, durante esse período de exposição de linha de frente.

No entanto, e aí eu falo apenas como Prefeito, e eu acredito que até falaria se me permitissem meus colegas, em nome dos três aqui presentes. A frustração diária do homem que se dedica diretamente à sua comunidade, dentro do modelo político e econômico, que nós vivemos, é total.

Por outro lado, a exposição que temos, a osmose que sofremos com a realidade da crise urbana, sem dúvida alguma, faz com que qualquer um de nós esteja pronto e preparado para dar continuidade à sua vida pública, sob qualquer forma. Acredito que o melhor exemplo, para qualquer um de nós, seria o velho General Demóstenes, que, tendo perdido uma batalha e expulso do Exército, pleiteou servir como soldado. É isso que nós Prefeitos devemos fazer. Mas, somos, na verdade, não Generais, mas Soldados da nossa comunidade. E, Sr. Deputado, muito agradecido, mas, vamos suspeitar das nossas qualidades.

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Queremos agradecer aos Prefeitos Jaime Lehner, Reinaldo de Barros, Israel Klabim, a atenção e encerramos a reunião.

<p>MESA</p> <p>Presidente Luiz Viana</p> <p>1º-Vice-Presidente Nilo Coelho</p> <p>2º-Vice-Presidente Dinarte Mariz</p> <p>1º-Secretário Alexandre Costa</p> <p>2º-Secretário Gabriel Hermes</p> <p>3º-Secretário Lourival Baptista</p> <p>4º-Secretário Gastão Müller</p> <p>Suplentes de Secretários Jorge Kalume Benedito Canelas Passos Pôrto</p>	<p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO</p> <p>PMDB</p> <p>Líder Paulo Brossard</p> <p>Vice-Líderes Humberto Lucena José Richa Marcos Freire Mauro Benevides Nelson Carneiro Orestes Quêrcia Pedro Simon Roberto Saturnino</p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DO PARTIDO POPULAR — PP</p> <p>Líder Gilvan Rocha</p> <p>Vice-Líderes Evelásio Vieira Alberto Silva</p>	<p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DO PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL — PDS</p> <p>Líder Jarbas Passarinho</p> <p>Vice-Líderes Aderbal Jurema Aloysio Chaves Bernardino Viana José Lins Lomanto Júnior Moacyr Dalla Murilo Badaró Saldanha Derzi</p>
---	--	---

COMISSÕES

Diretor: Antônio Carlos de Nogueira
Local: Anexo II — Térreo
Telefones: 211-3487
211-3488
211-3489

A) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Daniel Reis de Souza
Local: Anexo II — Térreo
Telefones: 211-3490
211-3491

COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Evelásio Vieira
Vice-Presidente: Leite Chaves

Titulares	Suplentes
1. Passos Pôrto	1. Jutahy Magalhães
2. Benedito Canelas	2. Affonso Camargo
3. Pedro Pedrossian	3. João Calmon
4. José Lins	
1. Evelásio Vieira	1. Agenor Maria
2. Leite Chaves	2. Amaral Peixoto
3. José Richa	

Assistente: Sérgio da Fonseca Braga — 211-3492
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Mendes Canale
Vice-Presidente: Agenor Maria

Titulares	Suplentes
1. Mendes Canale	1. Raimundo Parente
2. José Lins	2. Alberto Silva
3. Eunice Michiles	3. Almir Pinto
4. Vicente Vuolo	
1. Evandro Carreira	1. Marcos Freire
2. Agenor Maria	2. Humberto Lucena
3. Mauro Benevides	

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — 211-3493
Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)
(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Henrique de La Rocque
1º-Vice-Presidente: Aloysio Chaves
2º-Vice-Presidente: Hugo Ramos

Titulares	Suplentes
1. Bernardino Viana	1. Lenoir Vargas
2. Helvídio Nunes	2. João Calmon
3. José Sarney	3. Almir Pinto
4. Aloysio Chaves	4. Milton Cabral
5. Aderbal Jurema	5. Luiz Fernando Freire
6. Murilo Badaró	6. Arnon de Mello
7. Moacyr Dalla	
8. Amaral Furlan	
9. Raimundo Parente	
1. Hugo Ramos	1. Cunha Lima
2. Leite Chaves	2. Tancredo Neves
3. Lázaro Barboza	3. Dirceu Cardoso
4. Nelson Carneiro	
5. Paulo Brossard	
6. Franco Montoro	

Assistente: Paulo Roberto A. Campos — 211-3494
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)
(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Jessé Freire
Vice-Presidente: Lázaro Barboza

Titulares	Suplentes
1. Jessé Freire	1. José Guimard
2. José Sarney	2. Tarso Dutra
3. Passos Pôrto	3. Benedito Canelas
4. Saldanha Derzi	4. Moacyr Dalla
5. Affonso Camargo	
6. Murilo Badaró	
7. José Caixeta	

- | | |
|--------------------|----------------------|
| 1. Itamar Franco | 1. Henrique Santillo |
| 2. Lázaro Barboza | 2. Roberto Saturnino |
| 3. Adalberto Sena | 3. Gilvan Rocha |
| 4. Mauro Benevides | |

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — 211-3499
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II

COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)
(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Teotônio Vilela
Vice-Presidente: Roberto Saturnino

Titulares	Suplentes
1. Arnon de Mello	1. Helvídio Nunes
2. Bernardino Viana	2. Alberto Silva
3. José Lins	3. Benedito Ferreira
4. Jessé Freire	4. Vicente Vuolo
5. Milton Cabral	
6. Benedito Canelas	
7. Luiz Cavalcante	

- | | |
|----------------------|--------------------|
| 1. Roberto Saturnino | 1. José Richa |
| 2. Teotônio Vilela | 2. Orestes Quêrcia |
| 3. Marcos Freire | 3. Tancredo Neves |
| 4. Pedro Simon | |

Assistente: Francisco Guilherme Thees Ribeiro — 211-3495
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas
Local: Sala do Anexo "B"

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)
(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Calmon
Vice-Presidente: Jutahy Magalhães

Titulares	Suplentes
1. João Calmon	1. José Lins
2. Tarso Dutra	2. Arnon de Mello
3. Jutahy Magalhães	3. Jorge Kalume
4. Aloysio Chaves	4. Pedro Pedrossian
5. Aderbal Jurema	
6. Eunice Michiles	
1. Adalberto Sena	1. Marcos Freire
2. Evelásio Vieira	2. Gilvan Rocha
3. Franco Montoro	

Assistente: Sérgio da Fonseca Braga — 211-3492
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II

COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)
(17 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Cunha Lima
Vice-Presidente: Tancredo Neves

Titulares	Suplentes
1. Raimundo Parente	1. Saldanha Derzi
2. João Lúcio	2. Luiz Fernando Freire
3. Lomanto Júnior	3. Jessé Freire
4. Affonso Camargo	4. José Sarney
5. Vicente Vuolo	5. Milton Cabral
6. Alberto Silva	6. José Guimard
7. Alberto Lavinas	
8. Jorge Kalume	
9. Jutahy Magalhães	
10. Mendes Canale	
1. Cunha Lima	1. Paulo Brossard
2. Tancredo Neves	2. Marcos Freire
3. Roberto Saturnino	3. Lázaro Barboza
4. Amaral Peixoto	4. José Richa
5. Pedro Simon	
6. Mauro Benevides	
7. Teotônio Vilela	

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — 211-3493
Reuniões: Quintas-feiras, às 9:30 horas
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)
(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Helvídio Nunes
Vice-Presidente: Lenoir Vargas

Titulares	Suplentes
1. Lenoir Vargas	1. Jutahy Magalhães
2. Helvídio Nunes	2. Raimundo Parente
3. Jessé Freire	3. Eunice Michiles
4. Moacyr Dalla	4. Benedito Canelas
5. Luiz Fernando Freire	
6. Aloysio Chaves	
1. Franco Montoro	1. Nelson Carneiro
2. Humberto Lucena	2. Marcos Freire
3. Jaison Barreto	

Assistente: Leila Leivas Ferro Costa — 211-3497
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Arnon de Mello
Vice-Presidente: Alberto Silva

Titulares	Suplentes
1. Luiz Cavalcante	1. Affonso Camargo
2. Milton Cabral	2. João Calmon
3. Alberto Silva	3. Jutahy Magalhães
4. Arnon de Mello	
1. Dirceu Cardoso	1. Gilvan Rocha
2. Itamar Franco	2. Roberto Saturnino
3. Henrique Santillo	

Assistente: Carlos da Fonseca Braga — 211-3496
Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala do Anexo "B"

COMISSÃO DOS MUNICÍPIOS
(17 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Lomanto Júnior
Vice-Presidente: Orestes Quércia

Titulares	Suplentes
1. Lomanto Júnior	1. Tarso Dutra
2. Almir Pinto	2. João Lúcio
3. Amaral Furlan	3. Aderbal Jurema
4. Amaral Peixoto	4. José Sarney
5. Benedito Canelas	5. Murilo Badaró
6. Jutahy Magalhães	
7. Lenoir Vargas	
8. Moacyr Dalla	
9. Raimundo Parente	
10. Saldanha Derzi	
1. José Richa	1. Agenor Maria
2. Orestes Quércia	2. Jaison Barreto
3. Itamar Franco	3. Humberto Lucena
4. Evandro Carreira	
5. Lázaro Barboza	
1. Affonso Camargo	1. Evelásio Vieira
2. Valdon Varjão	

Assistente: Carlos da Fonseca Braga — 211-3496
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas
Local: Anexo "B"

COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)
(5 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Dirceu Cardoso
Vice-Presidente: Adalberto Sena

Titulares	Suplentes
1. Tarso Dutra	1. João Calmon
2. Saldanha Derzi	2. Murilo Badaró
3. Mendes Canale	3. José Sarney
1. Dirceu Cardoso	1. Hugo Ramos
2. Adalberto Sena	

Assistente: Fátima Abrahão de Araújo — 211-3266
Reuniões: Quintas-feiras, às 12:00 horas
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)
(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Tarso Dutra
1º-Vice-Presidente: Saldanha Derzi
2º-Vice-Presidente: Lomanto Júnior

Titulares	Suplentes
1. Tarso Dutra	1. Aloysio Chaves
2. Bernardino Viana	2. Pedro Pedrossian
3. Saldanha Derzi	3. Henrique de La Rocque
4. Lomanto Júnior	4. José Guimard
5. Mendes Canale	5. Luiz Cavalcante
6. Aderbal Jurema	6.
7. Almir Pinto	
8. Lenoir Vargas	
9. Luiz Fernando Freire	

1. Paulo Brossard
2. Nelson Carneiro
3. Itamar Franco
4. José Richa
5. Amaral Peixoto
6. Tancredo Neves

1. Marcos Freire
2. Mauro Benevides
3. Leite Chaves

Assistente: Leila Leivas Ferro Costa — 211-3497
Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II

COMISSÃO DE SAÚDE
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Gilvan Rocha
Vice-Presidente: Henrique Santillo

Titulares	Suplentes
1. Lomanto Júnior	1. Saldanha Derzi
2. Almir Pinto	2. Jorge Kalume
3. Alberto Silva	3. Benedito Canelas
4. José Guimard	
1. Gilvan Rocha	1. José Richa
2. Henrique Santillo	2. Adalberto Sena
3. Jaison Barreto	

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — 211-3499
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Jorge Kalume
Vice-Presidente: Mauro Benevides

Titulares	Suplentes
1. Jorge Kalume	1. Raimundo Parente
2. Luiz Cavalcante	2. Amaral Furlan
3. Murilo Badaró	3. José Guimard
4. Benedito Ferreira	
1. Mauro Benevides	1. Cunha Lima
2. Agenor Maria	2. Jaison Barreto
3. Orestes Quércia	

Assistente: Marcelino dos Santos Camello — 211-3499
Reuniões: Quartas-feiras, às 9:30 horas
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Evandro Carreira
Vice-Presidente: Humberto Lucena

Titulares	Suplentes
1. Raimundo Parente	1. Affonso Camargo
2. Luiz Fernando Freire	2. Pedro Pedrossian
3. Bernardino Viana	3. Aderbal Jurema
4. Alberto Silva	
1. Evandro Carreira	1. Orestes Quércia
2. Humberto Lucena	2. Evelásio Vieira
3. Lázaro Barboza	

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — 211-3499
Reuniões: Quintas-feiras, às 9:30 horas
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS — (CT)**
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedito Ferreira

Vice-Presidente: Vicente Vuolo

Titulares

1. Benedito Ferreira
2. Vicente Vuolo
3. Pedro Pedrossian
4. Affonso Camargo

1. Passos Pôrto
2. Lomanto Júnior
3. Alberto Silva

1. Evandro Carreira
2. Lázaro Barboza
3. Orestes Quêrcia

1. Leite Chaves
2. Agenor Maria

Assistente: Marcelino dos Santos Camello — 211-3499

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II

B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS

Chefe: Alfeu de Oliveira

Local: Anexo II — Térreo — 211-3507

Assistentes:

Helena Isnard Accauhy — 211-3510

Mauro Lopes de Sá — 211-3509

Clayton Zanolencí — 211-3508

C) SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

Chefe: Cleide Maria B. F. Cruz

Local: Anexo II — Térreo — 211-3511

Assistentes:

Elizabeth Gil B. Vianna — 211-3510

Nadir da Rocha Gomes — 211-3508

Haroldo P. Fernandes — 211-3512

**SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES
HORÁRIO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL
PARA O ANO DE 1980**

HORAS	TERÇA	SALAS	ASSISTENTE	HORAS	QUINTA	SALAS	ASSISTENTE
10:00	C.T.	RUY BARBOSA Ramal — 3882	MARCELINO	09:30	C.F.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal — 3880	GUILHERME
	C.A.R.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal — 3880	GUILHERME		C.S.P.C.	RUY BARBOSA Ramal — 3882	LEDA
HORAS	QUARTA	SALAS	ASSISTENTE	10:00	C.E.C.	ANEXO "B"	SÉRGIO
09:30	C.S.N.	RUY BARBOSA Ramal — 3882	CARLOS		C.D.F.	RUY BARBOSA Ramal — 3882	LEDA
10:00	C.C.J.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal — 3880	PAULO ROBERTO	10:30	C.S.	RUY BARBOSA Ramal — 3882	LEDA
	C.A.	ANEXO "B"	SÉRGIO	11:00	C.L.S.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal — 3880	LEILA
10:30	C.E.	ANEXO "B" Ramal — 3888	FRANCISCO	12:00	C.R.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal — 3880	FÁTIMA
11:00	C.R.E.	RUY BARBOSA Ramal — 3882	LEILA	11:00	C.M.	ANEXO "B"	FÁTIMA
	C.M.E.	ANEXO "B"	CARLOS				